

NOSSO ATRAZO

EPIFÂNIO DÓRIA

Mais uma vez falamos do pórtico desta Revista, que vimos dirigindo desde 1926, para justificar a demora de sua publicação.

Quando entramos para a Diretoria do Instituto, há 28 anos passados, estava o sodalicio sem casa, a despeito dos seus 14 anos de vida e de existir uma lei estadual autorizando o Governo do Estado a dotá-lo de um prédio apropriado para o seu funcionamento (Art. 4.º da lei n.º 694, de 9 de novembro de 1915). Essa lei foi sancionada pelo presidente do Estado, General Oliveira Valadão, o que registamos em homenagem à sua memória.

O pequeno acervo do Instituto fôra atirado a um recanto soturno da Biblioteca Pública do Estado, cujo edifício já era considerado insuficiente para guardar com segurança e boa ordem o imenso cabedal bibliográfico que, sob nossa direção, já tinha adquirido a mesma Biblioteca Pública. Em tais condições condicionamos a accitação do lugar de Tesoureiro se a Diretoria de que iamos fazer parte abrisse campanha para aquisição de um edifício próprio.

O presidente eleito, Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, espírito superior e cheio de abnegação, aceitou, com decisão e devotamento a nossa sugestão.

Metemos mão à obra sem esmorecimentos e sopitando decepções, e o resultado aí está. Podemos hoje dizer, sem filáncias nem receio de contestação que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe leva imensa vantagem a muitos outros em instalação adequada e riqueza de livros e numismática.

Para chegar-se a este auspicioso resultado foi imperioso sacrificar alguma coisa recuperavel de futuro. Dessa medida não escapou a Revista que vimos publicando com sacrifício, a despeito da lei acima citada, em seu Art. 3.^o, dispor:

"A Revista Trimensal do Instituto será impressa, por ordem do Governo, na tipografia oficial".

Esse benefício do poder público só nos foi concedido até 1920. Com o falecimento do Dr. Nobre de Lacerda, a 28 de junho de 1935, vieram outros presidentes que mantiveram o esforço inicial, o qual continúa de pé, sendo que no momento estamos realizando uma obra de vulto, na presidência do Desembargador Enoch Santiago, decidido companheiro da Diretoria de 1926-1929, que resolveu abrir campanha para a construção do prédio.

Do exposto se vê que a demora na publicação da Revista vem tendo justa causa.

Na tiragem dêste número que nos vai acarretar grande despesa, damos uma prova de coragem, pois as obras em andamento pedem o dispêndio de grande quantia.

Terminadas as obras teremos de enfrentar grandes despesas com o aumento de poltronas do salão de festas e de estantes de aço para a biblioteca, findo o que cuidaremos com mais devotamento da publicação da Revista.

Para chegar-se a este auspicioso resultado foi imperioso sacrificar alguma coisa recuperavel de futuro. Dessa medida não escapou a Revista que vimos publicando com sacrificio, a despeito da lei acima citada, em seu Art. 3.^o, dispor:

"A Revista Trimensal do Instituto será impressa, por ordem do Governo, na tipografia oficial".

Esse beneficio do poder público só nos foi concedido até 1920. Com o falecimento do Dr. Nobre de Lacerda, a 28 de junho de 1935, vieram outros presidentes que mantiveram o esforço inicial, o qual continúa de pé, sendo que no momento estamos realizando uma obra de vulto, na presidência do Desembargador Enoch Santiago, decidido companheiro da Diretoria de 1926-1929, que resolveu abrir campanha para a construção do prédio.

Do exposto se vê que a demora na publicação da Revista vem tendo justa causa.

Na tiragem dêste número que nos vai acarretar grande despesa, damos uma prova de coragem, pois as obras em andamento pedem o dispêndio de grande quantia.

Terminadas as obras teremos de enfrentar grandes despesas com o aumento de poltronas do salão de festas e de estantes de aço para a biblioteca, findo o que cuidaremos com mais devotamento da publicação da Revista.

Discurso pronunciado por D. Maria da Conceição Melo Costa na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 1.º de agosto de 1946, a convite do mesmo Instituto, solenizando-se a passagem do 34.º aniversário da fundação do sodalício e rendendo-se homenagem à memória do seu primeiro presidente Desembargador João da Silva Melo.

Exmo. Sr. Interventor Federal

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,

Digníssimas autoridades,

Ilustres consócios,

Minhas senhoras, meus senhores:

Convidada pelo ilustre presidente dêste sodalício, Dr. José Calasans Brandão da Silva, para falar sobre o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Desembargador João da Silva Melo, não pude sustentar por muito tempo uma recusa formal.

Os exemplos que a História refere, desde os mais remotos tempos, de filhos insígnies que traçaram biografias de seus genitores, em estudos completos e longos ou em ligeiras narrativas, venceram-me os primeiros escrúpulos.

Interpretando Platão cheguei à certeza de que a dívida que se tem para com os pais, dívida que nunca se chega a pagar, perdura além da morte.

Rendendo justa veneração à memória de meu pai e amando calorosamente esta associação que vi nascer, senti-me impelida a esta tribuna, lugar todavia destinado aos artífices do pensa-

mento e da dicção, motivo por que receio ferir-vos o aprimorado gosto estético com o flagrante desequilíbrio da minha incompetência ante a complexidade da exposição. Espero contudo que empalideçam as faltas nesta ousada investidura, em vista do resgate que pálida e modiocrementemente ora se ajusta.

Obedecendo a uma razão muito íntima, rendo culto à instituição cujos pórticos transpús, desde a mais tenra idade, ao lado de meu saudoso pai, bebendo desde então seu espírito imarcescível a pairar nas altas regiões do pensamento.

Quando minha inteligência mal se abria para a vida, o Instituto aturdiu-me com a sua intensa atividade intelectual. Nasce-mos juntos por assim dizer.

Aqui aprendi a experimentar a sonoridade estilística dos filigranistas da idéia que o Instituto recebeu na sua infância, nacionais ou estrangeiros como Edmundo Gutierrez, advogado e publicista, grande intelectual colombiano, cujas cambiantes literárias resistem aos anos, dentro nas minhas lembranças em sussurros maviosos.

Disse-me certa vez Artur Fortes, o acrisolado poeta da rosa vermelha, que a vida dos homens assemelha-se ao rio que desliza em curvas graciosas ou arrogantes, ora cristalino, ora opalescente e penumbroso, ensombrado pelo roble ou pela sarça, pobre, pequenino, contorcido, um fio quase, ao lado da montanha inacessível, cumes rijos e perenes.

Minha vida, qual rio insignificante, desconhecido, corre paralela à vida dêste sodalício que bem se pôde comparar — obra magnífica a atravessar os tempos, relicário inviolável de nossas tradições mais valiosas — às montanhas indestrutíveis.

Contemporânea do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, crescendo e desenvolvendo-me à sua sombra, conheço um por um os seus fundadores, os intelectuais que por aqui passaram, tombados alguns para sempre pela morte, ausentes outros e poucos ainda presentes neste momento, fiéis às suas tradições.

Hoje que se celebra o trigésimo quarto aniversário de sua fundação, trazendo à balha, em insulsa palestra, traços biográficos de meu pai, um dos seus iniciadores e primeiro presidente, não vos tenho a apresentar uma vida de lances empolgantes, buirilada com os lampejos do gênio ou com o fascínio dos combaten-

tes políticos, mas a vida serena e ordeira, simples e laboriosa que sabe à própria terra sergipana, às planícies dos taboleiros cape-lenses em cuja terra nasceu, à simplicidade que tãda se dá a co-nhecer sem reservas; pois que faltam abismos... É a vida do magis-trado íntegro e modesto vivendo no remanso de sua tebaida — o lar e os livros — que eu exponho aos vossos ouvidos complas-centes.

Amou o sertão com aquêlê sentimento brasileiríssimo que se avultou em Euclides da Cunha e viveu magistralmente colorido em Catulo da Paixão Cearense "o maior provençal dos tempos modernos". Ele próprio o confessa:

"As cenas, as situações da história desta terra têm para mim um certo encanto particular. Tão depressa não me expurgarei de alguns laivos de provinciano".

Não admitia que o sabiá, bardo das selvas brasileiras, cantas-se senão nas frondes das quixabeiras ou nas árvores do joá sel-vático. Nos seus furtivos encontros com a musa dos aedos, pa-rodando Tobias ou Castro Alves, no íntimo convívio da família, dependurava os ninhos do sofrê nas candeias desabrochadas em flôr, em casto e singelo ofertório às uruçús e mandaçaías silves-tres; envolvia, no manto verde escuro da baunilha e da guabiraba, a cabeleira desgrenhada da mata a esconder juritis e puaçus bravias.

Julgando-se verzejador de mau quilate, nunca dera valor aos versos que escrevera.

O Desemb. João da Silva Melo nasceu no engenho Araçá, município da Capela, em 1856. Nessa cidade estudou com o eru-dito mestre Francisco Vieira de Melo, vigário da freguesia, latim, francês e filosofia. Internado no colégio São João, na Bahia du-rante dois anos, interrompeu os estudos por motivo de moléstia, regressando à casa paterna. Recuperando a saúde, parte para o Recife, sendo aluno do colégio do Dr. Viana. Volta à Bahia onde termina os preparatórios, no colégio do Dr. Gustavo de Sá. Ma-trricula-se na Faculdade de Direito do Recife em 1877.

Recordava sempre essa época romântica de sua vida. Era o tempo das serenatas, dos violões, dos estudantes na fase alegre e despreocupada da mocidade, cantando estrofes da Judia e a

Leocádia de Tobias em noites de plenilúnio a desenhar escamas fulgentes no dorso do Capibaribe que tantos poetas inspirou.

Recife do estro de Tobias Barreto —

"Caboela civilizada de pernas e braços nus" também "é a cidade soberba, ilustre, candente como uma imensa explosão", cuja Faculdade, fecundando as inteligências dos jovens brasileiros do Norte, deu ao mundo insígnias juristas e eminentes filósofos.

Ali conviveu intimamente com os seus colegas Desemb. fr. sé de Barros Acioli Menezes e Dr. João Antônio Ferreira da Silva, com os quais, já na velhice, se comprazia nas recordações dos tempos idos.

Em 1881, recebe o grau de bacharel naquela Faculdade, sendo orador da turma. Seu bem elaborado discurso impressionara tão vivamente eminente homem de letras e político de valor, presente àquela solenidade que foi por êste convidado a começar sua vida profissional na metrópole do país.

Declinou todavia de tão honroso quanto sedutor oferecimento. Atraía-o o panorama sempre novo de seu pequenino Sergipe a acenar-lhe à distância, na brancura de seus horizontes sublinhados pelo verde esmaltado do coqueiral, entoando, no farfalar perene de suas virentes palmas, hosanas de boas vindas aos filhos queridos que retornam ao lar. Sua terra amada!... Sua família!... Seus amigos!... E voltou a Sergipe, para não mais dê-lo afastar-se.

Começa, então, o longo tirocinio jurídico pelo interior do Estado de Sergipe. Promotor Público da comarca de Gararú, da Capela, de Laranjeiras e de Itabaiana, fôra nomeado juiz municipal e de orfãos dessa comarca tendo sido cassado êsse ato e substituído por outro, nomeando-o para o mesmo cargo nos termos de Buquim e Riachão. Pela segunda vez, volta a Itabaiana e daí segue para Gararú, como Juiz de Direito, onde passa apenas quinze dias, pois que, permutando com o respectivo Juiz, pela terceira vez volta a Itabaiana. Removido para a comarca de Propriá, transferiu-se, a pedido, para Itabaiana.

Por aqui se vê sua obstinação em permanecer na velha cidade serrana que guardava ainda o calor da vida de Tobias Barreto.

que ali se fez poeta, segundo Sebrão Sobrinho, inspirado na beleza de suas filhas e nas aquarelas de admirável côr local.

Aos ouvidos do novel promotor, teriam segredado visões que se volviã de cada canto da cidade, dos rorejos aurorais ou das sombras crepusculares, das alturas azues nas estrias dos arrebois ou dos mistérios da mata, almas aflitas, torturadas pela saudade do vate que ali cantara aos corações,

“nas horas em que o pranto é doce,
de uma doçura a que ninguém resiste”,

ou cantava

“aos lírios cândidos,
de sua dor o segredo”...

Domiciliado por vários anos em Itabaiana, como Promotor e Juiz de Direito, compreendeu a terra e o meio em que vivia, haurindo da própria terra a inspiração que lhe pautou todos os atos de sua existência assinalada pela simplicidade dos gestos generosos. Junto à fama que grangeou de Juiz obediente às suas próprias convicções, fiel cumpridor da lei, outra lhe aureolou a nobre alma que possuía espalhando a caridade em alto e atrevido grau.

Como o médico local ocupasse muito do seu tempo às ardorosas campanhas políticas de então, procurava substituí-lo com a sua pequena farmácia homeopática, intervindo em casos urgentes com os recursos de sua inteligência, atendendo mesmo a chamados, a qualquer hora da noite, para os arredores: Flexas, Macambira, Queimadas, Pôrto.

Explorou palmo a palmo os lugarejos do vasto município qual missionário a espalhar, dadivoso, as ardências de sua sensibilidade cristã. Era fato comum regressar ao amanhecer, ao passo lento do cavalo, revestido daquela paciência que tanto o caracterizou, depois de uma noite de vigílias e labutas à cabeceira do tabaréu opilado, a tiritar de febres intermitentes, desamparado na sua penúria com toda espécie de provações, ajoujado pela mão da fatalidade.

Possuindo o dom de exprimir-se de acôrdo com os circunstantes, empregava, quando em conversa com os sertanejos, o dialeto usado naquela região, pronunciando as palavras errônea-

mente, imprimindo o mesmo sotaque característico, como se fôra um deles. Não é de estranhar que se tornasse o ídolo e o oráculo daquela gente sofredora e aflita que o seguiu à procura de mezinhas com que se curar, mesmo quando passou a residir em Aracaju. E, quando isso acontecia, procurava explicar ao tabaréu simplório que a coisa aqui era diferente: "Serei processado se receitar" ... Enviava-o então ao seu irmão médico, Dr. José Francisco da Silva Melo, depois de alguma cédula para o remédio e da sôpa à sua mesa, sempre franca ao pobrezinho. Motivo por que, meus senhores, lhe falava tão de perto ao coração, a velha terra dos jaboticabais dulçurosos e dos laranjais em flor, embalsamando o ar. Era sempre com modulações de ternura e saudade na voz de inflexão grave e mansa que evocava Itabaiana da vetusta e lendária serra do **carneiro de ouro**, esfumada no cendal azul dos horizontes infindos, de festões e tufos de cabrita a beijar-lhe a encosta; com seus arroios, riachos murmuros e soluçantes a banhar-lhe os pés.

Itabaiana — milagre dos arazás mirins sazonados pelo sol inclemente e chamejante que esturrica os taboleiros agrestes.

Itabaiana das ladainhas punjentes! Das trezenas de Santo Antonio! Das tradicionais semanas santas acompanhadas pelas vozes firmes de Balbino, de Boanerges, de Antônio Rodrigues!

Itabaiana das lentas procissões de fogaréu! Dos místicos penitentes a se flagelarem, às caladas da noite, em época quaresmal!

Itabaiana do Cruzeiro do Século! Das peripetizações à Cruz dos Montes, onde a multidão, com a fé dos romeiros de Lourdes, acampava em barracas erguidas à orla da mata umbrosa, iluminada ao perene himeneu dos vagalumes.

Itabaiana das campônias alegres, rosas na face e laços vermelhos nas bastas cabeleiras côr de baunilha; sandálias brancas e vestidos de cassa para a missa do dia.

Todo êsse maravilhoso e expressivo e colorido painel imprimiu nostálgico lirismo ao seu espírito, para o resto da vida. Eis a confirmação neste trecho que escreveu:

"Ao meu espírito contemplativo surgiram como visões curiosas as imagens das belas filhas dos sertões de nossa terra, tão obscuras no seu isolamento quanto devotadas e heroínas na grandeza de seus afetos, elas... morenas e apaixonadas como a Su-

limitis que a harpa de Israel immortalizou no "Cântico dos cânticos". Pensei consagrar-lhes algum dia no fervor de minhas lucubrações, frases de meigas harmonias que lhes compensassem a aridez de seu viver monótono e uniforme. Na concepção dessa ideia, imaginei, um plano que se me afigurou de fácil execução. Acolhi-me em fantasia à sombra dos quixabais, e galanteando a musa dos idídios, tentei nas pétalas dos malmequeres surpreender o segredo da palavra mágica dos corações maguados pelas alternativas falazes do amor contrariado. Desiludido por não vir-me a inspiração de cima — raio de um diadema que o poeta apelidou de *quid divinum* — humilhado por não poder atingir essa elevada expressão do pensamento — a poesia — quedei-me na minha incompetência, para recolher no escrínio de minha alma os doces trenos das "Lendas Sergipanas" que Prado Sampaio sabe desferir das cordas de sua lira peregrina".

Depois de perلustrar durante vinte e seis anos os inóspitos municípios do Estado, falhos de conforto, de ambiente intelectual, vamos encontrá-lo à frente da Chefia de Polícia, acedendo ao desvanecedor convite que lhe fizera o presidente do Estado, Desemb. Guilherme de Souza Campos. Meses depois, era nomeado pelo mesmo presidente, Desembargador do Tribunal da Relação.

Galgara o mais alto pôsto da magistratura aquêle que modestamente declara "afeiçoar o minguado cabedal de suas forças intellectuais à disciplina racional na elaboração dos motivos que decidem dos direitos e interesses alheios".

São seus irmãos o General Francisco José de Melo e a professora Maria Emília de Melo, ambos residentes nesta capital.

De conversação fluente e verve otimista, empregando o vernáculo dos grandes mestres, doutrinava e encantava a um tempo aos amigos, admiradores de suas palestras animadas.

Ovidio e Cícero, Tito Lívio e Horácio foram-me nomes familiares à custa de ouvi-los mencionados nas admiráveis citações dos clássicos prediletos. A França gloriosa com o gênio de Napoleão a encher o mundo era objeto de seu mais vivo entusiasmo. Acompanhou com profundo interesse a imensa hecatombe da Europa em 1914, sorvendo largamente as vitórias de Joffre e de Pétain, cheio de admiração ante a heróica resistência de Verdun

que, atassalhada por bombardeiros ininterruptos durante dois anos quase, conduziu a França à glória da batalha do Marne.

Esgrimista ágil da idéia, sua eloquência encantava, quando numa síntese literária, a imaginação alada, descendo do mais remoto período da Literatura Francesa com o Restaurador das letras, penetra no famoso Palácio de Rambouillet, na Abadia de Port-Royal ou na Academia Francesa. Interpretando os gênios sublimes de Corneille, Racine e Bossuet, percorrendo sobre os princípios filosóficos dos enciclopedistas no século XVIII, enaltecendo Chateaubriand em "O Gênio do Cristianismo" ou o intrépido propugnador do Direito e da Liberdade, o lírico romancista de fama universal — Victor Hugo — alma genuflexa, ungida de admirável fé cristã diante dos vultos excelsos dos mártires da França imortal, assim se manifestava:

"... É a figura épica da sempre memorada Joana D'Arc, cavalgando o ginete da guerra, brandindo a lança de luz do anjo da Vitória e num ímpeto de cólera divina varrendo do solo de sua pátria, as hostes invasoras para depois, virgem e gloriosa, dignificada pela santidade da causa que defendia, transfigurar-se e reflorir na palma do martírio... Ali, é a criança franzina e delicada, humilde na pobreza, inocente na castidade de seus pensamentos, estática em frente a Massabielle, na contemplação da imagem de forma esplêndida, que lhe sorri em saudações de gentil polidez, e vendo no encanto de sua miragem, brotar do fundo do rochedo, nessa passagem misteriosa das trevas para a luz, do nada para a vida, a fonte de água viva e lustral onde o milagre, há mais de meio século, tem alterado as conclusões da ciência, para a felicidade dos que sofrem. E se Bernadete, a rosa mística de Lourdes, ainda na quadra encantadora da puberdade foi eleita pelo selo da graça da Imaculada, para converter aquêle sonho bendito na mais assombrosa das realidades, é que sua vida desde a infância se passou assim como a do meio em que floresceu sob a disciplina constante da moral religiosa".

Quando deixava as longas leituras que lhe faziam perder a noção do tempo, quando "descia à terra" como êle dizia, à roda de amigos sinceros que o procuravam sempre, despejava aquêle

cachoeirar de cintilações harmoniosas, lantejoulado, rico de evocações históricas, a mbrosia de que se alijava sua vigorosa cerebração.

Bebia na poesia de Prado Sampaio, seu íntimo amigo, a linfa que o dessedentava dos labôres do estudo constante feito quase sempre até altas horas da noite. Gostava, dizia, que os galos lhe anunciassem a hora do repouso. Jamais empregava a expressão *vou ler*, mas, *Vou estudar*, e de tal modo prezou o estudo que, aposentado, continuava a adquirir os novos tratados concernentes à ciência do Direito. Ao falecer, estava ao alcance da mão o mais recente livro de Paulo de Lacerda, cujas fôlhas últimas ainda estavam ligadas.

Do matiz de seu estilo, da ternura das imagens com que envolvia seus pensamentos, eis um exemplo nestas considerações que fez sobre a índole da criança suscetível ao ambiente educativo em que vive:

“Permiti, mães carinhosas, que em tão amável companhia faça uma breve excursão ao vosso lar. Envolto em sanefas de rendas finíssimas, agita-se um berço, baloiçando-se nas regiões dos sonhos angelicais. Que dolorosa desilusão não abalaria todas as forças de vossa alma, se alguém, por indiscreto, vos disesse que no ser humano ali, em doce placidez, se vêem desenhados todos os instintos da perversidade?!... Não acrediteis nessa legenda pavorosa. A História nos ensina e a natureza nos revela que a criança vem ao mundo semelhante à aurora; traz na fronte o luzeiro do belo, e no sorriso, o perfume da inocência e da graça que enche de encantos o vosso lar como a flôr que desabrocha em-balsama de aroma o ambiente que a cerca. A natureza não vos abriria o coração a êsses arroubos de ternura, não vos faria ajoelhar diante do berço do vosso filho, se em todo o seu ser não se refletissem as mais fagueiras esperanças do porvir. A criança se degrada, se uma educação moral e desvelada a não ampara, nessa queda de anjo”.

Varão de rija fibra, dêsses que prezam a verdade e a justiça, ainda que “o céu e a terra se coligassem contra êles”, misto admirável de altivez e elegância de espírito, circunspecção e polidez, cuidando com esmêro do alinho pessoal, trajando rigorosamente o fraque, jamais usando trajes claros senão em casa, era

o Desemb. Silva Melo um perfeito cavalheiro e magistrado emérito, tornando-se destarte consultor de seus íntimos amigos, poetas e estudantes.

Concentrando sua atividade intelectual no estudo acurado da ciência do Direito, achava que o Juiz não devia afastar-se para misteres alheios ao complexo labirinto dos considerandos que a justiça encerra. Porisso respondia a Mendes de Aguiar, exímio latinista, com quem manteve estreita e assidua correspondência as mais das vezes em latim:

“O ofício de Juiz extrema-se com acentuada desproporção da missão do crítico. Com os hábitos adquiridos no ofício de julgar cerrou-se-me o intellecto à compreensão das formalidades e praxe complicada do processo da crítica literária”.

De suas reflexões filosóficas extratei o seguinte fragmento:

“Diante da confusão e das incoerências sistemáticas das escolas filosóficas, o legislador, por maior que seja o seu esforço, não poderá firmar os seus atos na verdade puramente lógica para a boa direção da sociedade. Com a obtenção de tal *desideratum*, quando porventura a se realizar, formar-se-iam individualidades fortes e sinceras as quais, mau grado a sua situação excecional, não conseguiriam encaminhar a coletividade para a satisfação de tôdas as aspirações supremas. Certamente os mártires da politica e os da ciência se encontram com os mártires da religião. Perante a justiça da História, tanto vale o mártir que derribou com o pé os ídolos do paganismo, como Galileu pôsto em tormentos ou Sócrates condenado à morte, por ter estabelecido princípios científicos contrários à legislação de Atenas, ou Tiradentes que sofreu o martírio por pretender modelar nossa Pátria no cadinho de suas convicções políticas.

Os heróis, os que consagram à Pátria todos os seus sonhos, todos os seus generosos anseios por verem-na próspera e forte, êsses não morrem. No coração popular vibra em emoções entusiásticas o sentimento de sua benemerência. Na memória dos pósteros refulge, em halos de luz, a imagem de sua alta superioridade”.

Dotado de inquebrantáveis sentimentos de civismo, a idéia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico lançada pelo espírito jovem e idealista de Florentino Menezes encontrou plena

aceitação de sua parte. Animou a centelha com a pujança de sua intelectualidade.

E naquele dia alvissareiro, 6 de agosto de 1912 nascia, a 1 hora da tarde, este Instituto fadado à luminosa trajetória que a todos enleva e surpreende.

Nos seus austeros e escuros trajes das grandes solenidades, lá estavam eles em torno à mesa, onde as flores naturais em jarros de porcelana desenhavam variegados e alegres coloridos. Caldas Barreto, Florentino Menezes, Silva Melo, Alvaro Teles de Menezes, João Mainard, Alcebiades Paes, Teixeira Fontes, Armindo Guaraná, João Antônio de Oliveira, Manuel dos Passos, Nobre de Lacerda, Prado Sampaio, Francisco Martins, Virginio Santana, Alfredo Cabral, Evangelino Faro, Moreira Magalhães, José Correa Paes, Pedro Machado, Francino Melo, Elias Montalvão, Zacarias Paes, "sob os auspícios do bravo e honrado Presidente do Estado, General Siqueira de Menezes", instalavam solenemente o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A voz vibrante de Florentino Menezes aclama presidente "entre geral entusiasmo" o Desemb. João da Silva Melo, "como uma homenagem ao seu talento e profundos conhecimentos", diz o orador em polidos encômios.

E o Dr. Silva Melo agradecendo comovido convida para secretários os Drs. João Mainard e Manuel dos Passos de Oliveira Teles que tomam seus lugares.

Desde aquele instante, meu pai que se dizia recolhido no recesso do lar, "deixa o seu campo de ação para, na mesma confraternização de sentimentos, na mesma associação de aspirações, comungar com os seus pares nas aras onde a ciência hasteou a flâmula de seus ideais". E discursa no ato de inauguração:

"Quem, fugindo ao ambiente de suas lucubrações, dilata a vista por sobre a humanidade na contemplação estática da série das evoluções que se desenrolam desde o indivíduo até a coletividade, desde a família até a sociedade, e sagra em seu peito a crença do progresso e da perfectibilidade humana na ordem histórica e na ordem filosófica, se não pode alistar na vanguarda das falanges combatentes, será pelo menos um retardatário que na contribuição de sua boa vontade também concorrerá com insigni-

ficante parcela de seus esforços para o êxito da empresa". E adiante:

"O Instituto!... Mas qual o seu ideal? dizeis vós. Não me preocupa, senhores, o desejo de saber se todos quantos hão cooperado para a sua construção social têm neste momento a visão de suas vantagens e o sentimento de sua beleza.

O Instituto!... Não é ele um ninho de águias que se agitam ao calor dos raios solares para mais tarde em vôo altivo dominar através do tempo e do espaço... Não surgiu para a luta das teorias políticas no seio da massa popular, nem para as controvérsias das escolas nas agremiações intelectuais... Não se sente abrasado dos lampejos das criações geniais, tentando o rumo da passagem das aves altaneiras, nem desce até a arena para os lances do pugilato na envergadura de lutador...

Nasceu da iniciativa, da nobre inspiração de um distinto estudante, cuja inteligência influenciada pela leitura assídua dos bons livros lhe garantirá para o futuro a situação de um homem também praticamente social.

Modesta é a esfera de sua ação. Nos seus esforços consiste o segredo do seu futuro. À faculdade dos meios prende-se o exercício de sua atividade.

...Ele se propõe principalmente à aquisição de materiais que servirão para a história do Brasil e especialmente dêste Estado. E qualquer que seja o futuro historiador que tenha de invocar o seu testemunho para se pôr em contacto com o povo, cuja vida pretenda descrever, e com os Governos, cujos atos tenha de analisar, não poderá recusar a sua cooperação afim de estudá-los em nome da verdade e das conveniências do Estado; porque, consoante o modo de ver de um notável escritor, a primeira das conveniências públicas e a primeira das verdades políticas e sociais é o respeito à lei soberana das coisas humanas. E tal postulado não exclui a realização graduada, lenta, e evolutiva da verdade no mundo"...

Reeleito presidente, aqui esteve até 1916, quando renunciou o cargo em virtude de assim o exigir a saúde combalida.

Eu, que o acompanhava sistematicamente às sessões pois que ele procurava ampliar com a vivacidade de meus olhos infantis o reduzido horizonte visual de seus olhos de míope, guardo

como se guardam essas cenas inolvidáveis de nossa meninice, a lembrança de sermos os primeiros a chegar à sala das sessões, sendo os últimos a sair, e quanta vez em noites hibernais e êrmas enfrentávamos corajosamente o pantanal da Praça da Matriz, aquela hora adormecida sob o luzir adamantino do Cruzeiro do Sul nos longes do infinito e o coaxar estridente e desafinado das rãs lamentosas.

De relação ao interesse e carinho que devotou ao Instituto, assim se expressou o preclaro homem de letras, o Desemb. Caldas Barreto no ato da inauguração de seu retrato na galeria de honra desta casa:

"Foi sempre o ilustre e saudoso extinto um dedicadíssimo amigo desta associação, trabalhando sem cesar pelo seu constante evoluir, dirigindo-a com afeto, dedicação e sobretudo com imparcialidade, o que lhe era característico. Foi um dos iniciadores desta senda luminosa que vimos trilhando até agora. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe muito lhe deve pela sua brilhante, fecunda e sensata administração, por espaço de quatro anos, animando-nos, fortalecendo-nos, encorajando-nos com os seus sábios conselhos, com o seu devotado patriotismo, com o seu invejável desprendimento. Nunca teve desfalecimento em se tratando do bem estar, do levantamento, do progresso deste santuário das glórias de nossa pátria sergipana. Venerou sempre o único abrigo de nossas tradições. Foi o nosso saudoso homenageado um homem de bem, um probo que sabia honrar qualquer cargo por êle ocupado.

Modesto ao extremo, preferindo o seu adorado isolamento, cercado dos legítimos afetos da família extremosa, dos colegas e amigos dedicados.

Intellectual de escol, exímio cultor da história e da filosofia, ciências que sempre amou desde os tempos acadêmicos latinista emérito, magistrado modelar e finalmente um sergipano digno foi o Desemb. João da Silva Melo". São palavras do Desemb. Caldas Barreto.

Perdura nas minhas lembranças a expressão de contentamento que lhe iluminou o semblante abatido, quando três dias antes do trespasse final, seus olhos divulgam, através da janela, o espetáculo encantador da murta envolvida no alvo manto de suas

flores perfumadas — sua murta amiga!... Cobrira-se de flores durante a noite para festejar-lhe as melhoras daquele dia, e repetia êle uma vez ainda aquêles versos prediletos:

"Ramo de murta a rescender cheirosa ...

.....

Eu sou o lotus para o chão pendido"...

Nesse mesmo dia, 26 de agosto, tendo uma exata precisão de seu trânsito próximo, encarrega Ismael Silveira, nosso grande amigo, de arranjar-lhe o orçamento de um funeral de primeira, não esquecendo os dobres de finados... Era o começo do fim

Dispondo sobre suas últimas vontades que aliás consistiram em orientar minha mãe sobre nossos estudos que nem sequer estavam a meio, com a coragem e o desprendimento peculiares às grandes energias morais, morre cristãmente catolicamente, recebendo a seu pedido todos os sacramentos da Igreja.

E na fria manhã de 29 de agosto de 1917 fechava-se o livro de sua vida, deixando-nos com a derradeira fôlha que foi a estóica despedida, o exemplo mais admirável da vida e morte de um homem de bem.

Comprova plenamente seu espirito cristão este tópico de seu discurso às professoras primárias proferido no ato da inauguração do Grupo Escolar General Siqueira:

"Poder-se-á afirmar de modo categórico que é incompatível com a organização social o ensino primário da moral religiosa? Se o Estado não deve decretar uma religião para os seus associados não lhe será lícito proibir que a educadora faça germinar na alma da infância a idéia do Cristianismo como base da fé.

A repressão religiosa é tão necessária à sociedade dirigida pela corrente evolutiva do progresso como ao Estado a repressão política para o acatamento dos princípios conservadores e aspirações coletivistas da sociedade.

A educação meramente civil ou filosófica pode despertar o sentimento da igualdade e da liberdade, mas o da fraternidade somente se inspira no Cristianismo".

Meus senhores e senhoras:

Ao receber a incumbência sumamente agra de falar sobre a

personalidade de meu pai, vencidos os primeiros óbices de recusa, amparou-me a idéia que me animou e sustentou até o fim: ninguém melhor do que eu sentiu de perto a pujança daquele iluminado espírito; ninguém, devassando o passado que já vai longe, descobriria aquela vibrante sensibilidade de amigo, chefe de família e pai extremoso, esmaecida pelo perpassar dos anos. Seus admiradores, seus contemporâneos descansam na paz do Senhor. Poucos restam dos que privaram de sua comunicativa intimidade.

Entrementes, meu afeto, reprimido no ímo do coração por tantos anos, procuraria recompor, avivar os traços daquela vida que tóda se retraiu na mais extrema modéstia, e em caudais de ternura e da saudade que jamais feneceu, antes com os anos cresce e se avoluma, neste momento, nesta casa, vem prestar-lhe meu maior respeito, minha maior homenagem.

Não me parece extemporâneo repetir estas palavras que tão magistralmente escreveu impregnadas do perfume místico das coisas sagradas:

"A História assinala em traços fulgurantes os vestígios da passagem dos espíritos senhores do bem em tôdas as direções de sua atividade. Não obstante a distância do tempo, êles refletem uma grata emanação de energia imortal que se perpetua indefinidamente como essas flores de sacrário que ainda depois de murchas exalam o aroma delicioso da santidade do lugar em que se guardavam".

Perdoai, seleta e culta assistência, se, com as tintas fortes de meu acendrado amor filial, exagerei neste despretencioso e sincero perfil, os méritos do 1.^o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Desemb. João da Silva Melo,

CONCEITUAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA

FELTE BEZERRA

CIÊNCIA nova, ao mesmo tempo contemporânea de outras ciências sociais surgidas em igual época, torna-se um tanto embaraçoso definir correta e satisfatoriamente a geografia humana, pela dificuldade de delimitar seu campo de ação, em tantos pontos em contacto com outros ramos científicos. Além disso, a impossibilidade de formular leis tirou-lhe um pouco das simpatias dos estudiosos, a princípio, que preferiam cuidar da sociologia ou da antropologia, e tê-la apenas como leitura diletante.

De um modo geral, é fácil compreender-se, ela estuda as relações entre o Homem e a Terra. Seu objetivo, portanto, é estabelecer as normas e apreciar os fenômenos e fatos geográficos que caracterizam estas relações. Ela deve, assim, precisar o que existe de comum entre o homem e a natureza. Para tanto, têm surgido muitas definições, que são aplicadas na tradução de tais conceitos.

"Estuda o homem em suas relações com a Terra", disse Lespagnol. "Estuda as modificações produzidas pelo homem na superfície da terra", disse Brunhes, no que é acompanhado por Schluter. Será "a ciência das instalações humanas", na expressão de Maurice le Lannou. Ou mais simplesmente, "a ciência do homem-habitante", como ainda quer o mesmo autor. Como se vê, todas essas tentativas de definição procuram sempre pôr em foco o homem e a natureza.

Nestas relações é fácil enxergar o poder de iniciativa e a capacidade do ser humano, quando procura tirar da natureza os ele-

mentos necessários à satisfação de suas necessidades imediatas, alimento, vestuário, abrigo, etc., como também secundárias ou supérfluas, o que ele faz de maneira e em medidas variáveis, na dependência de outros fatores que entram em jogo. É insosfismável que o homem exerce sensível influência nas terras que habita, ao transformar a paisagem puramente geográfica, natural, em um quadro artificial, que constituirá a paisagem humanizada.

Delgado de Carvalho, ao analisar o assunto, declara que devemos apreciar no homem a dupla capacidade de adaptação passiva, tal como as plantas e os animais, e adaptação ativa, o que exprime o sentido das duas correntes da geografia humana, chefiadas por Ratzel e la Blache. A esse respeito os autores alemães, em geral, preferem a indicação de uma geografia estática e, em contraposição, de uma geografia dinâmica; o sentido é o mesmo... Os norte-americanos, que não se preocupam muito com a conceituação e as doutrinas, se inclinam por uma aplicação intensa e até exagerada, em certos casos, do método estatístico à antropogeografia.

O professor universitário espanhol Urabayen procura fugir da contingência de examinar o comportamento, quer ativo, quer passivo, por parte do homem. Na sua tentativa de conciliar o assunto objetiva, para a geografia humana, o estudo do aspecto geral da superfície do globo, como uma consequência das influências que o meio exerce sobre o ente humano e das relações que este oferece àquele. Procura então vêr nos fenômenos e suas resultantes o que pitorescamente denomina de "precipitados geográficos". Para ele, tanto a terra como o homem são fatores que atuam nas modificações produzidas à superfície do planeta.

O grande mestre que é Albert Demangeon desenvolve interessante raciocínio, quando procura uma definição para a ciência antropogeográfica. Primeiramente ela corresponde às "relações do homem com o meio físico". É o que nos sugere a ecologia, quando firma o conhecimento da existência, em um mesmo complexo ambiente, das associações de seres vivos, vegetais, animais e do próprio homem, em relações de interdependência. Serve bem o exemplo comum — esquimó, rena, liquem —. No entanto, há relações que escapam ao campo da geografia humana. O homem é estudado, individualmente, por outros ramos científicos; a an-

tropologia, a fisiologia humana, a medicina ou a bioquímica. Ao reconhecer, desta maneira, a deficiência de sua primeira conceituação, o Mestre a estende para "relações dos agrupamentos humanos com o meio físico". Certa a definição, quanto ao primeiro termo. Desde a aurora da humanidade que o homem não age sozinho, mas em grupos. Na prehistória, como na antiguidade e sempre. No grupo há o esforço de coesão, de cooperação, origem das culturas, em seu sentido sociológico, das civilizações, pelas conquistas e aquisições gradativamente feitas, muitas delas tomadas à natureza (dolmens, domesticação de animais, selecionamento de plantas cultiváveis, irrigação das terras, aproveitamento das cheias e regularização de cursos d'água, em exemplos esparsos).

O segundo termo da definição, contudo, se conserva falho. O meio físico, ou meio natural, meio exterior portanto, não é o único a interferir no jogo de forças que constitui o ambiente no qual o homem se vê envolvido, ele insuladamente ou os agrupamentos humanos. Não é possível prescindirmos do meio interno ou biológico, como do meio cultural, por assim dizer. Será tudo isso, concomitantemente, que irá formar o complexo a que se deve, denominar de — meio geográfico —. Eis porque, conclui Demangeon, a definição satisfatória será: "Relações dos agrupamentos humanos com o meio geográfico", entendendo-se como este último o meio físico ou natural, mais as influências do próprio homem (biológicas e culturais), através de sua vida funcional ou orgânica, de relação e espiritual. Considerando, pois, que o homem é um agente na Terra, "um ator", como já o proclamava Buffon, ele trocou sua primitiva passividade, de ser *nudus et inermis*, para alterar ambientes e modificar paisagens, por seu espírito criador, sua capacidade de improvisação, sua inteligência realizadora, na conservação de equilíbrio e sintonia, que sem isso seriam rompidos pelas múltiplas solicitações exteriores.

Na concisa definição de — ciência do homem-habitante — não parece que seja simples enquadrar os objetivos da geografia humana. O meio geográfico não se resolve apenas em um conjunto, ou uma conjugação de causas e efeitos, em virtude da complexidade e entrelaçamento das componentes que o integram para

produzi-lo, pois os mais diversos fatores interferem na sua composição, os físicos como os biológicos, os sociais como os econômicos.

O estudo do meio geográfico de um determinado agrupamento humano estará sujeito ao reflexo resultante dos contínuos movimentos de aumento ou diminuição do grupo, por influências que às vezes são alheias ao próprio ambiente. De maneira que, quando o estudamos, não fazemos mais do que apanhar-lhe um aspecto, em um dado momento, de sua constituição, como bem explica Maurice le Lannou. Fixamos-lhe um estágio de evolução. Quando lenta esta, o estágio tem feição permanente, a mudança é imperceptível para um mesmo observador; esta é a regra geral. Outras vezes, no entanto, a evolução é extremamente rápida, como acontece com algumas cidades do Continente Americano, que se desenvolvem aceleradamente, como São Paulo, Chicago e outras. No caso de São Paulo, o aumento intensíssimo da população não tem explicações nos elementos do meio geográfico *strictu sensu*, que se não alterou; os motivos foram de ordem econômica e mesmo assim não um único, porque a princípio fôra o café e atualmente é o notável crescimento de seu parque industrial. Aí está um exemplo excelente da participação eficiente do elemento humano, ele próprio, na composição do complexo — meio geográfico —, não apenas meio físico ou natural. Em 1872 São Paulo tinha somente 26.000 habitantes, em 1940 um milhão e meio e em 1950 dois milhões e duzentos mil.

As causas em geografia humana são especialmente precárias, porque se podem renovar constantemente, não adquirindo por isso feição de sistema permanente e hierarquizado (Lannou). Há quem pretenda emprestar à geografia humana a capacidade de se organizar em sistemas e formular leis. É que ficou para trás a geografia de repertórios e inventários. Agora se estabelecem as analogias palpáveis entre os aspectos geográficos de regiões distantes, sem quebra da individualidade de cada qual, parecendo assim que, realmente, existe possibilidade, ou pelo menos viabilidade, na construção de sistemas e leis, visto o estudo da Terra e do Homem como um todo orgânico. O próprio la Blache se deixou empolgar por isso, conquanto no prosseguimento de sua

obra ele se afaste de tais premissas, segundo comenta le Lannou.

A verdade é que, se na geografia física é compreensível a existência de leis gerais, em geografia humana isso desaparece, para dar lugar a contingências e relações constantemente renováveis (André Gilbert).

O que é certo, porém é que os elementos do meio físico, por si sós, não conseguem criar as mesmas condições de vida dos homens em dois ambientes análogos, porque entram em jogo os fatores culturais do grupo, os quais norteiam, de modo diverso, o mecanismo das relações e evolução humana em cada lugar.

Jean Gottmann cita um exemplo interessante, ao comparar o Marrocos atlântico com a Califórnia, nos Estados Unidos. Áreas geográficas da mesma extensão, identidade ou semelhança de relevo, de tipos de solo. Igual a geografia física de ambas as regiões. Todavia, o desenvolvimento dos grupos humanos, por suas diferenças culturais, históricas, políticas, econômicas, motivou evolução inteiramente distinta para os habitantes das duas regiões comparadas.

Alguns insistem numa imitação desta ciência social às ciências naturais. Sem a obrigação de aceitarmos o pensamento, é curioso examinar aquilo que tencionam reconhecer como ciclos de colonização ou povoamento, renovados, através da história, em exemplos variados. Para os adeptos da idéia, deveriam ser encarados como verdadeiros ciclos as correntes de povoamento a que Isaías Bowmann denominou de *pionier fringes* e Demangeon designou como *Fronts de colonization*, com os magníficos exemplos da formação dos impérios coloniais, e mais especialmente dos países do Novo Continente, nas típicas amostras dos pioneiros da América e dos bandeirantes do Brasil.

Todavia, devemos ser extremamente cautelosos na apreciação das relações de causa e efeito, em antropogeografia. "A causalidade representa um ponto delicado para a disciplina", declara com propriedade Jean Gottmann. Neste sentido, os deterministas se esforçam por simplificar as coisas. Para eles quando, em um deserto atual, encontram-se ruínas que indiquem a existência de antigas civilizações brilhantes é porque a região teria outrora desfrutado de bom clima. Posteriormente, teriam sido destruídas, "arrazadas pelo dessecamento", pensavam. A arqueologia, no en-

tanto, já demonstrou o erro da interpretação. O que deve ter mudado, na realidade, não foi o clima, que de umido tenha passado a árido, mas sim os sistemas de vida, por evolução do grupo humano que ali vivera, em cotejo com o que vive hoje no mesmo local, ou ainda porque outras condições tenham solicitado novas maneiras de viver e de agir. Basta lembrar, para não ir muito longe, o sentido diferente que tomaram os artigos de produção e de consumo, em face do assombroso desenvolvimento das comunicações e transportes, que praticamente eliminaram as distâncias...

PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SERGIPE

DR. WANDERLEY DE PINHO

Acabava Araujo Pinho de casar-se (a 20 de novembro de 1875) com sua prima Tereza de Carvalho Melo (1), não pensando em afastar-se da Bahia e dos novos encargos que o casamento lhe trazia, com a administração do patrimônio de sua esposa constituído especialmente de propriedades rurais.

"Não pretendia ser presidente e muito menos promovi a intervenção do Dr. Fiel com quem entretinha relações apenas de afetuosa cortezia" — deixou escrito em uma nota; foi, portanto, com surpresa que recebeu, do Dr. Fiel José de Carvalho e Oliveira, político em Sergipe, um dos chefes conservadores naquela provincia, e alto funcionário da alfândega da Bahia (2), uma carta (datada de 6 de dezembro de 1875) em que lia; — "realizaram-se os meus desejos: o nosso amigo B. de Cotegipe em carta de 30 de novembro assim se exprime: — "está o Pinho aprovado para presidente de Sergipe. Não sei se poderei escrever a ele. Escreva-lhe e diga-lhe de minha parte que assegurei sua aceitação. Está Você satisfeito e creio que o Pinho será fiel interprete da politica do governo geral".

(1) — Tereza de Carvalho Melo filha de Coronel Francisco da Silva Melo e D. Mariana Moreira de Carvalho Melo. D. Mariana era filha de José Moreira de Carvalho senhor do Engenho Agua Boa Grande, primo da mãe de Araujo Pinho e irmão do Conde de Sabahé.

(2) — Fiel de Carvalho era cunhado de Cleoro Dantas, Barão de Geremoabo; casado com uma irmã de Geremoabo, que, é possível, tenha influido na escolha de Araujo Pinho para ir presidir a provincia de Sergipe.

Não tardou de chegar-lhe às mãos carta do Barão de Cotegipe, em que, agradecendo a comunicação do casamento, reiterava a notícia, transmitida pelo Dr. Fiel, de estar resolvida e aprovada a nomeação para presidente de Sergipe, acrescentando: — “sendo urgente o preenchimento daquele cargo convem que V. S. diga quais suas disposições a semelhante respeito, afim de que, no caso de aceitar a nomeação, siga com brevidade para seu destino (3).”

Entrava Araujo Pinho em hesitação.

Mas como recusar? Não seria prejudicar profundamente uma carreira iniciada com tão feliz sucesso, e como que retirar-se da política, quando já não o futuro, mas o próprio presente, lhe rasgava tão risonhos horizontes?

Essa passageira crise de vacilação, logo seguida da decisão de aceitar e partir, reflete-se muito bem numa carta do Dr. Felipe Ferreira de Araujo Pinho (4) que se dizia “ora contentíssimo, ora um tanto contrariado”. “Sim, — escrevia ao filho, — passei a noite numa especie de praser e ao mesmo tempo de contrariedade e isso mesmo disse a tua Mãe e às meninas. Se essa nomeação viesse um pouco mais tarde! Agora tens certas cousas a ver e por em ordem... Lendo a tua de ontem, pois o João dormiu em Terra Nova parece-me que te achas nas mesmas circunstâncias. — Recusar parece-me que seria um ato mau e sem alcance politico, era não se querer prestar, e então com que direito poderias exigir alguma cousa; era como querer fechar a porta. — Aceitar poder-se-á dizer também já está bem aquinhoado. Entendes-me? Em todo o caso aceitar é minha opinião, quando não se alcance o mais hoje tem-se mais direito. Emfim, pensa... — Orgulho-me meu caro filho, por ver o nome, a reputação que tens adquirido. Dou graças a Deus por ver que logares de primeira

(3) — Carta do Barão do Cotegipe a Araujo Pinho: Rio, 14 de dezembro de 1875. — Havia quem se admirasse do interesse revelado por Cotegipe em relação a Araujo Pinho: — “realmente é uma cousa que me faz especia, e coisa estranha, essa amorosa corte que de ha certo tempo para cá elle (Cotegipe) tão officiosamente lhe faz. — Isto mesmo, porém, é felicidade sua; e não ha dôvida como dizia o outro — **V. nasceu empelcado**” (carta de Hannibal a Araujo Pinho, 26 de dezembro de 1875).

(4) — Carta do Dr. Felipe F. de A. Pinho ao filho, datada do Eng.º Portuna a 10 de dezembro de 1875.

ordem te são oferecidos. Vai se realizando o que escrevi ao Dr. Abílio, e espero em Deus ver tudo realizado. — Não me foi possível aparecer, o que farei o mais breve depois que por aqui passares. Estou ansioso por te abraçar”.

Araujo Pinho aceita e em 17 de dezembro escreve a Cotegipe: “Fico profundamente agradecido a V. Excia. pelo elevado conceito que de mim forma, julgando-me capaz de desempenhar tão ardua quanto importante comissão. A confiança que ela exprime creio ter já aprendido a correspondê-la. Presentemente, Sr. Barão traz-me grande prejuizo o arredar-me de interesses que exigem de mim uma direção nova e impulso, e V. Ex. bem pode avaliar o meu acerto, recordando-se do sacrificio que acarreta o governo a V. Ex., deixando à revelia suas propriedades na Bahia. Como porém não sei desobedecer a V. Ex. que acaba de distinguir-me com mais essa prova de sua confiança e consideração, estou pronto a cumprir as ordens que se dignar transmitir-me, pedindo-lhe apenas alguma demora enquanto ponho em ordem alguns negócios”.

“Demore-se o menos que lhe for possível — acudia Cotegipe. Já que faz o sacrificio, faça-o completo e em tempo útil” (5).

Nomeado por carta imperial de 8 de janeiro, esperou a realização do casamento, a 12 de fevereiro, de sua irmã Maria das Mercês (6), e a 22 de fevereiro de 1876 partia, no vapor S. Salvador, para Aracaju.

O pai acompanhou-o até o embarque e em carta à D. Mariana de Carvalho e Melo, sogra do filho, escrevia, seu tanto orgulhoso, dando noticias da partida do jovem par: “Minha Exma. Prima e Senhora — Julgo de meu dever, e grato dever, de lhe comunicar que fui acompanhar nossos Filhos desde Santo Amaro até o embarque para Sergipe, que teve lugar na terça-feira pelo meio dia; e depois de abraça-los segui para aqui — onde cheguei ontem à noite. João foi acompanhado pelas primeiras autoridades e muitos amigos até o vapor. Foi pois muito concorrido o seu embar-

(5) — Carta do Barão de Cotegipe a Araujo Pinho, Petrópolis, 14 de janeiro de 1876.

(6) — Com o primo Antônio Joaquim da Costa Pinto, filha dos Viscondes de Aramaré.

que; o que me causou bastante satisfação. Terezinha com quem sempre estive, apresentou-se com desembaraço (7), desde a casa do Dr. Luiz (8) que esteve cheia dos amigos e autoridades, como já disse, até o embarque. Fiquei pois também muito satisfeito. O Presidente da Província foi quem lhe deu o braço até o vapor. João a estas horas já deve ter tomado as redeas do Governo de Sergipe. Deus os proteja".

No dia 23 de fevereiro de 1876 a 1 hora da tarde, chega a Aracaju, que lhe appareceu bonita e simpática: "é agradável a impressão de quem aporta a esta cidade — escrevia ele a Pereira Franco — banhada pelo rio que com uma largura consideravel se deslisa entre margens paralelas. Corre incessante a viração; a cidade muito arenosa, sem calçamento, é espaçosa em suas ruas bem dispostas em quadras. Ainda não tive tempo de percorre-la e visitar os estabelecimentos públicos. O palácio do governo está decentemente preparado e mobiliado; é uma casa muito espaçosa, que daria para dous presidentes morarem" (9)

Más impressões iria logo colher da situação da Província.

A 24 de fevereiro toma posse perante a Câmara Municipal e logo a 1.º de março lê pequeno relatório ao abrir a sessão da Assembléa Legislativa. (10)

Finanças nada prosperas; industria em acentuado declínio; crise progressiva, oprimindo isclemente a industria agricola e ocasionando consideravel redução nas rendas públicas; impostos já

(7) — Esta passagem se justifica pela idade da, mais que jovem, esposa de Araújo Pinho. Tinha então apenas 14 anos. Ela extranharia em Aracaju a sua nova vida — "por estar acostumada a morar com muita gente". Sentia-se muito só numa casa "tão grande", mas lá fazendo amigas. (Carta de Tereza à Mãe, 7 de março de 1876).

(8) — Dr. Luiz Dutra Rocha em cuja casa a primeira mulher de Araújo Pinho, quando era colegial, passava os dias feriados, e que agora hospedava o casal Araújo Pinho.

(9) — Carta de Araújo Pinho ao Cons.º Pereira Franco, 27 de fevereiro de 1876.

(10) — Ao assumir a presidência escreve ao ministro do Império que referendara sua nomeação — Cons.º José Bento da Cunha Figueiredo, futuro Visconde do Bom Conselho — que, em resposta, lhe diz: — "não tem V. Ex. que me agradecer a honrosa comissão de que o encarregou o Governo Imperial. Agradeça V. Ex. não a mim, mas ao seu bom nome. Confiando muito nas informações que um meu especial amigo me subministrou, senti logo o desejo de aproveitar o reconhecido préstimo de V. Ex., de quem já me considero devoto". (Carta de 10 de abril de 1876).

em demasia, sem poderem nem deverem ser aumentados; pagamentos atrasados, tanto de subvenções e vencimentos como de contas de contratantes; previsões inquietantes dos técnicos responsáveis, como o Inspector da Tesouraria Provincial, a anunciarem que a receita chegaria apenas para o pagamento das despesas ordinárias e que no segundo semestre faltariam meios de prover às necessidades occorrentes: — tal o prospecto nada animador que se lhe antolhava.

A um espirito moço, ansioso de empreender, realizar, deixar a marca da administração, que se iniciava, na memoria de seus governados, seria duramente penoso conformar-se com a quasi inerte rotina do expediente.

Pensa então em pôr ordem às finanças. Desde que o crédito da provincia era bom, pagando ella com pontualidade os juros de suas obrigações, promoveria uma operação de crédito, enquanto cortasse fundo nas despesas. E volta as vistas para a instrução pública e para a organização da policia, já que não podia cogitar de obras e melhoramentos materiais.

Falando à Assembléa, dizia: — “honrado pela confiança do Governo Imperial que me distinguia em minha obscuridade, com tão elevada commissão, é doloroso para mim estreiar a carreira administrativa, quando a esperancosa provincia de Sergipe, em luta com embarços acumulados, parece até descrever de seus privilegiados recursos. Se as circumstancias actuaes forem um obice invencivel á realisacão de meu desejo, de promover a prosperidade e engrandecimento da provincia, não me pouparei, todavia, aos esforços que a dedicacão inspira para atenuar a situacão embarrassada das finanças provinciaes Confio que minha administração, inspirada em nobres intuitos e respeitadora escrupulosa dos sagrados direito da justiça, contará com a cooperação leal e dedicada desta illustre assembléa e de todos os homens de critério e patriotismo Pedi conselhos ao vosso patriotismo, conduzi os vossos atos pelo caminho que vossas luzes aclararem e o aspecto do futuro se tornará risonho, e a provincia de que sois filhos, e que dignamente representais, occupará a elevada posição que lhe garantem suas esperanças e destinos”.

Ainda confiante nas seguranças ousadas com que a mocidade encara as tarefas a que se entrega, devia, intimamente, recear. Afinal presidir uma província, ainda que pequena; equilibrar-se entre as paixões políticas, tanto mais vivas e intolerantes quanto menor é o meio em que agem as facções; encaminhar a administração, quando as circunstâncias eram as com que deparava; fazer bem à província, conceituando-se entre os sergipanos e ante o governo de que era agente, e o partido a que pertencia; ser equânime, justo, sereno, sem deixar de interessar-se por seu partido — eram desafios temerosos à inexperiência de seus vinte e cinco anos, mas não chegariam a render-lhe o espírito até ao desânimo de seu antecessor (11) que lhe entregava o bastão, dizendo: “a administração de uma província, V. Ex. o sabe, é uma provação bem penosa: eu por certo nunca a teria aceitado se me pudesse convencer de que não devemos à pátria mais do que a nós”.

(11) — Passou-lhe o exercício o seu comprovinciano Dr. Cipriano de Almeida Sebrão, primeiro vice-presidente, em exercício havia quasi um ano, desde 30 de abril de 1875, substituindo o Dr. Antonio dos Passos Miranda, que passara a presidir a província da Amazonas. Pelo relatório com que passou o exercício o Araujo Pinho conhece-se a situação da província colhendo-se algumas informações de interesse. — Para a Assembléa haviam sido recentemente eleitos, por dois distritos, o do norte e o do sul os 24 deputados provinciais: Dr. Antonio Dias da Pinha Junior, Tle. Cel. Antonio Carneiro de Menezes, Dr. Francisco José Martins Feijó Junior, Dr. Gervasio Rodrigues Dantas, Cap. Leoncio Guedes Barreto, Dr. Feliciano Euzébio Dias Prazeres, Dr. Manuel Barbosa Alvares Ferreira, Dr. José Martins Fontes, Dr. Agnelo Leite, Dr. Francisco Alves da Silveira Brito, Padre Francisco José da Silva Porto, Dr. Martinho Cesar da Silveira Garcez — pelo distrito do norte; e Dr. Jesuino José Gomes Cônego Eliário Vieira Muniz Teles, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, Dr. João Maria de Loureiro Tavares, Dr. Guilherme de Souza Campos, Major Tertuliano Manuel de Mesquita, Dr. Olimpio da Silva Costa, Dr. João Batista da Costa Carvalho, Dr. Esperidião Zamiro de Souza Lopes, Dr. Rozendo Maurício Lobo, Dr. Luiz José Carneiro de Souza Lacerda, Cel. João Dantas Martins dos Reis — pelo distrito do sul.

Na magistratura havia alguns juizes habiunos: — em Laranjeiras (Laranjeiras e Divina Pastora) era juiz de direito Herculano Circundes de Carvalho; em São Cristóvão (São Cristóvão e Itaporanga) — Cipriano de Almeida Sebrão; em Japaratinga (Japaratinga e Rosário do Catete) Antonio Ferreira França; em Maróim (Maróim e Santo Amaro) Francisco Gonçalves Martins; em Propriá (Propriá, Vila Nova e Ilha do Ouro) Casemiro de Senna Madureira.

Era promotor público em Ibatana — Silvio Romero.

Chefe de Polícia Vicente de Paula Cascais; Inspector da Tesouraria Provincial José M. Gomes de Souza; Diretor da Instrução Thomaz Diogo Leopoldo; o Conselho Diretor da Instrução estava composto de — Dr. Thomaz Diogo Leopoldo, Presidente, Dr. Sancho de Barros Pimentel e Geminiano Paes de Azevedo (lentes da Ateneu), Alexandre José Teixeira (professor primário), Gonçalo Vieira de Melo Dr. Diretor de um Colégio particular).

Tendo recebido comunicação da posse, Cotegipe escrevia (Petropolis, 28 de fevereiro de 1876) a Araujo Pinho: — “e a ocasião de eu cumprir com a promessa que fiz a V. Ex. de dizer-lhe o meu modo de encarar os negócios dessa Provincia. Não são instruções, é opinião, que poderá ser modificada pela de V. Ex. que estudará mais de perto a situação da Provincia, sob seus diferentes aspectos. Ha certos princípios gerais que devem servir de norma ao procedimento de V. Ex.; cingindo-se a eles é provavel que V. Ex. encontre menos dificuldades, ou as supere sem grande esforço. A moralidade e independência da administração são condições imprescindiveis, sejam quais forem as consequências. Se o governo representa um partido é que esse partido exprime uma ideia, e não uma coligação de interesses individuais. Infelizmente entendem alguns que o Presidente não é, sinão, o **executor das altas obras** das influências locais, e mais infelizmente ha Presidentes que se prestam a esse triste papel. Não quero dizer que o Presidente se isole daqueles que erguem a mesma bandeira, e sim que lhes faça compreender e sentir, que antes de tudo está a execução das leis, a moralidade e o crédito da administração. Ha nesse caminho uns espinhos criados pelos maus hábitos; mas seguindo com firmeza e sem cortejo aos adversários ha de se tornar facilmente transitavel. Nada de sacrificar a administração à politica, si pode ser chamada politica aquella que exige tal sacrificio. Na grande experiência que vamos fazer da nova lei eleitoral, (12) a palavra do governo está empenhada em não intervir com os recursos officiaes, e muito menos com o emprego de meios materiais na luta dos partidos; ao contrario garantir-lhes o pleno uso de seus direitos. Já não é pequeno peso na balança que um deles se ache representado no Poder. V. Ex. sabe que eu particularmente não sou partidário da nova lei; (13) por isso mesmo quero a sua execução leal e conscienciosa. Só assim se tirará a prova real da sua bondade. Estimarei que o resultado corresponda às vistas de seus autores. (14) Não sou fanático pelas minhas ideias. Descendo à situação da Provincia,

(12) — A chamada “lei do terço”

(13) — O Barão de Cotegipe batia-se pela eleição directa

(14) — O Visconde do Rio Branco à frente.

eis o meu juízo: Creio que o partido conservador acha-se aí em grande maioria; mas dividido em grupos que mal se sujeitam à conciliação que o governo deseja e promove. Si isto tem inconvenientes, tem também a vantagem de que nenhum poderá ter pretensões a opor obstáculos à marcha da administração a qual facilmente os dominará, mostrando decisão e energia quando precisas. Esses grupos — Maciel, Maroim e Fiel — olham-se com desconfiança, e cada qual pretende a primazia. A ideia que deles formo é que o do Maciel é o mais exigente, e o mais difícil de trazer a acôrdo, apesar das protestações do seu chefe e do senador Diniz. Conheço melhor o Maroim e o Fiel, e por isso confio mais na moderação de ambos. Se o Maciel não quizer ser razoável, pouco ou nada conseguirá contra os dous, desde que não tiver por si o decidido apoio da Presidencia, que o não deve dar a nenhum, senão nos limites do justo e do honesto. A opposição tem iguaes direitos. Nada pois de exclui-la por meios artificiaes. Em uma palavra V. Ex. não é parte no pleito; é juiz. Se pode e deve aconselhar os Conservadores não é seu chefe para leva-los a combate. A applicação destes princípios aos casos occorrentes depende do tino e prudência do administrador. A V. Ex. apesar de moço não faltam esses predicados. Escrevo o que aí vai *ex abundatia cordis*. Se não fui claro ha tempo para que V. Ex. peça explicações. O seu juízo sobre os homens e as cousas da Província muito nos aproveitará. — Estimo que V. Ex. passe com saúde e bem assim a Exma. Senhora, a quem apresento meus respeitosos cortejos. — Sou — de V. Ex. — Am.^o Col. aff. cr.^o — Barão de Cotegipe”.

Em 8 de maio de 1876 voltava a dar instruções: — “Estive uns 15 dias doente, mas sem abandonar o trabalho. Presentemente sinto-me vigoroso especialmente para empregar-me em seu serviço. — Tenho recebido as cartas de V. Ex. Quando eu nada disser é prova de que tudo vai bem. Aprovo o procedimento de V. Ex. e suas vistas futuras. Reserva antes da resolução franqueza e energia na execução. Desde que se convençam de que V. Ex. não *apalpa* o caminho, e tem um fim de que não se desvia, ha de obter a confiança e o respeito mesmo dos adversários. Esforçando-se pela união da família conservadora não quer isto dizer que, para manter a balança entre os diversos grupos,

nomeie a quem não deve, ou deixe de advertir e prevenir a quem deve ser advertido e punido. Creio que V. Ex. dará conta de sua tarefa com honra e glória para si. Não se lembre de ir à Bahia antes de 10 de dezembro. Interessa? (15) Ninguém os compromete mais que eu já no ocaso da vida e nada esperando mais. V. Ex. está no oriente. Se não quer viver e morrer camponio — é esta sua melhor quadra. Ha de ter sabido do que houve pela Bahia. Quasi que brigo com os amigos e os supostos amigos. Felizmente tornaram-se á boas e não deram o triste espetáculo de declararem-se em opposição a um presidente conservador sem que antes prevenissem o Ministério. Havemos sustentar nossos delegados sempre que forem fieis ao nosso programa e aos princípios de moralidade e justiça. Esta certeza lhes dá força. Escrevi em separado sobre os negócios da Tesouraria. Eu não quero ver ai senão pelos seus olhos: abra-os bem, meu caro Dr. — Saúde e felicidade lhe deseja o — De V. Ex. — Am.º Col afº. — B. de Cotegipe."

"Reservo-me para escrever mais largamente a V. Ex. sobre o que penso do estado da Província, limitando-me por ora a indicar um ponto principal que é o congraçamento leal do partido conservador", — escrevera antes, Cotegipe a 14 de janeiro de 1875. Mas não queria que o presidente se expuzesse numa ação partidária excessiva: "é ele (o partido) e não o Presidente que deve cuidar de seus interesses políticos. V. Ex. é juiz e pode ser conselheiro. Não se demore para não encontrar embaraços".

Se em curta administração tolhida das impossibilidades financeiras não pôde remediar o que tão mal o impressionara: a insalubridade (verdadeiros focos de infecção) das prisões da província; se nem ao menos pudera realisar melhoramentos de porte na de Aracaju, onde dolorosamente viviam quasi duzentos homens sem qualquer sombra de regimen ou "sistema que tenda a refor-

(15) — Aludia aqui Cotegipe a este tópico da carta de 11 de abril de 1875 que Araújo Pinho lhe escrevera: — "Aproxima-se a época da abertura da Assembléa da Bahia e eu fui reeleito. Compreenda que minha ausência pode dar lugar a suscitarem-se as mesmas difficuldades que levaram V. Ex. a exigir de mim que, quanto antes viesse tomar conta da administração. Assim, apesar de ter necessidade de passar algum tempo em nossa provincia, onde me chamam meus interesses particulares e de família, não hesitarei um instante em continuar na administração, se V. Ex. assim determinar."

mar-lhes os hábitos, preparando os à reabilitação, em bem da própria sociedade"; pôde Araujo Pinho algo realizar no setor da Instrução Pública.

Criou uma Escola Normal para mulheres e publicou o Regulamento da Instrução Pública.

Nesse regulamento não se arreceiou de propositadamente não cogitar da obrigatoriedade do ensino, recomendada aliás pela lei — "para não enfraquecer o prestígio da lei, cujas disposições não devem ser impunemente violadas." Ao demais sua opinião pessoal não era favorável à obrigatoriedade legal, a que se abstinha de dar execução, no regulamento: — "ainda quando a obrigatoriedade do ensino importe para o poder público o exercício de um direito, e não se possa chegar ao fim, sem remoção dos obstáculos que se lhe antepõem, sempre acreditei que a aplicação das penas neste caso se torna muito odiosa. — A punição do pai por amor do filho não pode deixar de ser um elemento de desordem e de indisciplina nas relações da família. — Humilhado perante o filho, o pai o considerará o instrumento, embora inconsciente e involuntário, mas o instrumento de sua perseguição. — Além disso, diga-se em abono da sociedade brasileira, não há indivíduo nenhum que não sinta o nobre desejo de mandar o filho à escola, ainda que seja socorrendo-se à bolsa de seus amigos. No caso, porém, de não faze-lo, à mingua de recursos, a cominação da multa e prisão seria uma clamorosa injustiça, que só teria por fim aumentar a aflicção ao aflito. — Estabelecido o ensino obrigatório a província ficaria por isso mesmo sujeita a pagar todas as despesas que tivessem de fazer os indivíduos pobres. A obrigatoriedade traria a gratuidade absoluta do ensino; o pai só teria de concorrer para a escola com a pessoa do filho e nada mais, e nestas condições surgiriam de cada lado atestados de pobreza e a verba — instrução pública — absorveria o orçamento. — Sobretudo essa medida é inexecutável em nosso paiz nos lugares centrais, onde a distância para as escolas é invencível para meninos todos os dias".

A vários pontos do ensino público levou o regulamento Araujo Pinho alterações ou providências de porte. "Também não consagrei ampla liberdade de ensino, porque acho que, assim como os pais são os naturais protetores de seus filhos e os propugnadores de sua felicidade, o Estado não pode deixar de ter interven-

ção no ensino, promovendo, por esse meio, o progresso e desenvolvimento dos futuros cidadãos. Neste caso não se pode dar senão harmonia de esforços para o mesmo fim. Demais, exigir provas de capacidade profissional é uma formalidade fácil de ser cumprida e que só pode aterrar aos que querem fazer do ensino uma especulação mercantil. — Extingui a classe dos professores adjuntos logo que vagarem, porquanto considero-os uma inutilidade. Ou o professor descança nos esforços do adjunto e não transmite a instrução; ou desempenha seus deveres e o adjunto nenhum papel desempenha senão o de ouvinte; que o sejam somente os alunos. — Extingui a classe dos professores contratados sob certas condições especiais reclamadas pelo ensino. Na generalidade esses professores o são por patronato: nada ensinam, não tem discípulos e a província concorre por este modo para acoroçoar a ociosidade. — Entretanto é uma verba considerável a que se despende com estes parasitas do magistério. — Algumas dessas cadeiras entretanto são regularmente frequentadas e regidas por bons mestres; neste caso acho preferível que suprimindo-se a bem dos interesses da província, todas as outras cadeiras contratadas sejam aquelas, a bem do ensino, elevadas à categoria de — públicas. — Se o professor serve bem o lugar, se presta serviços, seja mais bem remunerado, e entre a gosar dos favores que a lei concede. — O regulamento do Asilo N. S. da Pureza destina as orfãs asiladas para criadas de servir. Parece-me que seria uma iniquidade dar instrução a essas desventuradas meninas, obriga-las a contraírem certos hábitos que lhes fazem esquecer a crueldade de sua sorte, e depois sujeita-las à essa transição dolorosa, constrangendo-as a se collocarem em uma tal posição, inferior ao nível de suas justas aspirações. — Assim reputei de bom aviso atender não só ao dever de humanidade, preparando aquelas infelizes creaturas para um futuro menos modesto, como aos interesses do ensino. — Creei uma escola normal no Asilo, à qual serão admitidas nos termos do regulamento as asiladas e alunas externas. — Na escola normal do sexo masculino são pouco lisonjeiros os resultados obtidos. Devia anexar o curso normal ao de humanidades ou dar mais expansão à atividade dos professores daquele curso. — Assim serão eles também os professores da escola normal do sexo feminino; e como lecionam em uma

e outra escola normal, em dias alternados, não tem aumento de trabalho que lhe valha aumento de vencimentos. — As matérias ensinadas no curso normal podem ser perfeitamente concentradas em duas cadeiras, regidas por dous professores somente, e pois dispensei os serviços dos professores do Atheneu que occupavam duas cadeiras com a gratificação de 500\$000. — Acredito ter prestado um serviço à província com essa medida. V. Ex. não desconhece a utilidade das escolas normais, que hoje são adotadas em todos os paizes civilizados, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Suissa, a Belgica, a França, a Prussia, a Italia, o Chile e tantos outros. — A escola normal é um viveiro de professoras; aí se transmite a instrução se prova a vocação do que se destina ao magistério; a escola normal é uma fonte de conhecimentos teóricos e práticos. — Daqui a alguns anos a província poderá contar com um pessoal habilitado para o magistério, a fim de substituir com vantagem real a esse que hoje serve, salvo honrosas exceções. — Não compreendo bom ensino, boa escola, sem bom professor. — Em atenção às circunstâncias da província e pela consideração de não ter sido declarada na lei a autorização de elevar os vencimentos dos professores não o fiz. Entretanto a boa remuneração é um dos fortes estímulos do empregado público, e não sendo bem remunerados os professores, os indivíduos habilitados não se prestam a esse elevado ministério e procuram outro emprego para a sua atividade. — Também são parcos os vencimentos do Diretor da Instrução. — Estabeleci as conferências pedagógicas, hoje tão em voga, e que tantos proveitos trazem para o ensino, estimulando os professores para o estudo das questões que lhes são relativas. — Exigi mais algumas matérias no curso de humanidades para ser mais completo o ensino ali recebido. — Garanti prêmios aos alunos do ensino primário e secundário que se distinguirem; é esse o meio mais proficuo que conheço para desenvolver-lhes o estímulo e a aplicação aos estudos. — Estabeleci o concurso para as cadeiras do Ateneu. Essa medida é de uma utilidade inquestionavel. — Também quanto ao ensino primário, consagrei-a para as cadeiras de 4.^a classe; para as demais regula o acesso. Não basta que o candidato ao magistério exhiba prova de capacidade, é preciso, é conveniente que se apure, que se entregue à causa do ensino ao que fôr mais ha-

bilitado dentre os que o sejam. Só o concurso é o cadinho das habilitações reais. — Creei uma cadeira do sexo feminino da Capital. Uma população de 6.000 almas não podia ser bem atendida com três cadeiras somente, como V. Ex. verá do ato da criação. — Regulei o processo disciplinar a que devem ser submetidos os alunos e os professores que desviarem-se de seus deveres. — É reconhecida a necessidade de manter a disciplina escolar no Ateneu, a fim de que não venha a ser uma inutilidade pomposa, uma instituição por ventura prejudicial, essa que tão bons resultados pode produzir. — Tenho-me alargado muito sobre este assunto. — Procurei no regulamento satisfazer as exigências da causa do ensino e da instrução pública, assunto que com tão justa razão preocupa os poderes públicos e desafia o patriotismo de todos os cidadãos de um Paiz livre. — A instrução realisa o ideal de perfectibilidade que é a aspiração suprema de todos os povos." (16).

Foram atos mais importantes da presidência Araujo Pinho, além dos que disseram com a ordem pública e a moralidade e regularidade administrativa: a regularisação das finanças provinciais com a realização de um empréstimo de Rs. 200:000\$000 com

(16) — Sobre a execução desse regulamento de instrução pública o Dr. José Martins Fontes que substituiu a Araujo Pinho, na presidência de Sergipe, a este escrevia a 8 de março de 1877 — "O *Rato* nos tem zurrado, a V. Ex. como autor e a mim como executor do Regulamento da Instrução Pública. É o eco desprezível de um despeitado. A opposição que se tem manifestado ao Regulamento tem por móvel o interesse individual. Daí provem o desejo que têm alguns de alterá-lo. Ainda é cedo para formar-se um juizo seguro sobre a reforma. Vai o Regulamento ser submetido à aprovação da Assembléa. Eu o tenho mantido em sua plenitude cumprindo assim um dever. A escola normal do sexo feminino tem custado a inaugurar-se, porque no Asilo apenas ha uma educanda, nas condições do Regulamento. As meninas de fôrta reclamam contra a idade e imposto da matrícula. O Director Erico Cardoso propoz-me algumas modificações ao Regulamento, as quais sujeitei à Assembléa".

Já noutra carta (22 de janeiro de 1877) — José Martins Fontes lhe comunicava: — "Tem apparecido reclamações verbais e escritas para não executar certas disposições do Regulamento da Instrução pública. Tenho porem declarado que não altero a menor coisa, já pelo respeito a attenção que devo a V. Ex., já porque não procedem as arguições. Já, finalmente porque compete à Assembléa Provincial confirmá-lo ou modificá-lo, em sua próxima reunião".

a Caixa Econômica da Bahia (futuro Banco Econômico) (17) e adoção do regimen das mais severas economias; a criação do Corpo Policial, com a extinção da guarda municipal (resolução n.º 1.035 de 26 de março de 1876); o regulamento da Instrução Pública; a criação da Escola Normal para mulheres.

Mas a um Presidente de Província não cabia apenas a ação administrativa. Tinha importantes e absorventes funções políticas; como delegado do governo central, agente da confiança do ministério, cabia-lhe mais ou menos, responder pela disciplina e pelo vigor do partido a que pertencia, na província a que presidia.

Ia por à prova habilidade e qualidades políticas, talvez submeter-se a um fracasso, em época mais que perigosa, especialmente para homem novo e administrador estreante.

Estava no poder o gabinete Caxias-Cotegipe que trazia como um dos objetivos de seu programa o congraçamento dos conservadores até então cindidos; iam realizar-se eleições por um novo sistema, obedecendo a nova lei que dava esperanças aos oposicionistas e animava ambições e dissidências pessoais entre os governistas.

Teve Araujo Pinho que presidir às qualificações de votantes, incumbidas às Juntas paroquiais, cabendo ao Presidente responder a consultas e decidir conflitos de jurisdição e recursos (18); à criação de colégios eleitorais; e, em outubro, às eleições primári-

(17) — Recebera a província em má situação financeira, com débito até junho de 1875 de Rs. 83,273\$238 de atraso de muitos meses de vencimentos do pessoal da Província e das subvenções a diversas empresas, sendo quasi nula a arrecadação das rendas provinciais em vista da safra mesquinha e do depreciamiento dos produtos agrícolas. Realizou então uma operação de crédito, tomando à Caixa Econômica da Bahia Rs. 200:000\$000 a juros de 7% applicados, conforme a enumeração do Relatório com que passou a administração, às necessidades mais urgentes da Província.

(18) — No seu "Relatório" estão publicados várias dessas decisões e pareceres.

as, que correriam pacíficas, tendo ocorrido apenas um conflito em Maroim (19).

Lemos em seu Relatório: "não obstante a propaganda inconveniente de alguns indivíduos e o entusiasmo que ordinariamente agita os espiritos ainda os mais calmos, nas quadras eleitorais, o povo sergipano deu mais um solene testemunho de seu amor à ordem e respeito ao princípio da autoridade. Por minha parte guardei a mais estrita neutralidade ante os partidos que porfiaram a vitória de suas ideias". "Fiz sentir com energia às diversas autoridades locais o compromisso que se impusera o Governo de manter a mais plena liberdade no pleito, afim de conhecer, por meio de uma execução leal da lei, a favor de qual das parcialidades políticas se inclinava a opinião pública, verdadeiro termômetro dos partidos no regime representativo. — Expedi recomendações severas para que os destacamentos das localidades só interviessem no caso extremo de serem indispensáveis à manutenção da ordem e garantia dos direitos dos cidadãos; a ameacei de imediata repressão aqueles que porventura se excedessem. — Em parte alguma se deu pressão por parte da força; correio com ampla liberdade o pleito. — Si alguma irregularidade houver de notar-se em um ou outro ponto deve ser principalmente atribuída às dificuldades inerentes à execução de uma lei nova, pouco conhecida ainda, mal compreendida e interpretada, algumas vezes. — Em alguns pontos os liberais não concorreram ao pleito; em outros como S. Critovão e Itaporanga os conservadores por sua vez, não puzeram em ação os elementos de que dispunham. — Em grande

(19) — Esse conflito de Maroim foi explorado para servir de motivo de acusação ao governo provincial. No "Relatório" Araújo Pinho assim o narra:

"Os membros mais proeminentes do partido liberal, desobrigados de permanecerem em suas paróquias, onde tinham combinado a eleição, apresentaram-se em Maroim com o fim de dirigirem o pleito que estava muito reuvido.

Ambos os partidos convencionaram nomear dentre si comissões para verificarem se trazão armas os indivíduos que tivessem de entrar no templo.

Nesta conformidade corria em ordem e com regularidade o processo eleitoral e ia bastante adiantada a chamada, quando um votante liberal apresenta uma arma dizendo pertencer a um votante conservador. O delegado de polícia, para evitar conflito, prende a este.

Não obstante surge impetuosamente de uma casa vizinha um grupo de desordeiros armados de cacetes, a atremessando-se contra alguns cidadãos que para se defenderem, correram a armar-se de achas de lenha: trava-se o conflito. Felizmente alguns cidadãos influentes da localidade e o delegado conseguem restabelecer a paz, conjuvados pelo cidadão José de Faria Rollemberg.

número de paróquias os partidos, no intuito de pouparem-se às eventualidades da luta, deram-se as mãos ante as urnas e fizeram de acôrdo a eleição”.

Afinal em 1.º de novembro realisaram-se as eleições secundárias tendo sido eleitos deputados gerais — os Drs. Fiel José de Carvalho e Oliveira, Manuel José de Menezes Prado, José Luiz Coelho e Campos e Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (20).

Em 24 de dezembro de 1876 escrevia Araujo Pinho ao Barão de Cotegipe: — “Li que obtiveram suas exonerações muitos presidentes de provincia. No principio de janeiro entrarei no goso da licença que me foi concedida. Como não desejo voltar peço a V. Ex. que intercedendo para com os dignos colegas de V. Ex., cujo juizo a meu respeito muito me honra e me penhora, os disponha a exonerar-me desta comissão. Tendo sido bem sucedido, atravessando com facilidade a época climatérica e gosando de simpatias geralmente na provincia, é essa a melhor occasião e a mais própria para retirar-me. A vida de mero expediente me traria uma impressão desagradabilissima. Meus humildes serviços não obstante, estão às ordens do patriótico gabinete, de que é V. Ex. ornamento” (21).

(20) — O resultado, conforme a apuração geral, realisada pela Câmara Municipal de Aracaju em 9 de dezembro de 1876, foi:

Dr. Fiel José de Carvalho e Oliveira	327
Dr. Manuel José de Menezes Prado	291
Dr. José Luiz Coelho e Campos	288
Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel	277
Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel	87
Dr. João José do Monte	77
Comendador José Gonçalves Barroso	61
Dr. José Leandro Martins Soares	44
Dr. José Fiel de Jesus Leite	21
Dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro	8
Dr. Aristides Arminio Guarani	6
Dr. Guilherme de Souza Campos	1
Em separado:	
Dr. Prado Pimentel	1
Comendador Barroso	1
Dr. Monte	1

Foram diplomados os quatro primeiros.

(21) — Em principios daquelle mez de dezembro de 1876 fizera uma excursão pelo interior da provincia: “Cheguei no dia 5 de uma ligeira excursão que fiz ao interior da provincia. Voltei muito penhorado ao acolhimento entusiasticamente hospitaleiro que recebi em todas as localidades que visitei”.

E no Relatório com que passou o exercício ao Dr. José Martins Fontes, para entrar no gozo de licença de dous mezes, evidenciava a sua decisão de não mais voltar a Sergipe: "diz-me a consciência que procurei corresponder à confiança em mim depositada pelo governo imperial, não me poupaudo no desempenho dos deveres do cargo de que fui investido. Erros terci cometido; não me presumo isento de pagar tributo à fragilidade humana e à inexperiência própria da minha idade; mas ufano-me de declarar que a meus atos presidiam sempre o sentimento da justiça e a idéia do dever. Não inqueria das crenças políticas de ninguem (22) quando tinha de resolver questões submetidas a meu conhecimento. Descanço tranquilo no juizo da Província que com tanta generosidade tem aquilatado meus esforços. Reconhecido ao acolhimento hospitaleiro que recebi em toda a parte retiro-me saudoso desta terra, a que me acho vinculado por laços poderosos (23) e cujos interesses e direitos hei de sempre defender".

(22) — Da imparcialidade ou tolerância com que agia na parte politica dá testemunho este tópico de carta do chefe de policia Angelo Pires Ramos que, contando as providências de caráter partidário que ia tomando, e descrevendo a situação nos vários municípios sergipanos em face das próximas eleições dizia: — "os negócios aqui pela capital vão pessimamente, porque tudo é funcionário público e liberal exaltado. A Secretaria do Governo apenas tem um conservador moderado. O Dr. Pinho não quer tomar o expediente de fazer constar-lhes liberdade do voto, mas por detrás das cortinas manda-las influar que sejam reconhecidos ao Governo que lhe dá subsistência. O Dr. Pinho está moderado demais. Assim mesmo não conço de lembrar-lhe que no combate é mister sonque frio, mas também é inquestionavel o uso da espada. Tem-se repellido as reuniões de liberais a que assistem os empregados públicos menos os meus, porque no dia seguinte estarão todos demittidos. Sejam desse partido mas não admito ostentações tendentes a desprestigiar o Governo que os sustenta e a quem tanto devem. Não ha meio termo. Eles já sabem me entender" (Carta de Angelo Pires Ramos ao Barão de Cotegipe, Aracaju, 20 de setembro de 1876).

(23) — A 10 de setembro de 1876, nascia-lhe no Palácio Residencial de Sergipe o primeiro filho — Maria de Carvalho Araújo Pinho.

Podia voltar satisfeito a seus penates.

Servira bem à província onde fizera amigos (24). Choviam-lhe os elogios (25), o maior dos quais era este atestado do Barão de Cotegipe: "tenho o prazer de declarar que V. Ex. ha perfeitamente correspondido ao juizo que formo de sua capacidade, unindo o vigor da mocidade à prudência do velho. Foi o mais jovem dos delegados do governo — que deu lição aos mais pro-vectos (26)".

Se não alcançara o acesso desejado, ao parlamento; se não vingara a aspiração de entrar na chapa dos candidatos a deputados gerais, apresentada pelos conservadores da Bahia (27), estava na bica para ir presidir alguma grande província: "É impossível

(24) — Fez Araújo Pinho em sua curta estada em Sergipe excelentes relações de amizade entre as quais Carvalho e Melo e José Martins Fontes, que em 1880 o convidava para padrinho do recém-nascido Gentil, depois Dr. Gentil Martins Fontes, Médico.

(25) — Silva Nunes, que presidia a Bahia, escrevia-lhe em 18 de setembro de 1876: "felicit-o pela maneira por que vai lavando o seu **barco**, e mostrando-se digno dos mais altos cometimentos; Não ouço de todos os lados senão elogios à sua administração: escusado será dizer que os ouço com prazer". — Coelho e Campos, a 15 de janeiro de 1877, escrevia-lhe do Rio: "estive já duas vezes com o Barão de Cotegipe, uma na Câmara, outra em casa, e não cessa de aplaudir a sua administração".

(26) — Carta do Barão de Cotegipe a Araújo Pinho, Rio 9 de novembro de 1876.

(27) — Araújo Pinho pretendia entrar na chapa de candidatos a deputados gerais pela Bahia. Em 11 de agosto de 1876 escrevia ao Barão de Cotegipe: "Permita V. Ex. que, vencendo o meu natural acanhamento, trate de assunto que me diz respeito. — É tão natural que se tenha aspirações, quanto é certo que quem as tem é o menos competente para avaliar o merecimento dos títulos que exhiba. Reconheço em consciência que eles me falecem, mas a bondade de V. Ex. é que me anima a tanto. — Se V. Ex. julgar que estou no caso de ser honrado com uma cadeira no parlamento, peço-lhe que ao recomendar meu humilde nome, se digne prevenir-me com tempo para que me dirija a alguns amigos. Se, porém, ainda lôr cedo, aceite com tanta satisfação a decisão de V. Ex., quanto é firme a lealdade e dedicação com que presto os meus pequenos serviços à bandeira de V. Ex., — Sou o mais humilde e razoável dos soldados, e sei que V. Ex. tem as mais benevolas intenções a meu respeito; mas não ignoro o que são as conveniências de partido e dou às circunstâncias o valor que elas têm

que aceite uma presidência mais importante?" — perguntava-lhe o Barão de Cotegipe (28).

Passando o exercício ao Vice-presidente Dr. José Martins Fontes, a 11 de janeiro de 1877, logo depois embarcou para a Bahia, seguindo para o Engenho Água Boa Grande. Em março toma assento na Assembléa Provincial à espera de sua pedida exoneração.

Cotegipe, que não achara acertado tivesse regressado à Assembléa, antes de haver sido exonerado, consultava-lhe sobre quem deveria substituí-lo na presidência de Sergipe, e Araújo Pinho respondia: "nas condições em que se acha a província, principalmente em relação à política, não creio que haja em Sergipe quem possa discretamente governá-la. Os grupos que fizeram

em política. — Compreende V. Ex. que quem tem, como eu, sido distinguido por V. Ex. com as mais honrosas manifestações de consideração, sem, aliás, ter título para merecê-las, não pode criar o mais ligeiro embaraço a seu plano e programa de estadista. Portanto use V. Ex. para comigo da maior franqueza que eu acolherei a decisão, qualquer que seja, com a mesma obediência com que o soldado fiel submete-se e respeita a ordem do general. — Se não fôr possível é que ainda não tenho serviços para tão alta honra, e então continuarei a prestá-la para merecê-la. — Peço a V. Ex. que não se agaste com este pedido, julgando-o extemporâneo; mas sabe V. Ex. que quando a gente aspira, se desconhece. A bondade de V. Ex. é que me anima". — E Cotegipe respondia: — Não é possível a sua candidatura. Na situação em que estão as coisas na Bahia, não tenho liberdade. Vejo-me constrangido a por de lado a amizade, e o mérito. — só para não faltar a certos deveres de lealdade. V. Ex. está moço, e esta pequena demora não o prejudica, principalmente podendo ocupar outras posições, tão, senão mais honrosas." (Carta a Araújo Pinho, Rio, 19 de setembro de 1876) — E Araújo Pinho mostrou-se conformado: "Compreendo qual a situação que criaram alguns a V. Ex. na Bahia. Acredite, Sr. Barão, que nenhum de seus soldados obedece com mais gosto as suas decisões e concorre com tanto prazer para evitar-lhe dificuldades. Agradeço as palavras com que V. Ex. me penhora. O que não é possível hoje talvez amanhã o seja". (Carta ao Barão de Cotegipe, Aracaju, 8 de outubro de 1876).

(28) — Carta do Barão de Cotegipe a Araújo Pinho, Rio, 9 de novembro de 1876.

treguas durante minha administração, renovam suas lutas este-reis e odientas. Julgo mais idônea para a presidência pessoa que, além do mais, seja extranha aqueles movimentos. Se me animo a essas considerações é em obdiência à pergunta de V. Ex." (29)

(29) — Carta de Araújo Pinho ao Barão de Cotegipe em 19 de abril de 1877

A MÚSICA POPULAR EM SERGIPE (*)

M. P. Oliveira Telles

O ano de 1883, em seu último quartel, assinalou-se para os sergipanos pela visita do Dr. Tobias Barreto à terra natal.

A longa ausência de dezesseis anos, espaço suficiente para diluir as mais gratas recordações, não teve força para extinguir naquele coração generoso impulsos de amor pátrio sem pieguices de que até seus últimos dias continuou a dar provas.

Será talvez impróprio, por estranho ao assunto que vai me ocupar, descrever o modesto esplendor da recepção que lhe foi feita. Destacarei apenas rápido episódio, do qual derivou o pensamento d'este trabalho.

Antes de tudo, como um fato não tanto aparente, mas correlato ao assunto, importa notar que então tinham voga em todos os departamentos literários os trabalhos do Dr. Sílvio Romero, sobre a poesia popular no Brasil.

Foi o caso que o sr. João Belisário Junqueira, de quem oportunamente tratarei, um dos velhos amigos de Tobias, e seu companheiro das serenatas nos bons tempos de Itabaiana, ofereceu-lhe uma valsa, que intitulou "Aspazia".

Junqueira, espírito afável e atilado, é exímio compositor regional. É um talento expedito, inspirado e fecundo da arte que se aprofundou por vocação. Por seu turno, no reino da música,

(*) Para que tenha maior divulgação e perenidade estampamos nesta revista este trabalho, saído na revista A. B. C., do Rio de Janeiro, de 3 de dezembro de 1923, págs. 14 e 15.

Tobias vivia em domínio próprio. Portanto ninguém melhor podia dar subido apreço ao brinde de Junqueira.

Com a sofreguidão peculiar a seu gênio emotivo corre ao piano e executa a valsa que seu velho amigo acabava de lhe oferecer. Junquiera acompanhava na rabeca, seu instrumento predileto. Depois Tobias convida a variar sobre uns motivos de Rui-Bias, a célebre ópera de Marchetti; convite que era um desafio e uma prova para o talento de Junqueira. Este aceita o convite. Imediatamente a rabeca ria, falava ou gemia; o desencadeamento das notas em variações tornavam-se veementes a ponto de poder afigurar-se tempestades sonoras, uma exteriorização de quanto ha de íntimo, de quanto afeta por infinidade de modos a alma humana.

Quem resiste ao poder da música? Quem, deixando-se arrastar pela catadupa de harmonias, não se afastará involuntariamente de si mesmo, para contemplar cenas que em realidade não se vêm, e provar delicias, que materialmente não existem? Que é a música, que determina tão agradáveis, e não raro tão penosas sugestões? Junqueira, para significar tudo por uma frase, — esteve sublime. Com os olhos inteligentemente arregalados, e fulgurantes como duas tochas não tinha um músculo, que não se movesse; e não produziu um só movimento, que ao mesmo tempo não traduzisse o pensamento que a rabeca exprimia. Súbito calou-se o piano. Tobias Barreto ergueu-se: isto é: nele alguma coisa ia fazer explosão, e foi um — Bravo! — espontâneo, eloquentíssimo. E voltando-se para quem escreve estas linhas: — “Belíssimo o improviso de Junqueira!... Em Sergipe, não ha tanto uma “poesia popular”, mas ha uma “música popular”. Estude você o assunto e o tome à sua conta...”

Eis a origem dêste modesto trabalho. Nascen de uma estimulação do mestre, o silêncio do discípulo constituiu uma promessa. Mas nem a animação do primeiro deu lugar a ponderações, nem a idade do segundo aquilaton dificuldades, que o silêncio encobria. O tempo demonstrá-las-ia, e de sobra as descaívará.

Os trabalhos do Dr. Sílvia Romero sobre a poesia popular oferecem largas messes de boas meditações. São o melhor documento que possuímos.

Mas, é fôrça dizê-lo, estão incompletas. Sílvio enfrentou um ramo único das artes liberais, a poesia.

Não ocorreu ao notável crítico que à poesia não cabe exclusivamente o dom da "popularização".

Há outras artes acessíveis, e nenhuma outra mais sujeita do que a música, por isso que nenhum sentido ou órgão mais popular e, se assim posso dizer, mais democrata do que o ouvido. Não se entenda, porém, que deixando escapar a idéia de popularização da poesia, quero significar como Minerva da cabeça de Júpiter, aparelhado de toda perfeição. A poesia teve começos humildes. Traduzia necessidade fisiológica de povos primitivos, começou anônima, "popular".

A expressão de que uso terá sua explicação em outra parte.

Assim também principiou a pintura, assim todas as artes que hoje contemplamos com respeitosa admiração; assim a música. Começaram paupérrimas, sem os esplendores da cultura, sem requintes de luxo, mas saturadas de belezas latentes, que mais haviam de se impôr.

No ponto de vista científico do desenvolvimento da arte, a tela mais expressiva e primorosa tem por antecessor o desenho no grosseiro barro ou no marfim do *mamouth* feito pelo homem primitivo. O monumento que Artemisia votou à memória de Mausolo, em regressão histórica, é como as grosseiras câmaras funerárias a que a ciência dá o nome de *dolmen* e *tumuli*; como a partitura a mais elevada e genial está para o ruído do *"tam-tam"*. Não é a poesia, considerada em seus matizes primordiais, não é a poesia primitiva, "popular", anônima, ou como quem que a designe, que unicamente merece as honras da meditação e dos juízos do crítico. E' tudo quanto pertence ao domínio da estética. São as artes todas, porque já isoladamente, já em conjunto com outras diferentes, atestados da inteligência e sabedoria do povo, são representações do desenvolvimento cultural do mesmo, com tanta felicidade expressa pela frase inglesa *"folk-lore"*. Elas são testemunhas do peregrinar da civilização, a quem acompanham em suas lutas e indecisões. A glória de um Verdi assenta em pedestal cuja argamassa compõe-se de nomes, que jamais se alaram além das raias da obscuridade. A palavra

de Taine acerca dos pequeninos precursores do gênio, é palpitante de exatidão, e muito aqui me favorece.

Uma vez que se estuda a poesia popular, por que deixar em esquecimento a "música popular"? A palavra poesia significa propriamente fazimento, confecção; poeta é aquele que "faz", que cria, que inventa; poesia é a criação, o produto, a "obra"; e não é senão inconscientemente acertando que o povo exprime pelo designativo genérico "obra", qualquer atestado da inteligência coletiva. O músico é por sua vez o poeta do som, e "obra" ou poesia da música é todo artefacto ou trabalho em que entra o som como elemento. A poesia é digna da música, e uma e outra jamais viveram separadas. Os deuses adoram os cantos, diz um verso da *Odysséa*.

Acredito que o elevado espírito indagador do crítico sergipano teria feito desaparecer essa lacuna, se o não moveram trabalhos posteriores, a outra orientação. Contudo, a despeito da sua energia intelectual mil dificuldades o estorvariaram, como succedeu ao autor destas linhas até hoje obstado por embaraços desen- trançáveis.

Para estudar a música popular não valem reclamos e apelos somente. A música popular não consta de um depósito ingrafado, como a poesia. As quadras, as canções, as "obras", em uma palavra, passam de geração a geração, escritas ou narradas, às vezes, com uma carcoma de séculos, a tal ponto que uma pobre história, como o conto de "Maria a borralheira" com todas as suas adaptações, disfarces e degenerações, é nem mais nem menos do que o episódio da formosa Rhodoppe das lendas pagânicas tão habilmente aproveitado por Apuleio. Não assim as músicas populares, as quais, quando muito, vivem décadas. Perdura no corpo da literatura hebraica, que constitue nosso livro sagrado, o "*Flos campi et lilium convale*"; mas não existe a música a que era recomendado. Ignoramos as cantarolas com que as mães de outrora adormeciam os filhos infantes, do mesmo modo que os pósteros nula ou pouca notícia terço das nossas músicas comensinahas. É condição da música ser breve, no tempo, como a vida; porque também a música, mais do que a poesia, acode infalível aos movimentos da alma.

Não querendo entrar muito a dentro na indagação das cousas que impõem às composições musicais, mormente às populares, efêmera existência, bastará notar que é porque acordam paixões afetivas, ao passo que as poesias populares movem de preferência paixões intelectuais. Estas vivem demasiadamente por força menos do ritmo, ou de sua constituição plástica, que do pensamento, que tem azas e vôa para a intelligência. Por muito castigadas pela moda, por mais que as repitam milhares de bocas, se todavia voltam ao silêncio, não morrem; continuam a nutrir-se da natural frescura. Além disto os poetas do povo formam minoria, por isso que o caráter da poesia é mais intelectualista; a minoria ainda é a classe dos repetidores. A arte de recitar versos não é acessível a muitos, e isso faz da poesia uma sorte de legado, que escrupulosamente se guarda. Ao contrário, a música emove de chofre. Porque é filha da veemência da paixão, é só por esta que se dirige à alma; as impressões que produz são "Lusiadas" terá vigor em todas as idades, onde quer que ainda viva ou se recorde a lingua.

Não é assim o mais acabado produto musical: basta que a massa popular o sinta. A todo instante ouvi-lo-eis executado pelo mestre, ou deturpado pelo moleque das ruas; e com tão insistência que dentro em pouco é retirado das orquestras, — pela morte ou pelo esquecimento. Se na música há lugar para todos, por que razão todos deixarão de agarrá-la, cantá-la ou assimilá-la? Dentre poucos apontarei um caso em que produtos musicais passaram de idade a idade, conservando o mesmo vigor. E' o dos cantos litúrgicos, daqueles que são exclusiva propriedade da igreja. Eram músicas com as quais saudavam-se os vencedores nos jogos olímpicos, de que se apropriou o cristianismo, acomodando-as aos seus hinos. Ainda assim a vida de tais composições, embora encravadas na escala grega, mas despojadas das odes de Pindaro ou das líras de Anacreonte, o canto-chão católico, atualmente obrigado a representar a tristeza, a vida de tais composições, digo, é uma vida histórica, senão convencional.

A Musa que preside à música era representada na figura de uma donzela coroada de flores, como para significar a fragilidade da existência dos produtos musicais; que assim como as flores vivem durante instantes, as arias e as melodias, com as rosas de

Malherbe, devem viver o que vivem as rosas... — "l'espace d'un matin". Todos os cultores, todos os mestres e ardentes oradores da música, não são ignorantes desta sua condição existencial. Uma vez o autor deste trabalho emprestou a um amigo, excelente músico, um exemplar de uma bela composição de José da Anunciação sobre letra do Dr. Tobias Barreto — "Quando à mesa dos prazeres" —, que corre anônima. Quando, de outra vez, lhe pediu a razão de não haver ensaiado dita composição, respondeu-lhe o amigo: — "Não o fiz nem o farei porque a música é muito bonita. Basta tocá-la uma vez para que se torne propriedade das ruas, e degenerere. Ela é uma novidade para mim, quero zelá-la para exhibir-me em melhor círculo".

Era razoável, nada apresentei em réplica.

A brevidade de sua existência é um dos fortes embaraços para estudar-se a música popular. No vasto encéfalo do cérebro do povo, se assim posso dizer, ela é uma intermina jazida. Cada vila, cada aldeia, cada fazenda mesma tem seu repertório de músicas populares. Como os componistas anônimos pululam, julgue-se da multiplicação dos produtos. Dir-se-á que assim como não se deve figurar uma arvore que não seja abrigo de um ninho, não se póde imaginar uma cabana que não seja ao mesmo tempo causa inspiradora e dona de uma ária sertaneja. Tudo tem seu diálogo na terra, diz o poeta dos "Dias e Noites"; e eu acrescentarei que a natureza inteira é uma solfa; fala por música e não por palavras. Nem é debalde que o filósofo antigo afirma a harmonia das esferas. Tityro modulava na delgada avena musa silvestre. Depois de confiar á flauta amiga seus pensamentos, é que escrevia a letra na casca das arvores. Mas sua música e sons e notas harmoniosas passaram. Entretanto, o menor acidente, a queda de uma folha, o desprendimento de um fruto, uma sombra projetada, para não falar dos fenômenos humanos, podem mover melodias e acordes aos centenares.

A música popular é anorgana, pelo menos entre nós; mas em sua mesma organização traz o cunho bem pronunciado dos meios onde se forma, e é boa contribuição etnográfica. E' difficil estudá-la em seu conjunto. Seus produtos, que brilham como estrelas cadentes, não permitem sua reconstituição sem pena e sem grân-

de dispêndio de labor e paciência. Nem também podemos encará-la muito além do século passado. De muitos dos seus produtos é bastante arduo determinar um ponto de derivação.

O crítico da música popular oferecerá um trabalho falho, se não observar a condição inarredável expressa pelas viagens. Deve viajar, deve visitar diferentes lugares do país; e como os antigos cronistas e historiadores, que visitaram as regiões, cuja história pretendiam escrever, devem traçar itinerários que observarão à risca. A flauta de Pan ressoa por toda parte, e as sonatas que desfere não somente são importações integras, ou diferenciadas; antes em larga escala são produtos espontâneos, improvisados, subitâneos, sobrecarregados dos tons e matizes locais. Pode-se dizer que cada povo, cada grupo étnico, tem sua música peculiar, como cada indivíduo sua fisionomia.

Por experiência própria temos notado essa diversidade e diferença das músicas anônimas em alguns pontos deste Estado. E são tanto mais inúmeras quanto os lugares são verdadeiros enxames de lendas. Tais músicas poucas vezes traduzem alegrias com fidelidade fotográfica, correspondendo à intensidade das melodias à razão do progresso ou da decadência e da simplicidade ou do fausto da vida nos diferentes lugares. Mas o principal acento, que se denuncia mesmo nas írases, as mais expansivas e alegres, como um fio de ouro tenuíssimo, é a melancolia. Tanto é verdade o que diz Gbateaubriand, que o canto natural do homem é triste, ainda que exprima a felicidade.

Compreender-se-á que tenho razão de encarecer as viagens, para o estudo da música popular. As viagens, que não enriquecem muito podem ilustrar, neste sentido. Conquanto os fatores da música popular andem por aí aos magotes, seus frutos, ao contrário dos da poesia anônima, não são transmitidos com presteza e facilidade. Não podemos havê-los de encomenda, aliás processo poucas vezes refratário a falsificações e caprichos. O testemunho pessoal, ouvido do indagador, que também não é tudo, pôde fazer alguma cousa, ao menos, enquanto a maioria dos nossos maestros e componistas não se lembrar de registrar com ardor patriótico esses irrompimentos do talento popular nos mundos da música, rico como a Gioconda legendária.

Estas razões forçaram-me a contrair e conservar de mais a mais o propósito em que fico de escrever sobre a música popular no Brasil. O aspecto de tempo decorrido desde o episódio que em princípio referi obstinou-me no recurso de resumir a compreensão do assunto. De então para cá não cessaram dificuldades para o autor; dificuldades de todas as ordens, de todos os tamanhos, em todos os sentidos. Suas poucas viagens na grande pátria brasileira sempre tiveram itinerário prescrito e limitado, não lhe permitindo a labuta e atropelos da vida, lazeres para suas observações. Por diversas vezes seu espírito era atraído por assuntos urgentes, porque deles lhe dependia o pão; e o plano esboçado perdia-se...

As dificuldades tanto mais eram de fazer recuar quanto é certo que é estudo ainda virgem no Brasil. Não temos um guia seguro na densidade e espessura das silvas da música popular brasileira.

O estudo da poesia popular tem seus proceres na literatura, à frente dos quais está o Dr. Sílvio Romero; mas também foram muitos os precursores de cujo meio avulta Celso de Magalhães.

Este livro, portanto, é um "ensaio de estudo" sobre a música popular, especialmente sobre a música popular em Sergipe. É o Estado que melhor conheço, neste ponto de vista, e ainda assim em parte.

Mas só por si, Sergipe oferece contribuição copiosa, digna de um observador paciente e despreocupado.

Este "Ensaio" vai, por conseguinte, cheio de lacunas e de reticências.

Todavia, ele não se propõe como uma lição, antes é um aviso aos mestres; e se, como se verá, não desbasta caminho, entretanto o indica.

PASCAL BRASILEIRO

(Jackson de Figueiredo)

Po. Dr. HILARIO FERRAZ COELHO

APRESENTANDO

Com sérias dificuldades lutam os amantes da Vida Filosófica brasileira. Nêsse sector, nossa literatura é de uma pobreza, a bem dizer, franciscana. Em meados da última centúria, foi escrita a primeira... resenha de nossas correntes filosóficas, de que foi autor o conhecido critico literário Sílvio Romero. O autor pretendeu ali mostrar como, antes do aparecimento de Tobias Barreto, o Brasil não conhecera nenhum pensador digno de considerações; e que, em meio aos pigmeus que foram todos nossos patricios escritores, avultava, como Gigante, a figura singular do citado provinciano.

Em nossos dias, mercê de Deus, o aluno tem já um repositório seguro de informações, no concernente ao estudo da filosofia em seu paiz: é ao preclaro polígrafo Padre Leonel Franca que devemos o ingente trabalho.

Uma editora platina deu publicidade, recentemente, a um trabalho de certo valor, neste terreno: referimo-nos ao livrinho "Filosofos brasileiros". O curioso escritor dessa obra é Guilherme Francovich, eminente estadista, diplomata e literato boliviano, que há pouco esteve em visita oficial em nossa terra. Ao referido autor desejáramos expressar, amantes que somos da difusão de nossa cultura, toda a gratidão pelo trabalho que se deu em tornar conhecido aquilo que há de mais elevado em nossa li-

literatura nacional; o mundo de idéias filosóficas de nossos irmãos.

Entre nossos filósofos ocupa lugar preeminente o sergipano Jackson de Figueiredo.

Sua importância na galeria de nossos homens reside, particularmente, no fato de ele, — qual sol dotado de grande força atrativa, ter-se constituido o centro de gravitação dum sistema planetário de notáveis brasileiros. Assim é, que, v. g., graças sobretudo à sua influência e prestígio, ponde um Farias Brito ser apreciado com justiça e serena objetividade: não fosse a apostólica propaganda desse particular amigo, talvez o cearense, que passa hoje por ser o maior pensador nacional, estivesse ainda sepultado nas sombras do anonimato e da inconsciência.

Nesta ordem de idéias, Jackson foi, para as letras nacionais, o que havia sido Lizst no sector da musicalidade. Na biografia deste distinto compositor e pianista, o que mais contribue para tornar seu nome simpático é, precisamente, a preocupação que sempre o movia no sentido de fazer conhecidos e apreciados os valores "ocultos e humildes". O aristocrata compositor das Rapsódias tinha particular prazer em levar à ribalta do grande público e da celebridade os músicos que, tolhidos por esse fantasma que é o "complexo de inferioridade", não se abalçavam a sair de seu atêlier.

Numa quadra de tanto egoismo e orgulho como a nossa, é consolador meditar em tais exemplos, feitos de inteligente altruismo, compreensão humana e caridade fraterna.

É bem mesquinho julgar que a glorificação de outrem redunde em deslustre para nossa pessoa; ao contrário, quanto mais estendermos a mão amiga aos que carecem dum impulso, para galgar a posição da Glória e da Fama, tanto mais lucraremos em estima, louvores e complacência.

É de ver a alegria indizível que refletia no olhar meigo de Jackson, quando ele conseguia devassar as profundezas desse oceano, que se chama o esquecimento, e trazia à superfície as pérolas que jaziam ocultas.

Armado duma visão panorâmica optimista, mais consistente e sábia que a de Leibniz, via em toda parte algo de bom, de aproveitável, de merecedor de nossas atenções. Só uma alma requintadamente delicada e cristã como a sua poderia ter devassado

tantos santuários e observado tantas belezas e fragrâncias ocultas.

E é também por esta razão que seus escritos e conceitos participam das qualidades dum certo enciclopedismo ou universalidade. Abelha infatigável, conheceu todos os polens e visitou todos os jardins de nossas mais luxuriantes florações; para ao depois vasar, em estilo personalíssimo, idéias de riqueza extraordinária, — mel de infinita doçura, que ficou para a saciedade das grandes almas.

Não há católico no Brasil, entre a classe culta, que direta ou indiretamente, não seja tributário daquela imensa caudal.

Aí está o Centro D. Vital, reliquia valiosíssima de um grande espírito. Dêsse Arcópagos partem, sem cessar, raios de larga difusão no nosso meio intelectual. A benemérita instituição nasceu daquele grande patricio, quando se sentiu a necessidade de vincular estreitamente os esforços da intelectualidade católica para ir de encontro ao ateísmo, que vai solapando o ambiente atual. Ali congregados, os intelectuais católicos têm o ensejo de erguer bem alto sua voz com desassombro; e de tornar conhecida a doutrina da Igreja, mostrando que não existe nenhum antagonismo entre Ela e as modernas conquistas do mundo científico.

Orgão editado pelo mencionado Centro, a revista "A Ordem" tem influido, consideravelmente, para formar uma nova geração de sadio intelectualismo.

Colaboram em seus alentados números nomes de projeção nacional e mesmo internacional. Não há certamente, no Brasil, revista de maior envergadura intelectual e filosófica.

Eis algumas razões que moveram a dar preferência ao nome de Jackson de Figueiredo, quando resolvemos apresentar este modesto e despretencioso ensaio sobre um de nossos filósofos brasileiros; e, destarte, contribuir, com uma migalha, para a edificação de nossa literatura filosófica.

Antes de abordarmos o estudo do grande pensador, quize-mos, à guiza de introdução, trazer, à apreciação do benévolo leitor algumas reflexões sobre a História em Geral, bem como sobre a História da Filosofia Americana. É bem pouco o que aí vai, mas talvez possa servir de guia a um inteligente e erudito professor, a cujo critério deixamos a tarefa de desdobrar o que procuramos resumir.

Resumir, sim, porque tal foi nosso particular intento, em todo este ensaio. Numa época em que se observa tanta dispersão e divergência de conhecimentos, é bom encetemos uma reação. Às lentes divergentes que, pelo multiplicar de análises subtis desvirtuam bastas vezes a realidade, oponhamos a objetiva de síntese e clareza.

Os eminentes escritores da longinqua Idade Média timbravam em expor seus conceitos, ao mesmo tempo, com o máximo de profundidade e com absoluta clareza e simplicidade. Compare-se (será útil maneira de encher as horas do lazer) a maneira de falar de um Santo Thomaz com o estilo empolado de tantos escrevinhadores contemporâneos. No primeiro, as idéias se apresentam numa ambiência de clareza verdadeiramente cristalina: é uma limpidez de água que, posta num recipiente vitreo, não se saberia dizer si o copo está vazio ou pleno. Ao envez, parece que hoje muitos fazem profissão de escrever difusa e confusamente, o que veio dar origem ao chamado "método confuso", sucedâneo da dialética Aristotélica.

Dois aspectos da filosofia de Jackson de Figueiredo escolhemos para objeto do presente trabalho, dentre os que mais nos pareceram dignos de atenção.

Primeiramente, trataremos do conteúdo Pascaliano de sua curiosa doutrinação; pois, a nosso ver, é este o traço mais acentuado de sua gigantesca construção: tanto que achamo-nos autorizados a cognominar o sergipano de um outro Pascal, no título do livro.

Sob a epígrafe — O crítico modelar — trazemos à consideração dos leitores um ligeiro estudo das qualidades que podem revestir a atividade crítica.

INTRODUÇÃO

I. DUAS CONCEPÇÕES

Desenrolara-se, há pouco, o drama deicida do Calvário.

No holocausto de seu corpo, feito na ara da cruz, Cristo havia oferecido, ao Pai, uma róstia para, em reparação pelos

desvarios sem conta da Humanidade. Aquela tarde histórica da Sexta Feira Santa, ao mesmo tempo que punha termo a uma época de angústias e expectativas messiânicas, era o ponto de partida dum mundo melhor e de novas esperanças.

Depois de ter sido espectador de tão terrível catástrofe; ainda revolvendo na viva imaginação os lances mais patéticos; Gamaliel, pensativo, demandava as plagas do velho Egito, terra tão intimamente vinculada à de seus pais, por laços fortes de comunhão social e política.

Alí no paiz multiseccular dos soberbos Faraós; das pirâmides e da misteriosa Esfinge, Gamaliel defrontou, casualmente, com um desses tipos bem característicos e conhecidíssimos, entre todos os habitantes do Norte da África: um viajor grego.

Como si foram afeitos de longo tempo à dialética e disputas académicas, sobranceiro semita e o filho da Héliade encetaram animada discussão sobre os problemas que vinham torturando as mais dotadas intelligências. E, em pleno deserto, improvisara-se, destarte, extranha tertúlia de filósofos.

Ia bem avançada a contenda e absorvente, quando o desenvolvimento das elocubrações chegou ao ponto de exigir uma definição da Vida. A Vida, — dogmatizou o súdito de Atenas, apontando a Esfinge, que bem simbolizava o mistério e o incognoscível; a Vida, a meu ver, é um sepulcro e uma eterna inter-rogação.

Sim, obtemperou Gamaliel, incontinenti; mas um sepulcro donde pode Deus brotar a ressurreição, e uma inter-rogação a que podemos sempre contrapor resposta satisfatória.

O Cepticismo e o Dogmatismo, eis as duas direcções que tomou a interpretação da História.

Da primeira, aquêle grego é prosélito. Na resposta categórica de Gamaliel, incarna-se a segunda corrente.

Uns, com efeito, apregoam o fatalismo cego, o determinismo rígido dos fatos. Pelo contrario, outros admitem uma Providência carinhosa, com que governa a máquina do universo.

S. Agostinho e Bossuet, interpretes geniais da história da Civilisação, avultam entre os muitos que nos convencem, de sobrejo, da verdade e solidez da tese providencialista.

Não há dúvida. Sômente esta tese explicaria, cabalmente a trama difícil da história dos Homens e de suas Idéias.

Tudo se esclarece e se faz compreensível aos olhos do historiador que crê. Dizem as sagradas Letras que o Onipotente governa a obra da criação — "fortiter... et suaviter". (Sap. 8. 1). Fortiter, isto é, eficazmente, atingindo todas as coisas o fim que Deus lhes ordenou. Suaviter, isto é, sem violência, respeitada a liberdade, nos seres dotados de inteligência.

Coisa admirável! A existência do Mal, longe de comprometer o plano misericordioso de Deus, e de abalar nossa convicção na sua Sabedoria eterna, constitue argumento dos mais estupendos para a Teodicéia.

Sábio algum conseguiu, acaso, extrair, o Bem do Mal, do Pecado, a Virtude; do Erro a Certeza? E quantas vezes não tem Deus movido o homem à regeneração moral, fazendo com que o pecador se humilhe de sua mesma queda e dela aproveite para aprender a apegar-se só n'Aquele que tudo pode?

— A arte de se aproveitar das próprias faltas — é êste, precisamente, o título de uma das mais deliciosas e sadias obras de Ascética, que fez, de S. Francisco de Sales, o admirável guia de tantas almas.

A existência da Filosofia Perene, eis, a nosso ver, outro estupendo argumento em favor do Providencialismo, ao mesmo tempo que uma refutação, igualmente poderosa, do Cepticismo, em filosofia.

Há, com efeito, na sucessão das Escolas, correntes de idéias e teorias, uma linha horizontal, dêsde os primórdios, até os dias presentes. Este patrimônio, — um dos mais preciosos da Humanidade, vai-se enriquecendo, paulatinamente, sempre que surge uma contribuição dum Aristóteles, dum Bacon, dum Santo Thomaz. Esta Filosofia é filha do bom-senso, ou senso-comum.

Todos os desmandos explicam-se, na História do Pensamento, por isso que são correntes que se divorciaram daquela linha reta da filosofia tradicional.

O eminente estadista, literato e orador patricio, Rui Barbosa, disse, espirituosamente, certa feita, que aquilo que chamamos de senso-comum, mais exatamente deveria denominar-se Senso-Raro: tantos são os que desprezam a lógica natural e preferem, à ma-

neira simples e segura do raciocínio equilibrado, as acrobacias singulares e bizantinas.

II. O ESTUDO DA HISTÓRIA E SUAS DIFICULDADES

Conta-se que, na Inglaterra, um estudioso resolveu retirar-se a um sítio recolhido e solitário, a-fim de escrever a História dos Povos, com todo o rigor da crítica e probidade científica.

Lugar mais apropriado que a Torre de Londres não poderia haver. Antigo presídio de políticos, era bom o lugar de recolhimento e fecundo silêncio. Trancado, pois, entre as vetustas e veneráveis paredes daquele calabouço, o sábio deu início à ingente tarefa. Eis que, porem, mal começados seus trabalhos, divisou, do alto da janela do aposento, dois lacaios em acesa alteração. Desejando por cobro ao dissídio, resolve descer e ir ter com os brigões. Interpela-os sobre o motivo da desavença. Ouve atentamente a um e outro e, afinal, não poudes atinar com quem estava a verdade. Parecia-lhe que ambos os contendores tinham razão.

E logo esse incidente banal fê-lo desistir, de vés, do propósito de escrever a História. Pois, pensou de si para si, si nem a história verdadeira dêste conflito trivial consigo descobrir, como poderia recompor fielmente toda a História da Humanidade; desta Humanidade tão velha e tão ausente de nossos olhos, no tempo e no espaço? (1)

Lembramos êste episódio com o fim de mostrar quanto é realmente difícil refazer o passado a Humanidade, ou seja escrever História.

Ao mesmo tempo queremos lembrar quanto é nobre o papel do historiador, do historiador verdadeiro, pois êle é o homem que desenvolve atividade ingrata, trabalhosíssima, e geralmente pouco compreendida.

O desprestígio que caiu sobre escrevinhadores de "Histórias", de algumas centúrias a esta parte, tem por isso contribuído para muitos filósofos negarem, à História, o carater de Ciência. Somos, todavia, dos que lhe reivindicam a aureola de conhecimento rigorosamente científico.

III EXCELENCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

É inegável que a História da Filosofia seja a verdadeira e mais completa História dos Povos.

Fala-se tanto, em nossos dias, no "poder motor das idéias": o pensamento é, naturalmente, o início dum ato exterior. Efectivamente, assim é.

Analizando com vistas mais profundas as realidades sociais, v. g. as revoluções, as concepções artísticas, as prevalências destas ou daquelas formas de governo, etc., o observador constatará, na origem de tais realidades, uma determinada e bem característica maneira de pensar, ou seja uma mentalidade geral.

A Revolução Franceza, não tem ela muito da literatura que a precedera? E em nossos dias, a substituição da Fôrça do Direito pelo Direito da Fôrça não constitue, nas relações jurídicas internacionais, uma evidente ressonância da filosofia brutal de Nietzsche?

Eis por que, no quadro das ciências históricas, a História da Filosofia ocupa posição a mais nobre e transcendente. Nêste sentido foi que alguns afirmaram, mesmo, que só aos filósofos deveria ser concedida autorização para escrever a História da Civilização.

É curioso constatar como, ao lado de tais lisonjeiras atribuições conferidas aos filósofos, muitas outras lhes sejam sonegadas. Assim, v. g. no terreno da política, não faltam os que alegam serem os filósofos de todo destituídos de tal capacidade. Felipe II da Hespanha asseverou mesmo que, si pretendere castigar um povo, não faria outra coisa que enviar, para governa-lo, um Filósofo. (2)

IV. UMA NOVA PÁTRIA DA FILOSOFIA

Haverá Filosofia, na América?

A pergunta é equívoca e pode comportar mais duma resposta.

Si, com efeito, tomamos a palavra Filosofia no sentido de criação de novas atitudes téoricas, em relação com a universalidade das coisas cognoscíveis, bem como em relação com os va-

lores da vida, a resposta, de certa forma, será negativa. Realmente, consoante depoimento do escritor latino americano Afonso Fernandez Catã, citado por Francovich, pretender o Novo Mundo contar com Filósofos, entre seus filhos, seria o mesmo que negar a si, ao mundo descoberto por Colombo, a mais bela e invejável flôr, dentre seus muitos atributos: a Juventude.

Uma comparação, entre o desenvolvimento da Filosofia, e da sua irmã gêmea, a Literatura, talvez esclareça nosso ponto de vista.

Há um gênero literário que, entre os demais, é de interessante conteúdo social e histórico: a Epopéia.

A Epopéia, ou poema, canta as façanhas heroicas, mitológicas ou lendárias, onde atuam Deuses e Super-Homens, Fadas e Titãs, em urdiduras de enredo que, por vezes, atingem alturas de grande patético.

Natural, pode ser, ou artificial, a Epopéia.

Quando um poema outra coisa não é mais que a cristalização dos sentimentos patrióticos, das idéias nacionais dum povo, em seu berço, temos a Epopéia natural.

Neste caso, o vate nada mais fez que recolher, com maior ou menos engenho, os dados, digamos "folk-loricos" que vinham sendo transmitidos de geração a geração, oralmente ou mesmo em monumentos escritos, porém dispersos, e dar-lhes forma artística e unitiva.

O número de tais produções, como facilmente se compreende, deve ser relativamente reduzido, reduzidissimo mesmo. Importa tenha o espirito nacional atingido certo grau de maturidade, para o que é imprescindível o fator tempo (seculos).

Em ordem cronológica, começando pelas mais antigas, poderiam ser citadas as seguintes Epopéias naturais: Iliada e Odiséia, entre os Gregos; Na India, Mahabharata e Ramayana; os Eddas, entre os povos escandinavos; (3) na Germânia, floresceu Niebelungen (cujo, protagonista, — Siegfried é ainda tão popularizado na tela do cinematógrafo, com o cortejo de suas incríveis audácias e peripécias, tão a gosto dos adolescentes); na Gália germinou a "Chanson de Roland", ligada aos tempos heróicos dos cavaleiros de Carlos Magno; e, finalmente na Hespanha, o apreciado "El mio Cid".

As demais produções literárias, rotuladas com o nome de Epopéias, são antes criações individuais, geralmente imitações daquelas (naturais); e não possuem o calor que animou sempre as obras filhas de sentimentos, caracteres e pendores duma comunidade. Chamam-se, pois, Epopéias artificiais, e a Literatura Universal conhece inúmeros e ótimos exemplares do gênero.

Ora, a Literatura, em sua expressão mais culta e nobre, é precisamente a manifestação estética que toda Filosofia, até a que mais pareça árida, sempre oferece. O Brasil, dizem, então alguns, sendo nação das mais jovens no concerto dos Povos, não poderia, evidentemente, ter produzido Filosofia, si tomamos tal palavra no mais estreito sentido; como, paralelamente, não poudé ainda oferecer ao mundo uma Epopéia natural.

* * *

Mas, então, será mesmo verdade o que afirmou Tobias Barreto, quando adiantou que "O Brasil não tem cabeça filosófica"? (T. Barreto: *Questões vigentes* pg. 240).

Não terão estas amenas plagas do Novo Mundo gerado capacidades intellectuais, pensadores de alta linhagem e da fibra dos grandes metafísicos da Europa? Constata a História que, muitas vezes, povos portadores de alevantados ideais e particulares aptidões em certos sectores, não lograram contribuir apreciavelmente, no terreno filosófico.

Há mesmo os que apontam, nos povos da Península, um exemplo de tais caprichos da natureza. Os Ibéricos, dizem, sobressairam no cenário do Ocidente como uma raça de extraordinárias virtualidades artísticas e expansionistas. Basta declinar, na Hespanha,, nomes como o de Calderón de la Barca, Lope de Vega, Verdaguer e Menendez Y Pelayo, das lêtras clássicas e, na arte pictórica, vultos como os de Murillo, Velasquez.

E não foi de Portugal, "jardim da Europa à beira-mar plantado" (Thomaz Ribeiro) que partiram os desbravadores da selva oceânica, em demanda de terras, onde pudessem dilatar — "A Fé, o Império"? (Camões os *Lusiadas*. Canto I-V.11).

Admitida a verdade desta observação, com referência à Ibéria, dever-se-ia concluir que os povos latino-americanos, her-

deiros daquela civilização, estariam provavelmente destinados a idêntica incapacidade filosófica.

Parece-nos, todavia, lícito admitir, em favor dos povos ibéricos e dos povos latino-americanos, a mesma potencialidade filosófica que concedemos existir noutras nacionalidades. Não será difícil registrar, entre nós, uma ambiência de Pensamento a empregarmos os atos e a colorir o sentido de nosso Viver. Seria, aliás, inadmissível conceber uma sociedade sem certa Filosofia... doméstica, diremos, ou democrática: que não é outra coisa senão esse modo particular de Pensar e Ver as realidades quotidianas. É uma como atmosfera-ambiente de princípios gerais e visões panorâmicas, na qual estamos metidos, do mesmo modo que os peixes no seio das águas oceânicas.

Nêste sentido, mais lato, de Filosofia, podemos afirmar que não é possível Vida alguma intelectual, social e mesmo individual, sem metafísica.

A mais interessante refutação do Positivismo consiste precisamente em fazer ver como Comte e seus sequazes "fazem filosofia", combatendo a metafísica. Muitas vezes, é verdade, passa despercebida ao comum dos mortais a existência de tal "habitat" intelectual. Mas esta própria inconsciência já é o fruto amadurecido duma assimilação processada paulatinamente. Aquí, é bem verdade aquilo do adágio: "Ab assuetis non fit passio".

Poderia, então, alguém adiantar: qual é essa linha fundamental, a coluna-mestra que vem servindo de suporte às grandes Idéias ou idéias gerais da filosofia americana:

Responderíamos: é o Cristianismo.

* * *

Há os que preferem ventilar a questão da existência da Filosofia e de filósofos entre as nações, raças e continentes, num outro ponto-de-vista, aliás não menos interessante.

De dupla forma, dizem, podemos cooperar no engrandecimento do edifício da Filosofia: por criação de novas idéias e sistemas; ou por processos de assimilação. De ambos os modos é possível subministrar contributos preciosos, na edificação do Panteon da "Sofia".

Os gênios criadores aparecem de longe em longe: são os atletas que dão grandes impulsos à mole imensa do Pensamento. Aristóteles, no Velho Mundo; na caluniada Idade-Média, um "Anjo das Escolas", nos turbilhonentos tempos modernos, um sizudo Kant: eis os três marcos principais que circunscrevem o grande estádio das disputas do Inteleto.

Mas o gênio, note-se, é inevitavelmente transcendental: as concepções arrojadas que forjaram seus cérebros, parecem ocupar, ao saírem daquele arsenal, um plano de estratosfera: as novas "revelações", em primeira mão, são antidemocráticas, inadaptadas. São manjares digeríveis apenas por Super-Homens, não ainda o pão quotidiano da massa.

Na transição necessária dessas novas elocubrações, dum plano superior para o da "vulgarização", há uma operação que é tão importante, no terreno filosófico, quanto os fermentos no fenómeno biológico da alimentação.

Células especializadas, distribuídas ao longo do nosso aparelho digestivo, segregam sucos de capital relevância na economia vital: são os enzimas ou fermentos, encarregados de transformar, quimicamente, o bolo alimentício, dessecado agora em partículas infinitesimais; e graças aos quais, o alimento ingerido vai-se tornando aos poucos próprio a ser absorvido pelos tecidos, onde irá, finalmente, suprir as perdas energéticas caloríficas, etc.

Em Filosofia, também, importa haver capaz de apreender com fidelidade ou assimilar o conteúdo das novas produções dos gênios, e converte-las em "ídolos da tribo" (Bacon-Novum Organon, la. pars)

Este trabalho intermediário tem maior significado e nobreza, precisamos dizer-lo, do que o vulgo pode pensar.

Aquí acode-nos à lembrança aquilo que se passa numa sala de concertos sinfônicos: ao ouvinte mediocre, o regente parece ser — o único músico que não toca nenhum instrumento —. No entanto, o que é certo é isto: si os componentes da massa orquestral conseguem caminhar em andamento sincrónico, em equilíbrio perfeito de timbres e em ajustado dinamismo de expressão e homogeneidade, é ao maestro, sem favor, que deve ser atribuída a unidade do conjunto. Quem, senão ele, impõe às cordas o ave-ludado dos "harmônicos", aos metais brejeiros pede mais discre-

ção, e ao grupo de percussão o necessário assurdinamento? Quem teve o ensejo de ouvir um conjunto como o da N. B. C., sob direção dum Toscanini, facilmente compreenderá que a força moral e a personalidade marcante dum regente é alguma coisa, na sinfonia.

Talvez se aplique o simile. E, da mesma forma que um regente faz música, revivendo páginas que viveram talvez séculos na poeira das bibliotecas: não desmerece o título de filósofo, quem, depois de se por em contacto com a obra dos gênios e de lhes explorar, uma a uma, todas as possíveis deduções, transporta para a planície, para o terra-terra, o conteúdo de novas Idéias. Não está a personalidade filosófica apenas no gerar novos sistemas, mas ainda no aprender, no julgar e no propagar, inteligentemente, o que outros já produziram.

Etimologicamente, a mesma palavra Filosofia (Amor da Sabedoria) parece indicar que "filosofar", já para os gregos, era também mostrar capacidade de assimiliação.

Não é sem propósito observar, a esta altura, que a predisposição para assimilar a Filosofia varia, consideravelmente, de indivíduo para indivíduo.

Velho aforismo dos romanos dizia: "Unum quodque recipitur ad modum recipientis" e os Escolásticos dêle se serviram para significar que, em psicologia, cada um de nós é levado, naturalmente, a ver, nas coisas e fatos, os prismas que dizem algo de interesse em relação com o nosso "EU", ficando na penumbra os demais aspectos.

Isto poderia explicar, até certo ponto, como, também, duma mesma fonte de revelação de "novas verdades" podem surgir várias direções, várias encruzilhadas no pensamento dos que procuraram aquela linfa.

Instrue-nos a sagrada teologia, e a sã filosofia o confirma, que o conhecimento de Deus é **COMPREENSIVO**, porquanto Ele vê toda a cognoscibilidade dos objetos; ao passo que, em nós, o conhecimento é meramente **APREENSIVO**, isto é, nunca pode ser tão completo e perfeito que chegue exaurir toda a cognoscibilidade.

Servindo-nos, ainda uma vês, da liberdade de comparações, diríamos que as criações geniais imitam, de certo modo, aquela

inexaurível riqueza do Intelecto Increado: podem fornecer material copioso a temperamentos filosóficos os mais diversos.

Ventilada a questão nêstes termos, é realmente curioso constatar a variedade exuberante, imprimida pelas inteligências da América, às correntes e escolas da antiga Filosofia.

Mais. Informam-nos os fisiógrafos que o Continente Americano ostenta duas cadeias de montanhas bem características, em seu relêvo. Na orla do Pacífico, o litoral é guarnecido duma cadeia de soberbas agulhas, de afilados píncaros, inteiriça em todo prolongamento de N. a S., conhecida aqui por Andes, mais acima por Montanhas Rochosas.

Do lado do Atlântico, ocorre, paralelamente, um sistema orográfico de "facies" bem diverso: não são mais agulhas arrojadas que rasgam horizontes em desafio aos ceus. Tudo aqui indica o trabalho lento da erosão que foi desgastando, uma a uma, todas as arestas ponteagudas.

E a mole humana que vive circunscrita entre as duas estupendas fortalezas ostenta, em harmonia com aquela variedade de panorama, uma duplicidade estranha: — tem algo da alegria e bom-humor, inspirados pêla poesia dos Andes e tem, outrossim, a nostalgia, quietude e paz que sugere uma Mantiqueira, aquela mesma Mantiqueira onde moureja, sabemos-lo, uma briosa população, amante das tradições, e construtora dum Brasil bandeirante.

Pois é nêste cenário, senhor duma natureza tão variada e de luxuriantes matizes, que vamos encontrar, também, duas correntes de Pensamento, representando uma o Velho Mundo, outra significando o alvorecer duma nova concepção do Homem, do Universo.

Há quem se compraz em representar a Cultura do Mundo Antigo na figura dum velho peregrino, o qual tinha por vocação perlustrar todo o universo, mais andarilho que Marco Polo, mais incansável que Fernando de Magalhães.

Sua pátria de origem é a Hélade, donde partiu bem cedo em direção às plagas do Lácio. Depois que visitou toda Europa, levantou barracas, e um dia o Novo Mundo acolhedoramente o recebeu. Nestas hospitaleiras paragens, o Ancião, que conhecera todo o Oriente e havia convivido com os dias gloriosos da velha

Europa, resolve descansar de sua jornada e por termo à sua peregrinação.

Estava completo o ciclo da Civilização, da Filosofia, da Cultura.

Mas eis que, ao lado dessa Cultura, tão velha quanto o Mundo, vai-se desenvolvendo também, a passos largos, entre nós, uma cultura... autóctone, constituída por trabalho de adaptação inteligente, orgânica, de tudo que há de aproveitável nas gerações passadas, e, talvez bem cedo, por uma Escola de todo original.

* * *

E aqui não queremos olvidar um aspecto altamente lisonjeiro ao pensador latino-americano: sua autodidática.

Tentado, uma feita, por alguém, de vir procurar na América salutar terapêutica a seu organismo combalido, Nietzsche respondeu a esse alguém que preferia ver definhar o corpo no meio culto da Europa, a ter que embotar o espírito longe de sua pátria, para atender ao bem do corpo.

Em certo ponto andava certo, pois não há negar, só no velho Mundo poderíamos dispor de bibliotecas completas, de material farto para experimentações, e dos confortos que somente uma técnica perfeita pode propiciar.

A ausência de grandes centros universitários é considerável, entre nós.

É por suas próprias forças, pois, iniciativas e necessidades pragmáticas, que o povo americano tem se elevado ao altiplano filosófico, afim de dar um sentido à sua Existência, e fazer frente ao agnosticismo e irreligiosidade que procuram minar as novas formações étnicas.

Apraz-nos, aqui registrar a tese, tão em voga alíaz entre bons sociólogos, segundo a qual o ponto de partida psicológico de nossa floração científica e literárias é esse instituto religioso que, decorridos apenas quatro centúras, logrou impregnar, definitivamente, o plasma de nossas velhas tradições; e assinala o início da verdadeira História da América, dando origem a uma nova Cristandade.

Praza aos ceus seja esta Cristandade tão luminosa, fecunda e duradoura quanto aquela que originou e alimentou o sadio Humanismo Medieval.

No Brasil, sobretudo, o círculo em que se enfeixam as várias camadas da Cultura, que são o substractum mesmo da Nacionalidade, o complexo fundamental de todas as aspirações do povo, é uma moldura de profunda religiosidade. Metaforicamente, dizem os beletistas que, na bússola com que vimos fazendo a travessia de nossa vida nacional, a agulha imantada está sempre a ocupar a zona-Religiosidade.

Não quer isto dizer que, de permeio à linha reta da unidade histórica, não tenham surgido deflexões, curvaturas mais ou menos desapontadoras, que seriam como as idéias menos representativas de nosso Character. Todas as células políticas pagam tributo a tais excrescências. O certo, porém, é que, assim como de posse dos graus de longitude e latitude dum determinado lugar, podemos seguramente localizar tal lugar; e assim como, tendo os dados exatos da paralaxis, seremos aptos a registrar a distancia dum astro: com a coordenada-Religião, lograremos penetrar a medula do genuino Espirito brasileiro.

E tanto assim é, que as correntes anti-espiritualistas, uma vês transplatadas para este Hemisfério, jamais puderam ter duração apreciável.

São como aquelas plantas exóticas, rebeldes a qualquer aclimação, e que os botânicos não puderam introduzir na flora nacional: nosso clima as sufoca, no nascedouro.

Todos conhecem o papel ridículo que faziam os burguezes, quando, sem prévio convite, se introduziam furtivamente nas salas de festins: notando o quadro completo para convivas, não lhes restava expediente outro que evadir-se, de mansinho, triturando a humilhação e desapontamento.

As importações materialistas daqui saíram como haviam entrado: sem que delas tomassemos consciencia.

* * *

Um característico que é interessante ser apontado, na psicologia do pensador brasileiro, é o idealismo e delicadeza.

Extasiado ante a majestade hierática de invias florestas; aniquilado pelo espetáculo dantesco duma "Paulo Afonso", ou duma "Sete Quedas"; de norte a sul nosso caboclo depara com uma Natureza pródiga e esbanjadora.

As previsões não podem ser lá muito lisonjeiras, no tocante à implantação de nobres ideais, numa terra que parece ter sido escolhida para ostentação da Força da Matéria.

A alguns espíritos meditativos tem parecido, mesmo inexplicável como, dêste cosmos da Matéria; onde os elementos geológicos acusam ainda pronunciada ebulição formadora; possa ter florescido uma geração de aristocrático idealismo, e de tão requintados sentimentos estéticos, morais e sentimentais.

Na escultura do "Aleijadinho"; na paleta de Pedro Américo e de Vitor Meireles; na maneira Beethoviana dum Pe. José Maurício, bem como na harpa indianista de Gonçalves Dias; em todas as manifestações do Romantismo nacional, e nos acordes do nosso "flok-lore", ocorre sempre uma faixa de frequência marcadamente idealista, toda feita de ternuras e delicadezas, difficilmente encontradiças noutras formações radiais. Nossa Literatura, não é tanto o monstro que põe mistérios e temores nas florestas; nem tão pouco os espíritos estranhos que infestam as águas, perseguem o menino traquinas, e dão material às historietas da vovó, à beira do fogão em noites de inverno: é, antes, o murmúrio de regatos, o farfalhar de folhas que caem preguiçosas das franças do buriti, os queixumes de insectos notívagos que rondam à noite, precedidos pelo fosforescente pirilampo.

O que fez amada nossa Terra dum St. Hilaire, dum Agassiz e doutros que aqui aportaram, é justamente esse multiforme repositório de miniaturas, este Sipango de minúsculos seres.

* * *

Um último distintivo de nossa mentalidade queremos aqui lembrado e é a preocupação política, em nossa Filosofia.

Instintivamente o pensador brasileiro aponta a objetiva de seu telescópio para o mundo de idéias políticas e sociais.

Aqui entendemos por Política a ciência e arte que trata da maneira ideal de governar; e não uma competição de classe na aspiração de sinecuras e altas posições.

Aliaz, é sabido que da Política, no sentido nobre da palavra, se preocupavam largamente os grandes mestres da Antiguidade. Nas arengas provocadas pela maiêutica Socrática; nos programas das elegantes Academias de Platão; nas rodas em que pontificava o Estagirita: sempre a Política encheu parte considerável de atenção e estudos.

Nêste sentido, há um pragmatismo, e pragmatismo sadio, nas lides de nosso Pensamento. A preocupação exclusiva por questiúnculas: as discussões que, pêlo transcendentalismo, perderam de tódo o contacto com o Homem-carne-e-osso, afiguram-se, a nossos olhos, verdadeiras aberrações; e sentimos viva repulsa por tudo que não traz o sinete de Humanismo.

Como o higienista impede "in limine" o desembarque de forasteiros portadores de epidemias: o pensador patricio, e o americano em geral, selecciona as correntes que aqui pedem ingresso; e só admite, como dignos temas de debate no Areópago de nossa Intellectualidade, os problemas ligados, de perto, aos interesses do "Homo sapiens".

CAPÍTULO I

O FILÓSOFO BRASILEIRO E PASCAL

(Uma ligeira visita a Pascal em companhia
de Jackson de Figueiredo).

"Segundo a Biblia, diz La Valette Monbrun-Deus criou o homem, a sua imagem e, da mesma forma, cada escritor que estuda Pascal, procura fazê-lo sempre à sua própria semelhança". (La Valette Monbrun aine de Biran, disciple et critique de Pascal, pg. I, 1).

Com esta "mise-en-scène", introduz Jackson a personalidade misteriosa de Pascal, no estudo alentado que faz do pensador francês, sob a epigrafe: Pascal e a Inquietação moderna.

Não há, talvez, no mundo atual, escritor mais discutível e discutido que Pascal. Para uns, é êle pedra de ascândalo, quando para outros avulta como objeto de edificação.

É curioso constatar a multiforme preocupação de estudos e interpretações, em derredor dum mesmo pensador: quasi todas as correntes filosóficas das três últimas centúrias, convergiram seus trabalhos de crítica para este vértice.

Para os discípulos de Port-Royal, há um Pascal cem-por cento Jansenista. Em Voltaire, vereis um Pascal preludiando a famigerada Enciclopédia. Ao ver de Chateaubriand, Pascal é apenas um Patriarca do Romantismo literário. Sully Prudhomme vê nêle um protestante autêntico; ao passo que Joly uô-lo apresenta como católico rigorosamente ortodoxo.

Um fator de ordem social influuiu, igualmente, na existência de opiniões desencontradas, por parte de quantos se deram ao trabalho de interpretar, fragmentariamente, a obra do genial gaulês. Pascal fez parte integrante e saliente do reduto jansenista de Port-Royal; e atraiu, destarte, à sua pessoa, dois inimigos: a Igreja e a Companhia de Jesus. Nêste particular, não é de se esquecer a observação judiciosa traçada por autores católicos equilibrados, segundo a qual devemos ter em mente as circunstâncias particulares da época, em que trabalhou e lutou Pascal.

Fez parte o genial francês dum grupo de espíritos seriamente devotados à causa católica e que, antevendo, numa como visão apocalíptica, a aproximação da grande hidra peçonhenta, que foi a onda do Enciclopedismo ateu, desejaram, sinceramente, mover eficaz reacção. Não há dúvida, pois, a intenção de Pascal foi estar ao lado da Igreja, em todas suas polémicas, lutas filosóficas e campanhas de moralização.

De todas as contrafações e sofisticações por que passou a obra construtiva de Pascal, nenhuma foi mais diabólica e persistente, que aquella movida por Voltaire e seus sequazes. Na Literatura do sec. XVIII, a exegese Voltaireana foi mesmo, a que prevaleceu e de tal forma ia se apossando dos estudiosos, que parecia Pascal estar irremediavelmente condenado a ser indigitado como caso típico de cepticismo. J. de Maistre, em seu curioso estudo "*Observations critiques sur une édition des lettres de Madame de Sévigné*", salienta esta monstruosidade do aludido século, e afirma que si Pascal ressuscitara, haveria de se indignar tanto com a caricatura que dele fizeram, que não duvida-

ria chama-los às barras do tribunal. "Parmi les enormités du dix-huitième siècle, nous avons toujours distingué l'édition si connue des Pensées de Pascal par Condorcet et Voltaire, avec les notes et les observations de ces deux sophistes. C'est un spectacle insupportable; nous ne disons pas pour la piété ou la philosophie, mais pour le simple bon sens et pour la probité de voir l'irreligion déraisonner ou ricaner au bas de ces pages vénérables où Pascal avait déposé les preuves immortelles de son génie autant que de sa foi".

Si Pascal eût véeu, irrité de l'attentat commis sur son ouvrage, il aurait poussé un cri d'indignation et de vengeance; il aurait trainé Condorcet et Voltaire devant les tribunaux, et sûrement le procureur général s'en serait mêlé". (Obs. de Maistre. Obs. critiques sur une édition des lettres de Madame de Sévigné. VIII, 1 e 2).

É assim, no dizer de conceituado biógrafo, o vulto de Pascal ia sendo uma personalidade tricotômica: no primeiro plano, o matemático e geometra, tão respeitável como Pitágoras e Euclides; no segundo, o céptico e agnóstico Enciclopedista; no terceiro, o cristão, o cristão louco, de misticismo balofo e histérico.

Naquele mesmo sec. XVIII, todavia, um pensador sensato, Maine de Biran, clamava contra esta insinceridade e leviandade com que Voltaire e outros se punham a combater aquele genial escritor, nimbado pelo sofrimento que fez sempre os grandes homens.

Mercê de Deus, a obra autêntica de Pascal está hoje quasi totalmente revivida, e ocupa lugar que bem merece, na galeria das obras imortais.

Com as obras filhas do gênio, da-se, muitas vezes, uma palingenesia. Diz a fábula que a fenix, depois de muitos séculos de morte, ressurgiu um dia, de suas cinzas, mais formosa e mais jovem. É o símbolo perfeito da vicissitude por que passam as maiores criações do humano engenho. Em seu nascedouro, passam despercebidas aos olhares dos contemporâneos; mas o tempo se incumbirá de lhes fazer justa reivindicação; e as gerações futuras, umas após outras, hão de dar o valor ditado pela justiça e objetividade.

Pascal é um caso típico de ressurreição: à medida que seus leitores o examinam, mais desapaixoados, tanto mais ganha em solidez e durabilidade sua gigantesca produção. E o mesmo tempo que se incumbe de reajustar um valor obrigado e torna-lo compreensível, como fez com a criação Pascaliana? Esse mesmo tempo, digo, se compraz em sepultar as obras de lancaria que, por força de qualquer circunstância, lograram uma certa aceitação, ao aparecerem. Quem hojealaria, sem escandalizar a sabios e críticos, numa Literatura Voltaircana? A Enciclopédia teve a duração efêmera de um cometa: brilhou, alguns instantes no céu das idéias filosóficas, para logo projetar-se no bátrio do esquecimento mais profundo.

Para Victor Giraud, todas as concepções do mundo espiritual de nossos dias vai convergir para este vértice que se denomina Pascal: é ele o celeiro farto onde se abastecem todas as correntes.

"La pensée contemporaine étiat comme hantée par Pascal". (apud. J. Figueiredo: Pascal e a Inquietação Moderna, pg. 52).

O ECLESIASTES

É o Ecclesiastes um livro do Antigo Testamento, do gênero sapiencial, cujo conteúdo é mostrar como todas as coisas não passam de vaidade, exceto o amor de Deus.

Suas primeiras palavras são de um cepticismo moral "tranchant" si não lhe entenderamos o contexto e a metáfora.

Seu autor é, provavelmente, o grande Salomão, pois se declara Filho de David, etc. O agiógrafo pinta, ali numa visão retrospectiva, o que foi sua existência: tudo o que seu coração almejava e que sua ambição de poderoso monarca perseguira, jamais pôde saciar-lhe a sede de felicidade e alegria completa. Eis, por que, exprobrando sua mesma insensatez e loucura, por ter corrido atraz de fantasmagorias e quimeras, exclamou, ao termo da carreira: — Vaidade das vaidades, tudo vaidade.

Jackson dedica algumas páginas, de alta eloquência, a mostrar o paralelo da confissão do Ecclesiastes com a vida mundana que Pascal conheceu, em seus verdes anos de adolescente.

Como se entendem as almas gêmeas, e como a Providência é tão extremosa que, para nos consolar, tem sempre algum

exemplo semelhante, na história dos sofrimentos, das incompreensões, etc., com que nos encoraja levar o fardo de nosso destino, Jackson foi entre nós, a renovação do caso Eclesiastes bem como do caso Pascal.

Percorrendo as páginas da História das ciências, da filosofia, da técnica, etc., concluía Pascal que o saber apenas tem contribuído para envaidecer o Homem; e que, realmente, a única saída para o ceticismo universal é o lançarmo-nos, confiantes, nos braços de Deus.

Após sua morte, cosido à própria roupa, foi encontrado um papelucho, que provavelmente sempre o acompanhara, e onde se leem estas palavras de fideísmo puro, de humildade, de confiança e pureza d'alma: "Dieu d'Abraham, Dieu d'Israel, Dieu de Jacob. Non des philosophes et des savans. Certitude. Certitude. Sentiment. Joie. Paix" (Manuscrito encontrado após sua morte, datado de 23-XI-1654).

A APOSTA

A página "du pari" é, na apologética de Pascal, uma interessante maneira de combater o ateísmo.

Inúmeros escritores pretenderam ver aí um mero problema de "cálculo das probabilidades" e, apressadamente, concluíram pela ausência de fé e certeza, em Pascal.

A originalidade da atitude apologética, no caso, consiste em afirmar que o filósofo sendo incapaz sem a graça sobrenatural, de resolver cabalmente os problemas de seu destino, deve abandonar a hipótese duma solução meramente racional.

Insurge-se o preclaro Card. Mercier contra os que querem fazer das discussões elaboradas no "Pensées" um problema formalmente criteriológico: são de outra ordem. Pascal, ali considera o homem no seu todo, vivo. Em criteriologia, o caso seria outro: seria um estudo da inteligência à procura da certeza, dissecando esta faculdade espiritual, para estudar seu funcionamento, independentemente das demais partes deste todo, que é o Homem.

Tentemos resumir o ponto de vista em que ele se poz.

Quem vai à procura da Verdade é o Eu vivo, o homem total: inteligência, imaginação, vontade e sentimento. Mais. Si é verdade o que a doutrina católica ensina, não é o homem, que pensa e constroe a ciência: é o filósofo cristão.

Filosofar, portanto, de maneira abstrata, com nua inteligência, seria mutilar o Eu real, o Eu histórico, o Eu que vive na atmosfera social regenerada pela morte de Cristo.

A tais intellectualistas, o autor de "Pensées" endereça um veemente apêlo que pode ser condensado nas linhas seguintes:

O sobrenatural é indemonstrável, mas podemos experimenta-lo .

Por definição, o sobrenatural foge às capacidades de mera demonstração racional. Seria evidente contradição pretender demonstrar a um pagão a vida da Graça. Apoiando-se, a cada passo, em S. Paulo, o pensador francês diz, v. g.: "Qui blâmera donc les chrétiens de ne pouvoir rendre raison de leur créance, eux qui professent une religion dont ils ne peuvent rendre raison? Ils déclarent, en l'exposant au monde, que c'est une sottise, stultitiam. Et puis vous vous plaignes de ce qu'ils ne la provent pas. S'ils la prouvaient, ils ne tiendraient pas parole; c'est en manquant de preuves qu'ils ne manquent pas de sens". (Pascal, Pensées, art. XI).

Tal indemonstrabilidade não impede seja sentida e experimentada a existência duma ordem superior.

Ponde-vos no caminho dum crente. Farei tudo que êle pratica. Sêde honesto, sincero em vossos juizos, dominai vossas paixões e vos afianço que chegareis bem cedo à Verdade. "Nous connaissons la vérité non seulement par la raison, mais encore par le Coeur", (Pascal Pensées, art. XIII).

Realmente. Para apreender o conteúdo da vida espiritual, temos antes do mais, de nos metermos em contacto íntimo com a realidade que buscamos. Na aquisição duma ciência ou arte, nossa atitude deve seguir uma rota diversa; si nos metessemos, já de inópino, no interior de sen bôjo, possivelmente construiríamos um mundo preconcebido e falho de crítica.

Quem, pelo contrário, para obter a fé, se mantivesse nesta atitude "de fora", e só pretendesse abraça-la depois de a haver

estudado na frieza dum laboratório de análise, estaria irremediavelmente condenado ao ceticismo religioso.

Conta-se que, uma feita, o Padre Ravignam, tribuno sacro de raros recursos, foi procurado por um jovem estudante que dizia querer expor-lhe algumas dúvidas, a propósito da confissão. Ajoelhe-se e vamos à confissão, meu amigo — adiantou o padre. Como, obtemperou o mancebo: como confessar-me, antes de lhe expor as dificuldades que versam, precisamente, sobre tal sacramento? Pois é assim, meu filho; queira se confessar, e depois iremos às suas objeções, insiste o homem de Deus.

Acedeu o Jovem, e, uma vês feita sincera acusação dos peccados, diz-lhe o grande diretor de consciências: Agora, as dúvidas. Não as tenho mais, Padre: dissiparam-se como por encanto e agora sou um crente da confissão.

E, então, o Padre: Muitas vezes, e é este o seu caso, a dificuldade para a pratica da religião reside não tanto na intelligencia, mas sobretudo no coração: basta desafoarmos o interior de todas nossas paixões, que logo compreenderemos o significado da Fé.

Os apêlos vibrantes que dirige Pascal aos sepiritos indifferentes, a-fim de retirar-los dêsse marasmo doentio e predispor-los a receber a graça, são perfeitamente racionais; e, no ponto de vista cristão, obra de apostolado valioso.

Quem der ouvidos a tais conclamações, aquilatará da loucura que vai na indifferença religiosa, na despreocupação do supremo problema do destino do homem; e, si for sincero, achará o caminho da Felicidade.

Pascal se serve do apêlo ao senso-comum, na luta contra os céticos. E nisto seu processo foi eminentemente intelligente. Não há outra forma de combate a tal gênero de pessoas, porquanto qualquer dialética, no caso, não passaria daquilo que em Escola se denomina — *Petitio principii*.

No capítulo "O excesso doutrinar", Jackson estuda minuciosamente o caso das famigeradas cartas "Les Provinciales" que, constituem, aliaz, a seu ver, "a primeira obra prima da prosa franceza, a mais alta e a mais vibrante manifestação da eloquência da raça latina, a que só se tem comparado a eloquência de Demóstenes".

Jackson demonstra conhecer suficientemente o caso do Jansenismo e conclue pela não-Existência de um Pascal de Jansenista. Neste particular, está bem acompanhado: são muitos os que hoje dizem explicitamente o mesmo e o próprio Jackson apela para a autoridade de Sully Prud'homme.

Teve o delicado escritor patricio a beneditina paciência de recolher farto repositório de citações do próprio Pascal, nas quais se evidencia a inconsistência da censura de Jansenismo, contra Pascal.

Assim, v. g. conta-se que, principalmente nos últimos anos da vida, Pascal se coprazia em demonstrar especial ternura e atenção para com os humildes e pequenos. "Não pode haver prova mais eloquente de que Pascal não tinha como absolutamente certa a existência daquela elite que Port-Royal proclamava".

Qual, então, a verdadeira Filosofia do grande meditativo?

Para Jackson, é a que foi entendida por Gratry (*La connaissance de Dieu*): "o que Pascal chamou coração, como órgão do conhecimento, é o que outros chamam de "percepção mediata da evidência" ou "o conhecimento espontâneo". "Ele não quer o conhecimento especulativo de Deus, mas o que leva à prática e ao amor. Coincide, nesse ponto, com Bossuet, quando este diz: Desgraçado o conhecimento que se não faz amor e se trae a si mesmo". (J. Figueiredo. *Pascal e a Inquietação Moderna*, pg. 123 segs.).

Judiciosamente observa o sergipano que não deve Pascal ser tido na conta de inimigo da Filosofia, pelo fato de bastas vezes indigitar falhas, e falhas consideráveis no seio desse ramo do saber: precisamente por amar entranhadamente à verdadeira Filosofia, é que o francês desanda em objurgatórias contra falhas: qual pai extremoso, ele quer chamar a atenção dessa filha ingrata, a Filosofia, a-fim de, para o futuro ela não cair nas falhas passadas. O não confessar as faltas da filosofia seria um erro, e daí a aparência de hostilidade à filosofia da parte de um verdadeiro filosofo.

Há mesmo, na obra gigantesca de Pascal, tópicos que constituem o maior elogio da missão desse departamento do saber. Quem, como o pensador seiscentista, reivindicou a nobreza de que se reveste a faculdade de pensar? "L'homme n'est qu'un

roseau, le plus foible, de la nature, mais c'est un roseau pensant. Il ne faut pas que l'univers entier s'arme pour l'écraser. Une vapeur, une goutte d'eau, suffit pour le tuer. Mais quand l'univers l'écraseroit, l'homme seroit encore plus noble que ce qui le tue, parce qu'il sait qu'il meurt; et l'avantage que l'univers a sur lui l'univers n'en sait rien. Toute notre dignité consiste donc en la pensée. C'est de là qu'il faut nous relever, non de l'espace et de la durée, que nous ne saurions remplir. Travaillons donc à bien penser; voilà le principe de la morale". (Apud. J. Figueiredo. Pascal e a Inq. Moderna. P. 126).

Quem seria capaz de melhor evidenciar a superioridade do Espírito sobre a matéria. É, deveras, forte o panegírico traçado pelo mestre, da liberdade do Espírito, do Espírito que pode sempre fugir à inexorabilidade e necessidade da matéria.

Pese, embora, diz nos, sobre o corpo, a mole do mundo material; si não contamos com hombros hercúleos de Atlante, resta-nos todavia a força do Espírito que não conhece obstáculos.

Esta dominação do Espírito é cheia de escolhos; e Pascal não esconde o perigo que há, por toda parte, de sermos devorados pelo vórtice dos elementos, si não nos revestimos de couraça bem sólida. É que as coisas estão em perpétuo evoluir; o tempo, com sua inexorável mobilidade, arrasta os elementos a um perpétuo "devenir". Si atentarmos para uma visão mais meditativa do mundo que nos cerca, facilmente percebemos que as criaturas são como pedrinhas coloridas de grande caleidoscópio, formando novas combinações, surpreendentes na volubilidade de policromias.

"Rien ne se arrête pour nous. C'est l'état qui nous est naturel, et toutefois le plus contraire à notre inclination; nous brûlons de désir de trouver une assiette ferme et une dernière base constante, pour y édifier une tour qui s'élève à l'infini: mais tout notre fondement craque, et la terre s'ouvre jusqu'aux abîmes". (Apud. J. Figueiredo. Pascal e a Inq. Moderna, pg. 127).

Em meio ao perpétuo fluxo, o homem procura uma como sede (assiette) para estabilidade sem o que seu espírito definha. A pena de Pascal atinge o paroxismo da eloquência quando reproduz a angústia do homem preso a dois mundos diversos e con-

traditórios o corpo e a alma, a matéria e o espírito. "Jano de duas caras", o mortal tem, dentro de si mesmo, a dualidade tremenda que o força a luta titânica, com o escôpo de estabelecer o necessário equilíbrio.

A esta altura, a vista perspicaz do gaulês toca, de cheio com o dogma do pecado original, explicação única do duelo sangrento entre o velho e o novo Adão.

Celebrando, anualmente, o mistério inefável da redenção, exclama a liturgia romana: Ó feliz culpa, que nos mereceu um tão grande Redentor.

Pascal entrevé, no estado de prevaricação da Humanidade, o germen duma grandeza ainda maior. "*La grandeur de l'homme est si visible qu'elle se tire meme de sa misère*" (Apud. J. de Figueredo. Pascal e a Inq. Moderna, pag. 128).

Conviria, talvez explicar aqui, resumidamente, a doutrina dos melhores teólogos sobre o modo como fomos vulnerados no pecado de origem.

Teve voga uma certa explicação ingenua, simplista e material, segundo a qual, nossa alma é criada com defeitos, diríamos físicos; sua brancura seria afetada de manchas, de nodoas algo semelhantes às pigmentações de certas dermatoses.

Santo Thomaz, sempre lúcido e profundo, lembra que a alma é criada naturalmente perfeita. Como, todavia, Deus havia, desde a eternidade, deliberado elevar a Humanidade a um estado sobrenatural, segue-se que há um desnivelamento, enquanto a criança não for regenerada pelas águas lustrais do batismo. Poderíamos, então dizer que, dada a presente economia, o estado NATURAL, já de fato, não é mais o que nos convem.

Pascal lobrigou a face verdadeira do problema: "*Car ce qui est nature aux animaux, nous l'appelons misère en l'homme, par ce que nous reconnaissons que sa nature étant aujourd'hui pareille à celle des animaux, il est déchu d'une meilleure nature qui lui était propre eutréfois.*" (Apud. J. Figueiredo. Pascal e a Inq. Moderna, pg. 128).

O adágio, na filosofia popular, diz que todos que foram Rei algo conservam da majestade.

É o homem um rei destronado e os laivos de sua perda realza se consubstanciam na faculdade de filosofar. "Pode-se

conceber um homem sem mãos, sem pés, sem cabeça, dado que só a experiência ensina que a cabeça é mais necessária do que os pés, mas ninguém pode conceber o homem sem pensamento, pois seria assim como uma pedra, uma coisa", (Apud. J. Figueiredo, Pascal e a Inq. Moderna, pg. 128).

Consequência que se impõe: devemos começar nossa reconstrução moral pelo cultivo esmerado do Espírito, em que pese o prurido de hipercultura corporal dos dias que vivemos.

Em concreto, o início de tal prevalência moral consiste numa introspecção, que cada indivíduo deveria sinceramente fazer. Há perfeita comunhão de vistas entre o ilustre pensador e a corrente de Filosofia Perene. O "conhece-te a ti mesmo" não denota apenas um estágio da Filosofia, quando Sócrates pontificava e ministrava o leite generoso de novo saber ao elegante atleta, que foi Platão.

Toda metafísica que não seguir esta linha está fadada ao olvido.

É, porém, de notar que o "ensimesmar-se", o devassar o santuário de nosso psíquico (introspecção) não é tudo. A lamentável vulnerabilidade de tantos sistemas, em boa hora iniciados, consiste precisamente em parar onde deveriam encontrar o marco inicial duma grande pista.

Si devemos penetrar os refolhos de nosso ser, é para nós metermos em contacto com outra realidade mais alta, que ali se reflete como em espelho de fino cristal: a realidade de Deus.

Como são sábias as prescrições da Igreja. Quantos, gratuitamente se arvorando em críticos de última hora levianamente acoimam de superfluidade e perda de tempo o exercício da oração mental, tão vivamente preconizado por Ela.

Não. Não se trata de praxe tradicional, sem outro significado que um apego às tradições das eras medievais.

Sabe a Igreja, perfeita conhecedora de nossa psicologia, que só mediante esta íntima aproximação de nosso ser com Deus, lograremos diuturnamente ter o espírito alerta e acobertado do miserável terra-terra. O fiel que, pela manhã, beneficiou-se dêste banho, e encheu a alma da presença do Senhor, terá um dia mais nobre, há de encarar a Vida com as vistas mesmas de Deus.

Parece-nos de bom aviso dissipar, ainda, um preconceito

vulgar, atinente êste ao cuidado unilateral que por vezes se dispensa ou ao corpo ou à alma.

De alma e corpo somos compostos, em união substancial. A perfeição ontológica devera, pois, residir numa feliz harmonia de ambas as partes componentes.

Verdadeiro é só o Humanismo que tem em mira o Homem todo, guardadas, evidentemente, as precedências do Espírito, sobre a matéria. Erro lamentável foi o de Esparta, quando toda sua legislação era um código de desportos e aperfeiçoamento corporal.

Poderá ter produzido singulares espécimens de tipos hígidos, fortes para as lutas do Circo: não criaram, porém o tipo do Homem "tout court".

Si, por outro lado, houve, em determinadas quadras da história, épocas de "misticismo" ou seja de desprezo ao corpo, não julguemos êstes extremos como sendo aplicação da genuína doutrina. Aquilo que afirmaram os gregos: "Mens sana in corpore sano" — nem eles entenderam no justo valor e praticaram, como a sociedade cristã.

Si recriminamos, em nossos dias, a onda quasi geral de preocupações materialistas, é porque, de fato, há um "superavit" de bem estar corporal, ao lado dum grande "deficit" moral.

Importa estabeleçamos reajustamento das duas ordens e não permitamos que o progresso da matéria e da técnica se adiante ao do Espírito.

O CORAÇÃO TEM RAZÕES QUE A RAZÃO DESCONHECE

O romantismo se compraz em fazer desta frase um de seus mais deliciosos brazões. É de ver como os mancebos encontram ali um mundo de devaneios, de misticismo.

Importa penetrar no pensamento de Pascal e no contexto de toda sua produção, para se dar o sentido exato a tal provérbio.

Não se trata de afirmar que a Fé seja fundada numa ordem sensível apenas, sem fundamento filosofico (razões de credibilidade). A argúcia de Pascal é bem notável: e, no caso, queremos bem compreendida sua ortodoxia.

Consoante doutrina tradicional e definida, expressamente, pela Igreja, não é suficiente a intellecção de conteúdo religioso, para a pessoa tornar-se ipso facto cristã. Podemos ser gênios do saber; homens de perigrina capacidade aquisitiva e... mesmo conhecedores perfeitos da racionalidade da Fé; si não nos assiste a graça, auxilio de ordem essencialmente sobrenatural, estamos condenados a viver afastados de Cristo.

Ora, para obter-se tal graça de infusão da Fé, importa nos aproximemos do altar de Deus, não como racionalistas, munidos apenas das armas da crítica humana; mas com aquele conjunto de disposições morais que os Padres chamavam de BOA VONTADE (no presépio, os mensageiros da Boa Nova indicaram o caminho para a Paz, ou seja para a verdadeira Vida: "Et in terra pax hominibus bonae voluntatis".)

Compreendemos, dessarte, como pode haver, e houve de fato, individuos que, mesmo depois de ter conhecido, diríamos em abstrato, a verdadeira religião, se obstinaram na incredulidade, ou se fizeram cristãos só mais tarde.

Atransição do velho para o novo Agostinho, seja a conversão do increu para o filho de Deus, é por vezes, bastante morosa e pontilhada de lutas tremendas, que só ás conhece quem as sentiu em si, ou quem exerce o espinhoso munus de dirigir as almas.

De Newman se conta que, por mais de um decênio, oscilou entre o Protestantismo de seus pais e a profissão decisiva do Catholicismo.

Os que afirmam ser a ignorância religiosa o único impecilho no terreno religioso cometem, pois, uma lamentável deturpação teológica. Ao mais das vezes, nem é mesmo a nesciência a grande dificuldade. Mais responsáveis são o orgulho e a sensualidade.

É-nos sumamente grato registrar aqui, o aparecimento duma obra de singular projecção nas letras brasileiras: referimo-nos ao livro "A psicologia da Fé", de autoria do eminente jesuita Pe. Franca. Gostaríamos de ver um exemplar de tão alentado trabalho em todas as bibliotecas de nossos patrícios intellectuais. De impecável dialética; num estilo digno dos maiores prosadores; êsse livro constitue um orgulho de literatura nacional. Ali, o ilustre mestre analisa, de maneira curiosa, a definição Paulina

da Fé, e estuda, com felicidade, as tres grandes dificuldades da aceitação da crença: ignorância, orgulho e sensualismo.

Ultimamente, appareceu, traduzida em bom vernáculo, uma outra obra similar — "A Lógica da Fé", do Pe. Lodiell, também êle filho de Santo Inácio.

Munidos desses dois ótimos volumes, qualquer individuo de mediana cultura encontra-se aparelhado para segura iniciação filosófico-religiosa.

Em conclusão, pois, podemos dizer que é infundada a exegese que faz da célebre sentença Pascalina uma consagração de balofo Romantismo. O que o mestre ali chama de Coração é antes uma disposição psicológica e moral para a Fé.

A FÉ E A RAZÃO

São sobremodo sugestivas as páginas em que Jackson apresenta o Pascal — confrontador dos dados da Fé com as afirmações da ciência.

Não é raro ouvir-se, de lábios de pessoas de má-fé, que a Igreja é inimiga do Progresso; e que tal opposição nasce logicamente do suposto, segundo o qual o Dogma teme a Verdade.

Nada mais falso. Sem nos enveredarmos pelo terreno filosófico, onde poderíamos provar que "a priori" não é possível antagonismo algum entre a Igreja e a Verdade: façamos um breve escorço histórico, e veremos de pronto como se dissipará o comum preconceito.

Todo frequentador da ciência histórica chegará, si for sincero, a uma conclusão que nos parece um pouco diferente e que é a seguinte: a Igreja não só não entrou o progresso, antes, pelo contrário, incentivou-o, de toda sorte.

Logo nos primórdios, foi Ela quem deu origem às escolas espalhadas pelo imenso Império Romano. Obtida a paz Constantiniana, ei-la pressurosa em arrebanhar a juventude, a-fim-de ministrar-lhe cultura e educação.

No periodo de Carlos Magno, a Escola fazia parte da construção material da Ecclesia. Num mesmo corpo de edificio, estavam o Templo, para o culto, o Presbitério, destinado à moradia de levitas, e a Escola.

Ainda hoje, em certos paizes europeus, a palavra Templo traz à lembrança, também, um Liceu de primeiro aprendizado. É o caso, v. g. da Holanda.

E quando succederam hordas desaçaimadas de Barbaros por sôbre as incipientes nações, ameaçando destruir obras que exigiram séculos, quem foi que salvaguardou o patrimônio de tantos labores intellectuais e artísticos?

Não fosse a solicitude e empenho dos monjes em custodiar preciosos manuscritos, desviando-os da onda iconoclasta: e nada restaria da antiga literatura.

Desde o primeiro despontar da vida monástica, foi o Convento um reduto de aquilatado saber e de pesquisas memoráveis. Na penumbra benéfica dos claustros, S. Bento e seus Irmãos teceram a arte graciosa das Iluminuras, e recompilaram produções inéditas, que muito favoreceram os pósteros.

Na caluniada Idade Média, não houve surto de ciência, arte ou técnica que não tenha recebido o bafejo salutar e o carinho do Catholicismo.

Não bastam, para immortalizarem um século XIII, a Divina Comédia, a Suma do Aquinatense e a Cathedral Gótica?

E que são essas criações, senão frutos sazoados duma época intensamente espiritualista? O gótico denota o ápice de eloquência, em pedra. Os estilos que o precederam, não excluídos os admiráveis modos gregos, estão bem abaixo de sua concepção, verdadeiramente ciclópica. Na arte helênica, v. g. imperava a arquitetura de Arquitrave, vale dizer predominava a linha horizontal. Num Panteon grego, pode o forasteiro ver como, ainda naquela época, relativamente já adiantada, ainda se encontrava o espirito humano bastante preso à terra.

Os edificios dão a sensação de pêsso, tendem para a Terra, mais que para o Alto.

O Humanismo cristão medievo inspirou esta nova e arrojada "ordem", que é o estilo ogival, onde prevalecem as linhas verticais, verdadeiras agulhas que incitam a alma a elevar-se. O gótico é uma Teologia cristalizada em grandes moles.

A Divina Comédia não é apenas monumento impar de literatura, em que há primor de rimas e métricas, em filigranas de imagens atrevidas. Dante era um espirito enciclopédico. Sua

obra revela conhecimentos vários, que tornam-lhe sumamente denso o conteúdo intrínseco.

Na Suma Teológica, do Doutor Angélico, o leitor encontra um feliz sincretismo de Filosofia e Teologia: é de notar que até então não estavam as duas ciências delimitadas; os mestres, nas Universidades, aliavam facilmente argumentos de ordem racional e de ordem teológica, ao provarem as proposições.

Inferre-se do exposto, portanto que jamais floresceram as Ciências e artes, como nos períodos de grande fé.

Quanto às aparentes contradições entre a Fé e a Ciência, é de lembrar o seguinte: a Verdade não pode ser mais que uma, como um só é Deus. A verdade teológica, não é, pois, objetivamente, diversa da verdade filosófica. Divergem apenas os meios de que a mente lança mão, para adquirir a Verdade.

Um pagão pode chegar a deduzir a existência dum Ser Superior, por sua atividade puramente intelectual. O filósofo cristão tem, porém, um conhecimento muito superior, pelo fato de contar com dois momentos de certeza: o da especulação filosófica e o do testemunho do Dogma.

Si, pois, deparamos com uma conclusão científica que vem de choque a uma definição dogmática, devemos rejeitar, de início, tal conclusão como inconsistente. Os autores de exegese bíblica trazem, a tal respeito, mui acertada e prática advertência. Primeiramente, dizem, não sejamos ingênuos a tal ponto que julgemos irreformáveis as asserções modernas das ciências. Quantas vezes não tiveram estas, as ciências, que reformar seus axiomas; afirmando hoje precisamente o contrário do que ontem disseram? Séculos a fio juraram os astrónomos pela teoria geocêntrica, ou seja, aquella segundo a qual é a Terra centro de gravitação dos planetas, e não o Astro-Rei.

Dia a dia vão sendo destruídas, com as mesmas armas de que se muniram, talvez, para um combate velado contra o edificio do Dogma, as teorias "científicas" que impugnavam, v. g. a cosmogonia Mosaica.

É recomendável, pois, ao filósofo por-se em contacto com as posições já definidas da Igreja: ali terá ponto de referência seguro para aferir da exatidão das conclusões meramente científicas. E nem se diga que isto seria abdicar da verdadeira Filo-

sofia; antes, teremos uma norma de prudência que evitará escolhos e incurrirá o caminho, tão arduo, das pesquisas racionais.

De forma um tanto bizarra, Pascal esforça-se por dar explicação do fato psicológico da existência duma aparente contradição, neste particular.

Jackson, comentando este tópico, diz: "É certo que, ainda que a razão reconhece que obedecemos às tendências de dois estados de nossa natureza, verdade que a fé também nos apresenta mais imperativamente, no mistério de Jesus Cristo: "Un Dieu humilié, et jusqu'à la mort de la croix: Un Messie triomphant de la mort par sa mort. Deux natures en Jésus-Christ, deux avènements, deux états de la nature de l'homme". (J. de Figueiredo. Pascal e a Inq. Moderna, pag. 132).

É a contradição que há, também, portanto, em Jesus Cristo. Nêle, unidas estão duas naturezas, a humana e a divina. Na ordem comum a cada natureza, é sabido, deve corresponder uma Pessoa: em Jesus, porém, é uma só pessoa, a Pessoa divina do Verbo. Eis a admirável união, única entre as demais, a que os teólogos denominam União Hipostática.

Em virtude de ser uma só Pessoa em Jesus, como é a pessoa o centro de atribuição ética, segue-se que podemos, indiferentemente, referir ao Verbo Humanado tanto atividades de natureza humana, como as da natureza divina. Assim se legitimam as expressões, externamente contraditórias, como vg.: Deus reina; Deus sofre; tem esta reciprocidade admirável o qualificativo de "Comunicatio idiomatum".

O mesmo "paradoxo" que houve historicamente, cercando a Pessoa do Mestre, pretende-a Pascal registrar em nós, pelo dualismo de tendências curiosas de que é teatro o Homem.

Para os judeus que esperavam um Messias temporal, um Rei de mundano esplendor; para os gregos e étnicos: a todos eles pareceu o meigo Nazareno um Escândalo, uma Loucura.

Vendo, através do dualismo messianica, reprodução da luta de dois elementos antagônicos em nós, Pascal exclama, em gemidos de lancinante repercussão: "Conhece, pois, soberba, que paradoxo és para ti mesma". (Apud, J. de Figueiredo, Pascal e a Inq. Moderna, pag. 133).

Todo aluno medianamente versado em criteriologia, entende que a filosofia é fundamentalmente capaz de deduzir as verdades naturais sobre o Ser, como tal. Todavia, tais verdades, transcendentais como são, e tão altamente abstratas, de fato, não seriam descobertas facilmente por todos, sem mescla de erros, com plena certeza, si não nas revelara o próprio Deus.

No memorável Concílio do Vaticano, infelizmente interrompido em virtude de profundas agitações internacionais que abalaram a Europa, no momento preciso de sua realização, foi a questão tratada de modo extraordinariamente convincente e claro, à altura dos Padres e Doutores que ilustraram o célebre conclave.

O filósofo assemelha-se a um marujo que perlustra caminhos dum mar pontilhado de escolhos, de piratas sanguinários e de monstros formidáveis. Pode a embarcação ser bastante sólida e garantida. Seja ela embora perfeita si não houver, aqui e ali encravados em rochedos uns, outros apoiados nos contrafortes de montes, luzeiros de grande alcance e norteadores; certamente não se poderá alcançar, seguro e salvo, o porto de destino. Nota-se que, na presente comparação, a causa efetiva do ato de navegar é a embarcação: sem a mesma, seria de todo impossível atravessia. Os faróis atuam, diríamos, como "causas extrínsecas". Isto seja dito contra os que invertem os termos do problema, dizendo, v. g. que, entre os filósofos cristãos, a filosofia é confundida, é absorvida pela Dogmática... e semelhantes balelas.

Não se trata de estabelecer confusão entre terrenos tão diferentes: procura-se, tão somente, cercar a filosofia natural do máximo de garantia e produção contra seus poderosos inimigos.

A embarcação, na metáfora, é a Filosofia. A Teologia está simbolizada muito bem no farol que lembra os arrecifes e sítios perigosos.

Diz o ilustre prof. Van Acker, a quem muito deve o magistério paulista, em sua Introdução à Filosofia: — A Filosofia cristã segue a revelação como um guia que lhe mostra infalivelmente as conclusões, sem lhe indicar as premissas naturais e filosóficas. Nas conclusões infalivelmente verdadeiras estão implicitamente indicadas as errôneas, mas sem intimação das premissas naturais que provem o erro filosoficamente. Ora, uma

ciência é especificada não pelas conclusões, senão pelos princípios e premissas. Donde, a filosofia cristã não deixa de ser puramente racional e filosófica enquanto demonstra conclusões infalivelmente propostas pela revelação ou retifica outras que lhe são manifestamente contrárias, provando-lhes só o erro ou a inconsequência. (Vide Van Acker. Intr. à Filosofia).

Não é necessário insistamos no quanto deve a filosofia à Revelação, pelo fato de esta ensejar àquela problemas interessantíssimos e de importância transcendental. A Revelação cristã é como um Sol cujos raios se estendem por todos os quadrantes, insinuando-se tanto nos meios mais puros e sãos, como nos antros sórdidos do vício e do pecado, sem perder uma parcela infinitesimal de sua lucidez e beleza. No mundo material ou cósmico, não há ser mais abjeto e vil que se não beneficie do Astro do Rei.

No lodaçal em que vegetam miasmas; nas aguas estagnadas, moradas de miríades de germens infecciosos: em toda parte é sempre o mesmo Sol, puro, incontaminável, portador da força criadora, vivificante e saneadora.

O depósito das verdades que Deus legou, em sucessivas teofanias, ao mundo, tem potencialidades infinitas e quer mesmo enriquecer o patrimônio do saber humano, e em todos os departamentos.

A filosofia moderna, entre as demais, foi carinhosamente bafejada por aquele sopro redentor. O idealismo de Hume e Berkeley não transpira o Augustinismo de Malebranche?

Balmes, lucentíssimo filósofo, glória e orgulho da Hespanha católica, em sua alentada obra, "O Protestantismo", que é, talvez, a mais estupenda refutação da doutrina luterana, no ponto-de-vista social, observa judiciosamente que aquilo que Lutero, em sanha destruidora, ainda quiz conservar do Catolicismo, do qual se desgarrou, constitue precisamente a única explicação de sua sobrevivência; e, assim, a Igreja continua, ainda para seus maiores inimigos, um "numen tutelar". (Nota 5).

No "Discours de Métaphysique", diz Leibniz: "Les anciens philosophes ont fort peu connu ces importantes vérités; Jésus-Christ seul leurs a divinement bien exprimées, et d'une manière si claire et si familière que les esprits les plus grossiers les ont

conques; aussi son Évangile a changé entièrement la face des choses humaines". (Apud. Van Acker, Intr. à Philosophie).

É sabido como Kant distingue dois momentos na edificação da criteriologia. No primeiro (razão pura), nega a objetividade dos conhecimentos de ordem religiosa, e no segundo, afirma que devemos viver segundo os postulados da tradicional filosofia, embora não possamos provar especulativamente a veracidade de seus imperativos: anteendo os desmandos a que levaria um agnosticismo radical, quiz encontrar, na crítica da razão prática, um paliativo ao moralismo.

Pode alguém negar que este esforço (ilógico, evidentemente, mas sempre, um esforço) no sentido de equilibrar duas ordens de coisas visceralmente antagônicas, seja reflexo da influência cristã?

Também a teologia depende da filosofia.

1) São Paulo ensina que a Fé é um ato eminentemente racional, em tudo conforme com nossa natureza de seres inteligentes. A reverência tributada pelo crente ao testemunho divino é das mais nobres: *RATIONABILE OBSEQUIUM*.

A mais dignificante missão da filosofia é levar o "Homo sapiens" ao contacto direto das verdades reveladas, demonstrando os últimos fundamentos de credibilidade. É o que tratam os autores de *Praeambula fidei*.

Não bastam depoimentos de ordem histórica (historicidade dos Livros, etc.) para que a inteligência e vontade sejam aliciadas à aceitação da Fé. Importa seja aquela crítica estribada em argumentos apologeticos de inabalável solidez (existencia, infalibilidade de Deus, etc.).

2) Si quizeramos demonstrar uma proposição religiosa a um filosofo pagão, não teríamos recurso outro que as armas da dialética. São Justino, S. Agostinho e S. Thomaz não teriam podido penetrar no recinto agnóstico dos coevos, e trazer os orgulhosos sábios ao grêmio do Catolicismo, si tivessem transposto os humbraes dos Arcópagos munidos apenas de grandes in-folio de teologia pura.

Eis, pois, outro laço de dependência da teologia em relação com a filosofia: demonstração de verdades naturais que são também reveladas.

3) Mesmo em se tratando de verdades sobrenaturais, como v. g. mistério da SS. Trindade, pode a filosofia oferecer adminículos preciosos fazendo ver aos incrédulos que tais verdades não são absurdas. O objetivo da argumentação nesta hipótese não seria de forma alguma gerar no adversário convicção das verdades em apreço. Isto teria que seguir outro caminho, viria "ex alio capite", seja pela creança na revelação. Mas ficaria o adversário ciente da insustentabilidade de sua posição. Veria que suas razões, contrárias à Fé, são inconsequentes.

4) Finalmente, para os que já são crentes, pode a filosofia subministrar bastas vezes úteis elucidações daquilo mesmo que creem.

Concluindo,

A filosofia cristã, ou, si quizerem a Filosofia, é a que respeita as relações acima estudadas.

A corrente Racionalista pretende emancipar de todo a Filosofia e desliga-la de qualquer referência à Teologia. Nada mais funesto e contraproducente para a mesma Filosofia. A História da Filosofia dá eloquente testemunho ao nosso ponto de vista. Um exemplo, colhido ao acaso. Antigos pensadores da Grécia, guiados por Aristóteles, chegaram a construir uma Teodiceia de relativa perfeição.

Consta que admitiram a onímoda perfeição da Inteligência Divina; no entanto, jamais puderam compreender o atributo da Providência; e explicavam o angustiante problema do Mal (físico e moral) dizendo, simplesmente, que Deus não tinha conhecimento dêle.

A Filosofia se define, também, como sendo a ciência das ciências, a hipercrítica da crítica, por isso que ela nos propicia vista geral, panorâmica e transcendental de todos os departamentos do saber.

Ora, para poder realmente desempenhar tão nobre munus, deve estar solidamente apoiada, pelo menos no que toca aos primeiros princípios e teses capitais. Doutra forma, ela, a Filosofia é que iria mendigar o apoio de ciências particulares, transformando-se em serva quem deveria ser rainha. E isto sucede todas as vezes que estão rotos os laços que prendem amigavelmente a filosofia à Revelação. Desamparada, ela é um monarca que enlouqueceu

e que se deixa arrastar vergonhosamente por subditos amotinados; assim, v. g., no dizer de Fauconnet, o papel da filosofia, é reconeçar sempre a mesma tarefa, para que suas idéias correspondam o mais acertadamente possível, ao estado atual das ciências.

Como pode uma filosofia, presa eternamente ao círculo ferreo de tais vicissitudes, forçada a eterno "ritornello", desempenhar tarefa de crítica soberana?

"Admitindo os outros que a filosofia deve criticar as ciências, concluem os filósofos católicos que ela deve ter certeza suficiente para desempenhar esse papel. E, como prova a história da filosofia, certeza suficiente não terá, sem respeitar a indicação ou aviso da revelação, deixando-lhe aliás plena liberdade científica na pesquisa e aceitação das premissas. Propugnando na filosofia e dependência da teologia revelada, não querem, pois, os filósofos cristãos, apenas servir a esta última, mas também a própria filosofia. Donde resulta que a posição desses filósofos beneficia a religião e a cultura". (Introdução à Filosofia, de Van Acker).

Eis, por que é grande saber, lembra Pascal, fazermos que a razão se apoie em Deus: "La dernière démarche de la raison c'est de connoître qu'il y a une infinité de choses qui la surpassent". (Apud. J de Figueiredo — Pascal e a Inq. Moderna, pag. 135).

Divorciou-se o sabio de Deus? A viseira de estudos se restringe, de pronto. Mas quem se ampara, humilde e confiante, aos dogmas inconcussos da revelação, verá crescer, dia a dia, o horizonte de seu saber.

É bem profunda a observação que nos legou Bacon quando afirmou que — a pouca ciência de Deus nos afasta, enquanto a muita ciência dEle nos aproxima.

Donde, nova conclusão, mais humilde e modesto será o homem, quanto mais vasta for se tornando sua bagagem cultural. Porque o indivíduo de conhecimentos mediocres nem sequer suspeita que possa haver outros mundos ainda por explorar.

Quem se acha à altitude de quasi 9.000 metros, nos cabeços nevados do Everest, descortina um horizonte infinitamente mais aberto que o morador das planícies Mesopotâmicas. Um sábio, do

cerne de Ampère, Pasteur ou Marconi, posto num altiplano bem superior ao em que labutamos, afirma que a ciência lhe ha ensinado uma grande verdade: que sabe que nada sabe.

AINDA A RAZÃO E A FÉ

Numa época de agnosticismo dissolvente como a em que vivemos, não será demasiado insistirmos, como Pascal, no estudo da legitimidade ou racionalidade do ato da Fé. Vimos, há pouco que a Revelação é sólido pé-direito, a sustentar a arquitetura do templo do Saber.

Somente o crente será dotado daquela energia ciclópica que foi conferida a Atlas: como foi dado ao gigante da mitologia, êle poderá sustentar aos ombros o peso dum Universo, não o universo material, o cosmos, mas o mundo da Espiritualidade, constituído em princípios de solidez inconcussa.

De Arquimedes, célebre cultor das matemáticas e ciências físicas, conta-se que dissera, uma feita: — Dai-me uma alavanca, um ponto de apoio, serei capaz de erguer o mundo. — E esta frase vem constituindo, na evolução da Física, consagração da força prodigiosa que pode desenvolver uma "máquina simples".

Revestido da fé, terá o mortal energias que o sábio de Siracusa jamais suspeitou. Poderia alguém observar que é suficiente a fé na própria ciência.

Respondemos que não. A explicação suprema (ultima ratio) dos axiomas em que se estriba qualquer ramo do saber, converge necessariamente para Deus. Todas as ciências se acham entrelaçadas e o sábio que se divorciou de Deus, enveredando por outro qualquer caminho, forçosamente ha de extraviar-se, atordoado e descrente de tudo. A unidade orgânica, viva e objetiva de todas as conquistas de nossa inteligência apela inexoravelmente para uma teologia.

Visitando nosso ilustre patricio Teodoro Sampaio as famosas cataratas de Paulo Afonso, conta-se que exclamou pesaroso: Paulo Afonso está rouco de chamar pelos engenheiros do Brasil. — É um brado de sentido queixume, partido dum peito que desejava fossem aproveitadas plenamente todas as fontes de nossa riqueza.

Quanta energia desperdiçada naquelas formidáveis massas líquidas. Distante mesmo léguas, daquêle sorvedouro infernal, pode o caboclo nordestino ouvir o ritmo ensurdecido das ondas que furiosas e incontidas se precipitam da vertiginosa altura. Oxalá esteja bem próximo o dia em que a engenharia hidráulica consiga domar o gigante e disciplinar-lhe o esbanjamento boêmio. Ainda hontem, era o Niágara sítio inacessível que parecia aos pessimistas fadado ao esquecimento.

Mas o gênio americano transformou o selvático e vagabundo elemento em um dos maiores fatores da economia nacional.

A ciência é como uma destas cataratas e todo sábio é fac-símile dum engenheiro, por isso que deve construir algo de novo. Mas aqui se repete o quadro: quantos sábios — engenheiros insensatos — que não puderam ainda descobrir esta voz misteriosa, este "sentido de Deus", que de todos os ramos do saber deveria brotar.

Aquêles que, arrogantes e cheios de si, dizem que a Fé humilha nossa inteligência e entrava-nos a liberdade, dão prova, pois, de lamentável miopia, ao mesmo tempo que vão de encontro ao mais simples bom senso.

Quem, efetivamente, poderia jactar-se de prescindir da fé, nas relações com o semelhante? Nossa vida cresce, desenvolve-se e atinge o "climax" amparada sempre em determinados atos de fé, senão, vejamos, Nossa mesma origem escapa-nos a qualquer experiência: sabemos que este é nosso pai e que esta é nossa progenitora, apoiados... na fé humana. Da mesma forma, em tudo o mais.

Aceitamos, instintivamente, todos os ensinamentos, na infância e ainda na adolescência, firmados no testemunho dos mestres e educadores. A título de exemplo, o estudo da história e da geografia. Como seria possível refazer todo o passado da Humanidade por experimentação pessoal?

O aluno, no entanto, aceita, sem menor sombra de ceticismo, a existência dum Cezar nos tempos de Roma, dum Napoleão e mais figuras; acredita que, nos longínquos rincões da Melanésia, existem tais e tais hordas de selvagens; está ciênte de que nas elevadas altitudes dos polos ha montanhas eternas de gelo, ban-

quaisas e... outras curiosidades desconhecidas dos habitantes do trópico.

Todo o patrimônio do saber, legado de geração a geração, é, pois, constituído em grande parte por uma norma natural de credibilidade humana.

Tomando pelo atalho da fé, não precisamos recapitular todos os estágios construídos com suores pelos avoengos. Entre os desportos clássicos da antiguidade, havia um que consistia em o atleta correr certa distância empunhando um facho aceso, até encontrar outro companheiro ao qual devia entrega-lo, devendo este outro atleta por seu turno, continuar a corrida, uma vez recebido o archote, até que se perfizesse determinada distância, e assim por diante.

Parece-nos feliz a figura. A cada estágio de corrida, corresponde uma geração de cientistas que dão seu contributo de novidades. Ao extinguir-se, ela deixa uma bagagem, mais ou menos considerável, aos pósteros. Estes, não precisam voltar ao marco zero: É bastante iniciarem o curso a partir do ponto que outros já atingiram. Dessarte, o archote luminoso da Ciência, passa de mão em mão: geração a geração, crescendo sempre indefinidamente aperfeiçoando-se.

Ora, isto tudo como seria viável sem a crença... humana?

Si, até no terreno puramente humano, natural, não é possível viver sem certa dose de fé, que de admirar, pois seja necessário também esta atitude, no campo religioso? "Que si les choses naturelles la (a razão) surpassent, que dir-t-on des surnaturelles", diz bem Pascal. (Apud. J. de Figueiredo — Pascal e a Inq. Moderna, pag. 135).

Assim, no tocante aos milagres, nota Jackson que Pascal "jogava com a razão quando, para justificar, a crença no milagre, fazia notar que, além de não ser contraditória, pois nós ignoramos infinitamente as leis que regem o mundo, o milagre tem sido testemunhado e confessado por multidão de homens, que pelo menos, merecem tanta fé quanto os que se julguem dignos de fé". (J. de Figueiredo — Pascal e a Inq. Moderna, pag. 136).

Uma das formas modernas de objeção aos milagres, pode ser redigida na seguinte proposição: Não sabemos até onde vão as leis que regem o mundo; portanto, é possível admitir-se que aqui

o que chamamos de milagre, não passe da resultante de forças desconhecidas até o presente, mas que amanhã serão passíveis de explicação. Em outras palavras, nunca poderíamos afirmar peremptoriamente que um fato seja de ordem sobrenatural.

A dificuldade, embora especiosa, é apenas aparente. É verdade que ignoramos o limite das leis que governam o mundo: não sabemos até onde chegam. Mas sabemos, positivamente, aonde não poderão chegar. (Nota 6).

Em Lourdes, funciona o chamado "Bureau de constatation", que não é outra coisa que um departamento médico incumbido de examinar os doentes, antes da bênção para ser dado o veredictum sobre a benignidade ou gravidade (incurabilidade) da moléstia; depois, para compararem as possíveis melhoras. Toda esta complicada aparelhagem científica de controle, a que não faltam os mais modernos e possantes recursos técnicos, como v. g. radiografias, exames clínicos, etc., tem contribuído consideravelmente para abalar a descrença e leviandade de médicos materialistas e de orgulhosos cientistas, que demandam o afamado e querido santuário.

Uma segunda objeção queremos aqui lembrada a refutada, por ser não menos corrente. Diz-se por vezes, que milagre seria uma negação do atributo divino da imutabilidade. Consiste tal atributo em Deus ter, desde toda eternidade, preordenado o andamento das coisas. Ora, dizemos os católicos que o milagre é justamente uma exceção às leis. Logo...

Demonstrou S. Agostinho contra os maniqueus a inanidade da presente dificuldade. Agudamente observa o bispo de Hipona que o milagre seria uma derrogação aos planos da Providência, ou demonstração da volubilidade em Deus, si fosse necessário admitir que Ele não os conhecesse (os milagres) ou os não tivera determinado desde o princípio. O milagre, diríamos em termos vulgares, é um ato extraordinário quanto a nós; porém ordinário, em relação a Deus. (Nota 7).

Concluamos com Jackson que... "das duas teses que assinala Saïsset na obra de Pascal, a da simples insuficiência e a da inutilidade da filosofia, só a primeira subsiste, e a obra de Pascal, por isto mesmo que é eminentemente religiosa, não perde o cara-

ter de filosófica, e antes pertence ao quadro da verdadeira filosofia.

Si se afastou um pouco da filosofia da Igreja, isto é, desta mesmo verdadeira filosofia, na sua forma mais pura, só Deus sabe quanto sofreu aquela grande alma.

Mas Pascal foi, de certo modo, a voz poderosa e triste de uma humanidade que desejava refazer-se, após desastres da Reforma e os primeiros ensaios e desilusões da filosofia individualista". (Jackson de Figueiredo, *Pascal e a Inq. Moderna*, pag. 141).

Diz, noutra passagem, o saudoso fundador do Centro D. Vital: "Assim, para Pascal, a filosofia tem um defeito em relação aos homens; é de poucos e difícil..." (J. de Figueiredo Pascal e a Inq. Moderna, pag. 144).

Como é diverso o modo de um cristão encarar as coisas. No mundo antigo e pagão, imperava o desprezo ao povo, à massa apeduntica: era inconcebível que v. g. um sábio ou um político dignasse descer ao povo "miúdo", auscultando-lhe os ansios e oferecendo-lhe auxílio dum braço mais forte. Aquilo do poeta "Odi profanum vulgus et arceo". (Horacio Odes. Liv. III. 1), é eco dos sentimentos que se aninhavam no coração de todos os homens, não ainda iluminados pela sublime religião da Caridade. (Nota 8).

Outros permitem que o vulgo seja beneficiado da filosofia, de suas aquisições, etc. mas vedam-lhe todo acesso direto às fontes literárias do saber. Assim é que um sábio Victor Hugo dizia: — seja o povo favorecido pelas especulações científicas, nunca porém permitamos caia-lhe em mãos livro que o pudesse iniciar no saber.

Pascal preconizava uma larga democratização da ciência e filosofia, pois via na execução de tal programa a mais propícia terraplanagem para edificação do templo da Felicidade e da Fé.

CAPITULO II

O CRITICO MODELAR

Foi a crítica uma atividade bem característica, na carreira pública de Jackson e não queremos nos furtar ao prazer de dizer

aqui duas palavras sobre esse aspecto de sua multiforme operatividade, visto como o senso critico que sempre o guiou em todas as contendas, artísticas, políticas, etc. é digno sempre de ser imitado por quantos se destinam a essa nobre missão.

A palavra crítica tem evoluído consideravelmente, de tempos a esta parte, e hoje seu sentido mais comum é depreciativo: sinónimo de apreciação destrutiva duma obra.

Seu primitivo e genuíno significado, todavia, é bem diferente, e indica uma das mais nobilitantes atividades literárias, qual seja a de tornar acessível às massas o conteúdo duma nova contribuição.

A evolução semântica por que passou a palavra crítica faz lembrar aquela transformação sofrida pela palavra política, que hoje vulgarmente é tomada por sinónimo de chicanas, de lutas para galgar posições cômodas, pingues prebendas e dominação, competições entre classes, etc.

Interessante entre outras é a concepção que faz da crítica, o filósofo Taine. Para ele, não há falar em elemento humano, vital, etc., ao falarmos em crítica. Assim, v. g. em se tratando duma crítica de arte, só entram em consideração os fatores sociais os quais absorvem o homem, tornando-se este apenas uma função do meio, das idéias correntes e da orientação literária predominante. É o sociologismo na crítica.

Jackson entendia a crítica, mais como Hello, para quem o crítico não é mero registrador de influências, um sujeito de saber enciclopédico, capaz de falar de tudo e de todos. O crítico, é antes do mais, um elemento animador, um pesquisador de novos valores de talentos desconhecidos: em suma ele não deve parar na constatação do que É, mas antes do que **DEVE SER**.

A crítica não deve ser nem rebaixadora, como em Voltaire; nem ainda apenas de verificação, como hoje geralmente é entendida. Ela deve ser, isso sim, construtora, forte para elevar. Quer Hello, e com ele Jackson, que o crítico, de certa sorte, presida à elaboração da obra de arte, ajudando o artista, orientando-o filosoficamente; é lícito, então dizer-se que a arte é filha do artista e do crítico. Não é, pois, uma crítica posterior que merece o nome de crítica; do contrário, ela jamais poderia ser apontada como sendo a "consciência da arte".

As páginas que vamos citar do festejado Hello devem ter sido assimiladas inteligentemente por Jackson, que foi, entre nós, um como eco daquêle simpático porta-voz do velho mundo. "A grande crítica vive de admiração, a pequena de chicana. Falta entusiasmo nêste mundo: dedique-se a crítica toda ela a reacendê-lo e retornará viva. Que ela traga a sua pedra à formação de uma nova juventude, de mocidade que o mundo espera, pois a juvenildade falta nesta terra. Cadáveres enregelados habitam os atelieres e as mansardas. O carater da crítica negativa é a ausência do amor. Que a crítica se desperte em seu amor pelo infinito e será mudada a face da arte. (Apud. Lit. Extr. F. T. D. pag. 432).

De nosso grande patricio, poudes com razão escrever Gondin da Fonseca: "Compreendendo que o melhor argumento numa polêmica é o raciocínio, Jakson nunca desceu à injúria. E falando ou escrevendo, jamais se deixou embalar pelos fogos de bengala de um paradoxo engenhoso ou pelo rataplan bombástico das frases de pau de imbaúba, — tão queridas em geral dos oradores de meeting. As palavras serviam-lhe precisamente para exprimir idéias. Assim eu posso dizer, sem afronta à sua memória, que ele mereceu até os louvores dos gramáticos, dos vernaculistas, de todos esses procuradores da Honra e dignidade dos vocábulos.

Raramente combateu homem. Combateu sobretudo idéias, e fê-lo sempre com superioridade, com bravura, com sinceridade, procurando convencer e não apenas vencer o adversário: (Gondin da Fonseca. "A ordem" março, 1929 — pag. 304).

O segredo da polêmica que constroe é o sentido da caridade fraterna: revista-se o crítico de entranhas de amor sincero a seu irmão e nunca êle ferirá seu adversário.

Não é justamente isto o que fazia Jesus Cristo, que, no dizer de S. Agostinho odiava o pecado, sem deixar de amar o pecador?

Quantas inteligências promissoras não puderam desabrochar, só pelo medo da crítica mordaz, negativista e impiedosa? Cada um de nós seria capaz de fazer uma racolta de pessoas conhecidas em sua vida que nunca lograram desabrochar-se intellectual ou artisticamente, pelo único motivo de não se sentirem com coragem para enfrentar o grande mundo do criticismo. Se houvera um pouco mais de humanitarismo, um pouco de caridade

fraterna, milhares de botões teriam feito desprender frutos sazonados e copiosos.

Do eloquente Antonio de Alcantara Machado, se conta que, pronunciando certa feita uma alocução em que teve ensejo de ferir o aspecto supercrítico da literatura contemporânea, pronunciara estas judiciosas palavras: "Dizem que tudo isso (a mentalidade supercrítica, ou a crítica deshumanizadora) se deve à influência de Dostoievski, ou então de Freud, ou de ambos. E com o gostinho de arranjar precursores aponta-se Stendhal como o antepassado ilustre dos esgaravata-dores de agora. Pode ser. Mas se é, a cousa se sistematizou e está indicando a necessidade de fundar uma sociedade para proteção das personagens do romance, teatro e afins. Zelar pela vida delas. Os herois de Dostoievski e Stendhal, ao menos, viviam bastante antes de morrer. O mesmo Julien Sorel que deixou o mundo mocinho, coitado. Também se tivesse escapado da guilhotina, não haveria volumes que chegassem para contar, com todos os pormenores exteriores e interiores, as aventuras dele. Por isso o Juri de Besançon, a pedido do autor, condenou o rapaz à morte.

Pelo mesmo motivo, os herois de hoje morrem prematuramente. A história de uma vida bem comprida e bem cheia não é mais possível. Romancista de ação como Cendrars e Morand (em alguns livros), e dramaturgos de ação como Shaw e Romaine se contam nos dedos. A maioria quer ser tratadista. É preciso fundar a sociedade. (Apud. Lit. Extr. F. T. D. pag. 463).

Consola sobremodo ver, em meio a esta faina destruidora da literatura de nossos tempos, vultos de alta projeção como Jackson, os quais sabem manter sempre, até no mais aceso da luta, a inaterável docuça e dignidade das grandes almas. Assim sendo, sua crítica não poderia ter deixado de ser, como foi, grandemente humanizadora e construtiva, como poucas". ...muito ao contrário de Vocês jamais separo o homem do livro ou o quer que haja escrito", diz a Alceu A. Lima (carta de 2 de setembro de 1928).

Na polémica com Alceu A. Lima, em que interveio o atilado Ronald de Carvalho, vê-se como êle sabia manter o nível elevado em que devem ser debatidas as questões mais vitais, e sobretudo ausculta-se aí o palpitar de um entranhado amor ao próximo

deste próximo que ele desejava sinceramente trazer para o aprisco da Verdade e do Bem. Eis o segredo porque, tanto para seus confidentes amigos, como para os que o odiavam, o problema — Jackson se apresenta com características particulares: é um fato que a todos abala, uma personalidade que combate o marasmo, é um convite à luta e um incentivo à mais esplêndida elevação.

Ele não tomava os homens ao pé da letra, ou pelos seus atos externos. Tudo isso ele via com uma profunda psicologia, com uma força de penetração radioscópica. Impelido tão somente pelo desejo de engrandecer os valores ocultos, deu à publicidade nada menos que um alentado volume, sob a epigrafe sugestiva de "Humilhados e Luminosos".

Todos os seres tinham para ele algo de Bem, de aproveitável, de reflexo das perfeições divinas. Até mesmo nos arraiais adversos ao Cristianismo, como sabia ele respigar pequenas margaridas, que puderam de certa forma ser influenciadas indiretamente pela vida de nossa sublime religião.

Quem ouvira falar num Mario de Alencar, num Farias Brito ou ainda num Nestor Victor? Pois foram essas pérolas ocultas que o inteligente colecionador arrancou das profundezas do mar do anonimato.

Este prazer exótico de revelação era tanto maior, quanto mais humilde se apresentava o peregrino.

Saboreie o leitor esta deliciosa e terna maneira de falar: "Quem teve, porém, a sorte de encontrar uma dessas jóias, de brilho singular, deve, quanto lhe for possível, quando sabe que ela desapareceu ou está para afundar-se na voragem do tempo, revelar quanto de seu fulgor refletia de eternidade, isto é, da suprema luz creadora". (Humilhados e Luminosos, pag. 8).

Fizemos alusão, acima, ao encontro de Jackson com Alceu A. Lima, no embate de idéias transcendentes. Duas mentalidades marcantes que se defrontam. Duas concepções filosóficas diametralmente contraditórias. Quem diria que dali, da fusão desses dois metais pouco afins, iria sair uma liga preciosa e brilhante? Um estabelecendo como base da estética a objetividade "tranchant", e preconizando a crítica dos produtos da inteligência e da sensibilidade como coisas totalmente destacadas de seu autor, devendo apenas obedecer a critérios imparciais. Outro,

assentado na base da "Pessoa", propugnando pela visão da obra inseparável do ser humano.

Da fecundidade que resultou desse elegante duelo, ponde dizer Barreto Filho. "Esses dois homens de letras, esses dois poetas, reconstituíram toda uma síntese dos problemas humanos a partir da meditação da obra literária, do seu valor como coisa humana, de seu sentido como irradiação da pessoa. É das mais belas aventuras espirituais que possuímos na história de nossa inteligência, e ilustra admiravelmente todas as afirmações expressas ou implícitas que o pensamento de Jackson teve a missão de instalar no centro da consciência brasileira. (B. Filho. Intr. a correspondência de J. de Figueiredo, pag. 10).

Eis o modelar polemista e crítico, em seguimento do qual hoje projetam a luz de sua brilhante inteligência estes intimoratos defensores da Verdade, que são Tristão de Athayde, Perilo Gomes, Tasso da Silveira, Andrade Murici, Tarquinio de Souza e outros.

* * *

Já é hora de nos despedirmos do leitor benévolo.

Julgamos que, ao menos, uma convicção teremos gerado em seu espírito: é a de que a obra construtora de Jackson revestiu-se dos característicos duma Reconstrução Socializadora.

O sentido cristão de solidariedade e apostolado, jamais atingiu, num representante do laicato, pontos tão altos e tão esperançosos.

Eis o segredo por que sua memória, ao em vés de perder a frescura, com o decorrer inexorável do tempo, mais cresce, dia a dia, em intensidade, em significado nacional e em simbolismo duma grande Fé.

O profundo moralista, — irmão gêmeo de Pascal — mais, talvez, com razão que o vete, podia ter dito, volvendo os olhos para a imagem consoladora do Crucificado: — Para servir-vos, braço às armas feito;

Para cantar-vos, mente às Musas dada. (Camões, os Lusíadas — Canto X, — 1217 e 1918).

— Qual soldado denodado e indefesso, não poupou uma única parcela de sua vigorosa construção humana, em prol da defesa dos Ideais da Religião.

— Modelo dos Intelectuais que poem sua inteligência e coração a serviço de causas santas — o filho querido do Brasil passará a ser apontado, a todas as gerações, como protótipo dos Filósofos e Sábios.

Seu corpo, agil como o do tapuia, não mais ocupa lugar entre nós. Pouco importa. Ai está, indelével, seu nome glorioso.

Suas obras, iluminadas, como foram, pelo facho da Fé Católica, não poderão conhecer a caducidade.

Consummatus in brevi explevit tempora multa.
(Sap. IV. 13).

NOTAS

(1). Aqui, não seria sem propósito lembrar a deformação por que passou, entre outras, a história verdadeira da França.

Até há pouco, julgava-se que a França fosse os Clemenceau, os Voltaire e Rousseau, e os Napoleões.

Estudos mais sérios vieram quebrar esses ídolos, ao mesmo tempo que apontaram nomes dignos de immortalizarem a glória da antiga Lutécia. E assim, a astuciosa figura de Clemenceau succedeu a memória de Richelieu, axímio fudador da Academia Francesa, baluarte do trono contra as pretensões dos burgueses, e que ao expirar poudo tecer de si este elogio: "Os únicos inimigos que tive foram os do Estado". A monstruosa tirania e despotismo dum Bonaparte serenamente succede a fama daquele grande monarca, o Rei S. Luiz, o qual se poz à frente dos cavaleiros cristãos e pessoalmente dirigiu-os para a conquista dos Lugares Santos.

A literatura malsã e oca dos Enciclopedistas, hoje os historiadores preferem estudar a arte gauleza sob as vistas dum Claudel ou Bossuet.

Finalmente encarnando a graça, delicadeza e bravura dos descendentes dos Francos, aí está essa jovem heroína e santa:

Joana D'Arc, a quem os filhos da "Primogenita da Igreja", nestes dias calamitosos e de tão dura provação, consagram especial devoção e afeto.

(2). Hoje, como ontem, há os que afirmam com o carcamaño: — *La philosophia e una scienza tale, senza quale il mondo continua ad essere tal e quale.* —

(3). Povos escandinavos são os noruegueses, suecos e dinamarquezes, de nossos dias. Germanos, eslavos e normandos foram os que constituíram em maior escala o substracto étnico daquelas nações as quais, até cerca do X Século falaram a mesma lingua.

(4). Há ciências que não podem prescindir do fator tempo para seu enriquecimento. São as que dependem dos meios físicos, de experimentação. Os vários ramos das ciências naturais estão neste caso: à medida que os recursos de pesquisa, observação, etc., mais se aperfeiçoam, se abrem os horizontes à vista perscrutadora do homem de laboratório. É por esta razão que Bacon nunca poderia ter chegado a conhecer todas as aquisições da moderna Física.

É diferente o caso, quando se trata de ciências meramente especulativas elas dependem exclusivamente da agudeza intelectual. Aristóteles foi um filósofo tão profundo que poudé construir, séculos antes de Cristo, o tratado de Lógica que ainda hoje é admitido por todas as escolas. Nem mesmo Kant, em sua sanha desprezou este patrimônio multisecular, legado pelo Estagirita.

(5). Nesta mesma ordem de pensamento, escrevemos, no hebdomadário: "A Tribuna", excelente órgão oficial da Diocese de Campinas, um artigo, sob a epígrafe. *Tradição Católica nas Letras Inglesas*, 23-XII-44. No referido artigo, poderá o leitor fazer um juízo, sintético, de como também a Literatura Inglesa, no que ela tem de mais nobre e significativo, largamente se acha vinculada ao primitivo Catolicismo, nas Ilhas Britânicas.

(6). Quanto à averiguação dum milagre, é de lembrar que três verdades devem concorrer, para que se possa dar como miraculoso um determinado fato: verdade histórica, verdade filosófica, verdade teológica. Realmente, em primeiro lugar deve ficar fora de dúvida a existência do fato, historicamente, v. g.: em

tal lugar, em tais circunstâncias, deu-se uma cura estranha dum tumor maligno ou tido, até o presente, por refratário a qualquer terapêutica. Entram em jogo, aqui, as normas de crítica aplicáveis a qualquer reconstrução histórica. Depois deve ficar provado que não há explicação natural para o fenómeno em apreço. Finalmente, se for possível chegar à conclusão de que, positivamente, trata-se de causas sobrenaturais, não há mais alternativa nem subterfúgio: estamos diante dum milagre.

(7). Vê-se, pois, que não se trata de novidade. A objeção é tão velha quanto o pai Abrão, e apesar de ter sido cabalmente refutada já por S. Agostinho, não se cansam os inimigos de fazerem reviver a antigualha. É sempre assim. O eminente doutor S. Roberto Belarmino explicou em clareza meridiana a incoerência de dificuldades, trazidas pelos herejes seus contemporâneos, contra diversos pontos do Dogma católico. No entanto, se hoje, em pleno século XX, formos as "dificuldades" Protestantes, ficaremos surpresos vendo que na quasi totalidade, são temas velhíssimos e que mais duma vês foram apresentados e destruídos. Um conhecedor profundo de exegese bíblica compara, por isso, os protestantes, racionalistas & Cia. aos pedreiros que revestem o muro. Estes tomam da argamassa numa pequena prancha e, com a colher, deitam o barro à parede. A mesma, porém, não adere toda e deixa sempre cair uma parte, que é recolhida incontinenti na mesma prancha e donde, de novo, é aproveitada para repetir a operação. As Objeções, na mór parte das vezes, reproduzem exatamente o "simile".

(8). A implantação da virtude da caridade, no mundo, foi a mais benéfica de todas as reformas sociais. Não há código de moral; não se conhece legislação alguma, que se compare à obra reformadora trazida por aquela virtude. Desconheceu-a, por completo, o mundo pagão, no qual as relações entre os homens estavam consubstanciadas na famosa lei de "talião"; Olho por olho, dente por dente, etc.

Todas as tentativas das Escolas que se deram ao trabalho de estudar a angustiante "Questão Social" fracassaram, até o instante em que se atinham apenas à consideração da virtude da justiça, no estabelecimento das intrincadas relações. De fato, importa seja a virtude da justiça completada pela caridade; pois,

segundo nota Sto. Tomaz, dada nossa fraqueza, nunca seremos, de fato, tão justos que, munidos só da justiça, demos a outrem o que lhe pertence. Recordemos que a justiça manda dar ao próximo aquilo que é seu, por um determinado título: *Unicuique suum tribuendum est*. A caridade vai mais longe, ordenando-nos “tirar” algo de nossa propriedade pessoal, em benefício do irmão.

Ao gênio prático do Direito Romano não escapou, aliás, esta compreensão da necessidade da caridade, para que a justiça fosse realmente justiça e não o contrário: “*Summum jus summa injuria*”.

MONSENHOR OLIMPIO CAMPOS

Palestra lida na Rádio-difusora de Sergipe

EPIFÂNIO DÓRIA

Designado para traçar um esboço biográfico do Monsenhor Olimpio de Souza Campos não recusei a boa tarefa que pedia melhor escolha. Atendi à circunstância de que nos acordes musicais se casam, para o bom efeito, as notas altas e baixas, e considereei que nos dominios da natureza a desigualdade é regra geral, sem prejuizo da harmonia do todo.

A palmeira gigante, abanando as alturas com os seus leques verdes e a namorar as estrelas, é um detalhe do grande painel da natureza, como acontece com a margarida modesta, que doira com suas flores côr de ouro a planície que serve de fundo ao quadro. Também para um simples esboço não se pode pensar nas complexidades de um trabalho completo. Ele há de ser apenas um conjunto de traços gerais, fixando as linhas mestras do painel a ser executado.

Em um trabalho biográfico de profundidade as datas dos fatos ocorridos são necessárias para o estudo da personalidade cujo valor é posto em julgamento. Elas situam o indivíduo no tempo e no meio cósmico em que viveu. Em um simples esboço basta alinhar os fatos, as pérolas que vão compor o colar. E' o que me cumpre fazer, poupando o tempo que se me concede com justa avareza.

Começo repetindo palavras iniciais de Emerson, no seu estudo OS SUPER-HOMENS. Disse êle:

"O que sustenta o mundo é a veracidade dos homens bons, que fazem a terra sã. Para os que com êles viveram a vida foi alegre e fecunda. Ela só é doce e tolerável porque cremos numa tal sociedade; e, — efetivamente ou idealmente, — nós arranjamo-nos para viver com os superiores. Aos nossos filhos e às nossas terras damos os seus nomes. Os seus nomes transformamo-los em verbos da linguagem, as suas obras e as suas effigies vêm-se nas nossas casas, e cada circunstância da vida recorda uma anedota a seu respeito".

Foi o que se deu com o Monsenhor Olímpio Campos, homem de rara envergadura moral e de invejáveis dotes intellectuais. Ai está na praça pública o seu perfil imponente, erguido pelos seus amigos e admiradores. Quando dos seus funerais, de grande pompa fúnebre, a que assisti, vi disputada com fervor a posse do seu retrato, largamente distribuido. Só a Empresa do O ESTADO DE SERGIPE forneceu seis mil exemplares, tendo a Imprensa Popular fornecido também milhares deles. Era que esse grande vulto de nossa história se enquadrava na definição de Emerson: "Homem bom que faz a terra sã".

Eutiquio Lins, severo e acatado educador, livre de qualquer fanatismo, político ou dogmático, participando da desolação geral causada pela morte do Monsenhor Olímpio, escreveu:

"Guardada a devida distância de tempo, a história severa o conduzirá para a glória dos apóstolos da solidariedade humana. Com a alma constrangida de indignação e de dór, junto minhas lágrimas às da imagem de Sergipe, inclinada sobre o frio corpo do mais benemérito de seus filhos".

Nasceu o Monsenhor Olímpio no antigo engenho PERIQUITO, município de Itabaianinha, a 26 de julho de 1853, quando governava a então província o espírito sereno do dr. Luiz Antônio Pereira Franco, depois Barão de Pereira Franco.

Foram seus pais o coronel José Vicente de Souza, prestigioso e hábil chefe político do mesmo município, e d. Porfíria Maria de Souza Campos. Antes de completar os seus 7 anos de idade começou as suas atividades escolares, frequentando aulas, sucessivamente, em Itabaianinha, na Estância, no Lagarto e no Recife.

Resolvendo seguir a carreira eclesiástica, seguiu para a Bahia, matriculou-se em 1869 no Seminário de Santa Tereza, onde completou os estudos secundários, fez o curso de ciências eclesiásticas e recebeu as ordens de presbítero, a 22 de setembro de 1877, rezando sua primeira Missa na igreja do mesmo Seminário, no dia 23 seguinte.

De outubro de 1877 a 1.^o de julho de 1878 permaneceu em Itabaianinha, coadjuvando o pároco local Pe. Bernardino do Amaral.

De 2 de julho de 1878 a 2 de fevereiro de 1880 parouquiou a freguesia de S. Francisco de Assis da Chapada, mais tarde Vila Cristina, hoje Cristinápolis, criada a 12 de abril de 1878. Coube-lhe assim ser o seu primeiro vigário. Transferido para esta Capital, tomou posse do paroquiato a 8 de fevereiro de 1880, servindo até o fim de 1900, quando se exonerou, porque, no seu próprio dizer: "funções outras lhe impediam de atender com a exatidão desejada o paroquiato". Em junho de 1897 foi nomeado cônego honorário da Sé Arquiepiscopal da Bahia e em julho de 1899 Monsenhor Camareiro Secreto de S. S. o Papa Leão XIII.

Em julho de 1881 o presidente da província, dr. Inglês de Souza, levou a efeito uma reforma de profundidade na instrução pública, não contemplando no curso normal o ensino religioso. Com a vibração do seu espírito católico e da sua inteligência viva e penetrante, o então vigário Olímpio Campos, oficiou ao aludido presidente tecendo considerações a respeito e oferecendo-se para lecionar, sem remuneração, a cadeira de religião, contemplada no programa do ensino.

Esse oferecimento não foi aceito. Teve então de ventilar o assunto na imprensa, daí resultando larga polemica com o então inspetor da Alfândega, Souza Botafogo, que assinava os seus artigos com o pseudônimo de Homo. Motivos especiais, especialmente o desejo de defender os altos interesses da igreja de que era ministro, o fizeram intervir na vida política de Sergipe, a partir de 1881, vindo com o correr dos tempos a ter imensa influência nas atividades partidárias de Sergipe. Chegou a dirigir, com alto descortino e admirável bom senso, o maior e mais ponderável elemento eleitoral do Estado.

Dado esse passo foi deputado provincial e estadual; de-

putado geral, no Império, e federal na República; presidente do Estado e senador federal, prestando a Sergipe inolvidáveis serviços.

Quando assumiu o governo do Estado encontrou o Tesouro sem lastro e uma grande dívida flutuante a resgatar, dela fazendo parte considerável montante de apólices ao portador, que eram na verdade papel moeda em circulação, coisa vedada pela Constituição da República ao Estado. Contraiu um empréstimo com o Banco do Brasil, então denominado Banco da República, e com os recursos desse empréstimo entrou a retirar da circulação a ficharia que ia do valor 100 réis ao de 100\$000.

Normalizou os serviços públicos que se encontravam desorganizados. Fez política de sévra economia, sem sacrificar o ritmo normal da administração pública. Encontrou em situação precaríssima o velho hospital de caridade Santa Isabel, o único que a Capital contava, ao qual deu autonomia, casa, patrimônio e recursos para o seu dinamismo, na relatividade da época.

Deu-se na ocasião impressionante coincidência: retirados os hospitalizados do velho pardieiro onde estavam para o novo prédio, que é o em que se acha atualmente, poucos dias depois desabou o telhado do prédio desocupado.

Construiu a linha telegráfica que ligou á Estância a próspera vila do Boquim, hoje cidade. Combateu vivamente essa verdadeira hidra de Lerna que é o jogo do bicho, então com o carater de novidade, a seduzir todo o mundo.

Profligou corajosamente, com desassombro raramente visto, ás interferências da politica central, aniquilando as prerrogativas conferidas aos Estados pela Constituição da República.

Não é possível trazer para aqui, na usura de tempo com que razoavelmente me defronto, a forte e brilhante dialética desenvolvida sobre o assunto por esse varão paradigma. Todavia dou alguns trechos que servirão de amostra. Disse ele em sua Mensagem de 7 de setembro de 1900 dirigida á Assembléia Legislativa, referindo-se á conduta do presidente da república, não dando remédio constitucional á disposição do presidente do Estado em 11 de setembro de 1894, um homem de bem que realizou um governo paradigma, — o dr. José Calazans. Disse então:

“Não pôde o precedente vingar, sob pena de periclitar a

forma federativa da República Brasileira. E, como em oposição, tudo envidei para uma solução legal do conflito, hoje, no governo, deixo consignado aqui o meu modo de pensar, o mesmo de então, como uma prova da convicção em que estava e estou de que as relações entre os governos da União e dos Estados precisam de ser determinadas positivamente para evitar-se a onipotência dos governos estaduais que se traduz em despotismo opressor do povo, e a tutela do Governo Federal que aniquila a autonomia dos Estados, implantando a anarquia, ou pela intervenção manhosa, ou pela neutralidade culpável”.

Nesse esplêndido diapasão prosseguiu dando uma brilhantíssima lição de direito e de política.

Cuidou, desveladamente da instrução pública, restaurando a Escola Normal, e extinguindo o afilhadismo nesse setor importantíssimo da pública administração. São palavras suas dignas de registo:

“Espero preparar durante o meu governo as bases a ser no futuro a instrução popular o que realmente é, o primordial elemento da democracia”.

“O povo que não sabe ler não conhece os seus direitos nem deveres, é um tutelado, que a essa posição se submete”.

“E' desacerto fazer-se politica com o ensino, pois quem soffre é o povo, por amor de quem se faz a administração pública.”

Cuidou também, com vivo interesse da agricultura. Com os seus próprios recursos que não eram grandes, comprou uma propriedade onde fundou uma escola agrícola, visando a educação de menores necessitados de amparo, atraindo para Sergipe os padres Salesianos.

Não esbanjou a fortuna pública, não procurou fazer proselitismo sacrificando os interesses da coletividade e soube acercar-se de auxiliares dignos das posições que lhes foram confiadas. Sem autoritarismo era geralmente respeitado, porque era o primeiro a dar o bom exemplo na retidão de conduta. Amigo, na expressão do termo, velava pelo bem estar do amigo com um cuidado paternal.

Do Rio, onde exercia digna e brilhantemente o seu mandato de Senador, escrevia a amigos pobres, conjurando-os a se não esquecerem de sua inscrição no Montepio, para que as famílias dos mesmos ficassem amparadas. Correndo toda a gama das posições políticas morreu pobre, sem deixar espólio a inventariar.

Foi jornalista brilhante e destemido que militou na imprensa com a maior dignidade. Dos seus trabalhos mencionados no Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano do severo dr. Manuel Arminho Cordeiro Guaraná, não constam as suas três esplêndidas Mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado nos anos de 1900, 1901 e 1902, provavelmente por culpa da casa editora, pois a publicação do livro foi póstuma e não acredito em descuido do autor que era imensamente cuidadoso.

No aludido Dicionário há erros de revisão, entre eles o dia do nascimento do Monsenhor Olimpio que tendo sido a 26 o Dicionário deu 25. Examinamos o original, existente no Instituto Histórico e lá encontramos a data certa.

Ergamos contrerrâneos o nosso pensamento para o alto e façamos justiça serena à memória do Monsenhor Olimpio Campos, uma grande memória que a posteridade deve cultuar com a maior união.

Dele disse a musa de Severiano Cardoso:

“Foi bom, e puro, e cristalino,
A virtude ele amou com tal carinho,
Que lhe foi senha para o paraizo,
Uma consciência branca como arminho”.

Por minha vez digo:

Tinha bem dos lírios a candura
O seu delicado coração;
Ao sorver o trago da amargura
Aos algozes defiriu perdão.
Como Jesús no cimo do Calvário
A morte recebeu sem reação.
E qual se fôra à força de um fadário,
Morreu tecendo o hino do perdão.

Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe
PADRE GASPAR LOURENÇO

Recebido na Companhia de Jesus em 1553

Aluno do Colégio de Piratininga em 1554

♦♦♦♦

— PELO —

PADRE AURELIO VASCONCELOS DE ALMEIDA

CAPITULO I

PRINCÍPIOS DA CATEQUESE JESUÍTICA NO BRASIL

Portugal reconheceu enfim, que estavam sendo infrutíferos os métodos de colonização que adotara no Brasil, deixando à iniciativa particular dos Donatários das Capitâneas hereditárias o aproveitamento da vastíssima possessão ultramarina. Urgia corrigir o erro administrativo de quase meio século, que relegara o Brasil ao olvido das atenções da Corôa inteiramente voltada para as Índias, cujo comércio atraía os portugueses.

A continuar assim, o Brasil passaria a mãos estranhas que já o apalpavam pelos corsários de outras nações européias, contrabandeando o pau-brasil.

O desânimo abatera os poucos colonos que havia dispersos no imenso território, onde, às várias dificuldades do ambiente, acrescentaram-se as sérias desavenças surgidas entre os povoadores que viviam ao arbítrio dos donatários cumulados de excessivos poderes civil e criminal, nem sempre usados com a moderação, prudência e justiça devidas.

O indígena, por sua vez, que havia acolhido bem aos brancos, passa a ser molestado por estes e reage quanto e como lhes era possível.

As desordens se sucedem trazendo intranquilidade a todos e nenhum progresso se registra na colonização. Nada mais havia que esperar-se dela, pelo modo como vinha sendo tentada. Em tais condições, para "as terras novas de Santa Cruz, que é o nome

que lhe deram os devotos descobridores e a cobiça humana o trocou em Brasil”(1), resolveu D. João III mandar um Governador Geral com jurisdição sobre os donatários de tôdas as Capitanias, conforme o prescrito no Regimento do novo sistema da administração brasileira.

A nomeação do primeiro Governador Geral recaiu sobre Tomé de Souza, varão honrado, da inteira confiança de El-Rei, Fidalgo da Casa Real e portador de muitos títulos honoríficos a que fazia jus pelos méritos dos grandes serviços prestados à pátria.

A sede do Governo devia ser onde o Rei dizia que resolvera “mandar fazer uma fortaleza e povoação grande e forte na Bahia de todos os Santos por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil para dali se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e provêr nas cousas que cumprem ao meu serviço e aos negócios da minha fazenda e a bem das partes”.(2)

Aos 17 de Dezembro de 1548, foi passado o Regimento que Tomé de Souza trouxe para norma de seu Governo. Confiara-lhe o Rei, cumulativamente, a “mercê dos cargos de Capitão da povoação e terras da Baía de Todos os Santos e Governador Geral da dita Capitania e das outras Capitanias e terras da costa do Brasil por tempo de três anos e com 400\$000 de ordenado em cada ano”. (3)

Quanto ao alcance do novo regime de governo colonial dizia El-Rei que o “Serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e Povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito dos meus Reinos e Senhorios e naturais dêles... para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e tudo o mais que fôr necessário”.(4)

A consciência cristã de D. João III, acentua qual a maior razão que o leva a mandar povoar o Brasil, depois de tantos anos tido em menosprezo pelo trono de Portugal, no artigo 24 do Regimento de Tomé de Souza: “a principal causa que me move a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé”.(5)

Para realizar o que desejava sua caridade de príncipe cristão,

convidou os missionários Jesuitas de Portugal, que acolheram com muito agrado a honra da preferência que S. Majestade lhes dispensara, já que os intuitos do Rei bem se harmonizavam com o lema da Companhia, recém-fundada por Santo Inácio de Loyola, *Ad Majorem Dei Gloriam*. Felicíssima escôlha!

Do pôrto de Belém, a 1.^o de Fevereiro de 1549, partiu a armada de Tomé de Sousa, trazendo consigo o Pe. Manoel da Nóbrega e seus companheiros de apostolado, Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Aspilcueta Navarro e os Irmão Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Depois de oito semanas de marinhagem, a 29 de Março seguinte, a armada ancora na Bahia de Todos os Santos, onde o Governador toma “posse da cêrca que nela está, que fez Francisco Pereira Coutinho”. (6)

Fizeram “próspera viagem” e podiam dizer os recém-chegados, pela pena de Nóbrega: “A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos”. (7)

De como foram recebidos, dá conta o Pe. Manoel da Nóbrega, Superior da Missão, ao Pe. Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, escrevendo poucos dias depois de acomodados: “Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Irmãos em umas casas a par dela, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos”. (8)

Não perdem tempo e, apenas desembarcados, iniciam, arrojados, as múltiplas atividades missionárias, entre os cristãos encontrados e os gentios da terra.

Como dos primeiros trabalhos da catequese, destaca-se que o primeiro mestre-escola do Brasil, “o Irmão Franciscano Rodrigues ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de lêr e escrever”. (9)

A visão de Nóbrega achou “bom modo êste para trazer os índios desta terra, os quais têm grande desejo de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos... e já um dos Principais dêles aprende a lêr e toma lição cada dia com grande

cuidado e em dois dias soube o A B C todo". (10) Ai está um exemplo para os atuais cursos de alfabetização de Adultos, de que se tornaram, assim, precursores no Brasil, os Jesuitas.

Nem 15 dias, siquer, havia que chegaram e já alargam a ação fecunda do apostolado incipiente por outras paragens, mandando-se o Pe. Leonardo Nunes "aos Ilhéus e Pôrto Seguro, a confessar aquela gente que tem nome de cristãos, porque me disseram de lá muitas misérias, e assim a saber o fruto que na terra se pode fazer... Leva por companheiro a Diogo Jácome, para ensinar a doutrina aos meninos, o que êle sabe bem fazer". (11)

Messe abundante entrevia Nóbrega, alimentado de carinhoso otimismo desde os primeiros contatos com os aborígenes, vendo a docilidade dêles aos estímulos da religião, pois "estão êstes Negros (como a princípio chamavam os selvícolas) mui espanitados de nossos officios. Estão na Igreja, sem ninguém lhes ensinar, mais devotos que os nossos cristãos". (12)

Entretanto, quase nada encontraram de edificante por parte dos colonos em quem logo perceberam os estorvos que trariam à catequese com os desregramentos da vida que levavam, de escândalo para o gentio, de tal modo que o Pe. Nóbrega manifestou de pronto seus receios: "Sômente temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres". (13)

Era lamentável a decadência moral dos civilizados encontrados na colônia, muitas vêzes em inferioridade aos próprios selvagens, "de maneira que os primeiros escândalos são por causa dos cristãos, e certo que, (os índios) deixando os maus costumes que eram de seus avós, em muitas cousas fazem vantagem aos cristãos porque melhormente vivem e guardam melhor a lei da natureza". (14)

A todos êsses e a outros males, cumpria aos missionários remediar porquanto "eá há clérigos, mas é a escória que de lá vem; omnes quœrunt quoe sua sunt". (15)

Daí alvitra o Pe. Nóbrega que "é muito necessário cá um Bispo... ou ao menos um Vigário Geral para castigar e emendar

grandes males, que assim no eclesiástico como no secular se comete nesta costa, porque os seculares tomam exemplo dos sacerdotes e o Gentio de todos". (16)

Urgia que do Reino viessem mais obreiros da civilização evangélica para acudir às tantas necessidades do gentilismo indígena, porque "esta terra é nossa empresa".

Nesse sentido, é que Nóbrega, em Agôsto de 1549, dirigindo-se por carta ao Geral da Companhia de Jesus, insta para que mande muitos missionários. Mas, não o faz apenas argumentando, sinão, também apostrofando e ironizando até: "E V. Reverendíssima não seja avarento dêsses Irmãos e mande muitos para socorrerem a tantas e tão grandes necessidades, que se perdem estas almas à míngua, *petentes panem et non est qui frangat eis*. Lá bem abastam tantos Religiosos e prégadores, muitos Moisés e Profetas há lá. Esta terra é nossa empresa e o mais gentio do mundo. Não deixe lá V. R. mais que uns poucos para aprender, os mais venham. Tudo lá é miséria quanto se faz: quando muito ganha-se cem almas, posto que corram todo o Reino; cá é grande mancheia". (17)

O apêlo de Nóbrega começa a ser atendido com a vinda dos Padres Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel Paiva e Salvador Rodrigues, no ano seguinte, que foi o de 50, além dos "7 meninos órfãos para ajudar na catequese", adianta S. Leite. (Hist. I, p. 561). Depois chegou o Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, em 1552. Mais 7 Jesuitas vieram em 53, entre os quais, Pe. Luiz da Grã e o Irmão José de Anchieta. Muitas expedições se sucederam daí por diante, de padres e irmãos procedentes da Europa.

Outro problema gravíssimo pela sua natureza e pelas suas consequências para a catequese, era a prática do cativoiro dos índios, exercida cruelmente, pelos portugueses, já há muitos anos. E esse foi o motivo porque os selvícolas a princípio acolheram bem aos brancos, passaram a hostilizá-los, depois, em retorsão.

O Rei tomara conhecimento da vergonhosa caçada humana que certos portugueses faziam no Brasil, com empresa montada para esse fim, em proveito de sua desordenada cobiça, e proíbe,

pelo Regimento que passara a Tomé de Sousa, que salteem os índios, a não ser em caso de levante dos mesmos, porém, com a devida licença do Governador Geral ou, em certas circunstâncias, dos Capitães das Capitânicas.

Regulava a matéria sob máximo rigor, o capítulo 28 do Regimento em que ordenava o Rei ao Governador Geral: "Eu sou informado de que nas terras e povoações do Brasil algumas pessoas têm navios e caravelas e andam nêles de umas Capitânicas para outras e que por tôdas as vias e maneiras que podem salteem e roubam os gentios que estão de paz e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes e que por isso os ditos gentios se levantam e fazem guerra aos Cristãos e que foi a principal causa dos danos que até agora são feitos e porque cumpre muito ao serviço de Deus e meu prover nisto de maneira que se evite, hei por bem que daqui por diante pessoa alguma de qualquer qualidade ou condição que seja não vá saltar nem fazer guerra aos gentios por terra nem por mar em seus navios ou outros alguns sem vossa licença ou do Capitão da Capitania de vossa jurisdição suposto que os tais gentios estão alevantados e de guerra, o qual Capitão não dará a dita licença sinão nos tempos que lhe parecerem convenientes e a pessoa de que confio que farão o que devem e o que lhe êle o ordenar e mandar; e indo algumas das ditas pessoas sem a dita licença ou excedendo do modo que lhe o dito Capitão ordenar quando lhe der a dita licença incorrerão em pena de morte natural e perdimento de tôda a sua fazenda, a metade para a redenção dos cativos e a outra metade para quem o acusar e êste Capítulo fareis notificar e apregoar em tôdas as Capitânicas e transladar nos livros das câmaras delas, com declaração de como se assim apregoo". (18)

Em 1537, o Papa Paulo III já havia condenado o preconceito corrente entre os colonizadores do Novo-Mundo de que os indígenas "hão de ser tratados e reduzidos a nosso serviço como animais brutos, a título de que são inábeis para a Fé Católica;... declaramos, acrescenta o Papa, que os ditos índios e tôdas as mais gentes que daqui por diante vierem à notícia dos Cristãos, ainda que estejam fora da fé de Cristo, não estão privados, nem deve sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens e que não

devem ser reduzidos a servidão. Declaramos que os ditos índios e as demais gentes hão de ser atraídas e convidadas à dita Fé de Cristo, com a prêgação da palavra divina e com o exemplo da boa vida". (19)

Diante da palavra do Papa e da lei civil decretada pelo Rei contra o tratamento desumano infligido por cristãos ao gentio do Brasil, para os missionários não havia que escolher, sinão reagir, denodadamente, às tamanhas iniquidades, impondo a todos, acatamento e respeito à personalidade humana dos selvícolas.

Em Agôsto de 1549, relata Nóbrega ao Provincial, a perfidia com que se costumava explorar a boa fé dos índios e a sua primeira interferência para libertá-los: "de maravilha se acha cá escravo que não fôsse tomado de salto e é desta maneira que fazem pazes com os Negros (índios) para lhes trazerem a vender o que têm e por engano enchem os navios dêles e fogem com êles; e alguns dizem que o pode fazer por os Negros terem já feito mal aos cristãos. O que pôsto que sejam assim, foi depois de terem muitos escândalos recebidos de nós. De maravilha se achará cá na terra, onde os cristãos não fôssem causa de guerra e dissensão... Entre outros saltos que nesta costa são feitos, um se fez há dois anos muito cruel, que foi irem uns navios a um gentio que chamam Carijós, que estão além de S. Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta costa e mais aparelhado para se fazer fruto; êle sômente tem duzentas léguas de terra; entre êles estavam convertidos e batisados muitos". (20)

Esses índios cristianisados eram fruto da catequese de dois frades franciscanos, espanhóis, Frei Bernardo de Armenta, Superior, e Frei Alonso Lebron, ambos aportados em Santa Catarina no ano de 1538, (21) aproximadamente.

Morrendo Frei Bernardo, seu companheiro sòzinho, continuou a missão que ia dando resultados espirituais consoladores, até fins de 1547, ou começos de 48, quando um dêsses navios empregados no infame comércio de assaltar os índios para vendê-los como escravos nas Capitanias do Brasil, aportaram a Mbijazá.

Sequestraram o Padre, Frei Alonso, com alguns índios em um dos navios, ardilosamente, e quando largaram as velas para partir, os outros índios "que ficaram em terra vieram em paus

a bordo do navio e (pediram) que levassem embora os Negros e que deixassem o seu Padre, e por não quererem os dos navios (atendê-los) tornaram a dizer que, pois levavam o seu Padre, que levassem também a êles e logo os recolheram e os trouxeram e o Padre puseram em terra e os Negros desembarcaram em uma Capitania para venderem alguns dêles e todos se acolheram à Igreja, dizendo que eram cristãos e que sabiam as orações e ajudar a missa, pedindo misericórdia. Não lhes valeu (a alegação de serem cristãos e doutrinados), mas foram tirados e vendidos pelas capitancias desta costa". (22)

Esse fato teve larga repercussão na Colônia e na Côrte, onde, talvez, tivesse servido de ensejo para o Rei decretar o capítulo 28 do Regimento de Tomé de Sousa, pelas circunstâncias que o agravaram, já que se tratava de Índios cristãos que viviam sob os cuidados paternos de um zeloso sacerdote, de cuja direção espiritual foram arrebatados, astuciosa e violentamente.

Por causa dessa ocorrência, surgiu entre Nóbrega e Tomé de Sousa a idéia de mandar-se o Pe. Leonardo Nunes residir em S. Vicente. Logo que o Pe. Manoel da Nóbrega e o Governador tiveram conhecimento disso, entraram em entendimentos para providenciar a libertação dêsses índios e reconduzi-los à sua terra, aonde passariam a contar com a assistência dos Jesuitas. "Agora temos assentado com o Governador que nos mande dar êstes Negros, para os tornarmos à sua terra e ficar lá Leonardo Nunes para os ensinar" (22), escreveu Nóbrega.

Na mesma carta, continuando o assunto, encarece ao Geral da Companhia a necessidade de obter-se no Reino uma provisão para se proceder criminalmente contra todos os casos semelhantes, existentes, independente de parte ou queixa dos infelizes sacrificados que quase nunca sabiam procurar seus direitos, "pois disto depende tanto a paz e conversão dêste gentio". (23)

Pouco depois, antes da ida de Leonardo Nunes para S. Vicente, de quando deve ser a data da "Informação das Terras do Brasil", portanto, escrita entre 24 de Agôsto e 1.º de Novembro de 49, Nóbrega reafirma a mesma história da recuperação dos carijós de S. Vicente, dizendo: "Êste é um gentio melhor que nenhum desta costa. Os quais foram não há muitos anos dous Frades Castelhanos ensinar e tomaram tão bem sua doutrina

que têm já casos de recolhimento para mulheres, como de Freiras e outras de homens, como de Frades. E isto durou muito tempo até que o diabo levou lá uma nau de salteadores e cativaram muitos d'êles. Trabalhamos por recolher os tomados e alguns temos já para os levar à sua terra, com os quais irá um Padre dos nossos". (24)

É notável o terem êsses frades conseguido a organização d'êsses recolhimentos em que viviam homens e mulheres separadamente, sob o regime de comunidade religiosa, à maneira de conventos de frades e de freiras.

Por aí se vê a quanto se adiantara a catequese até 1547, entre os "Carijós, senhores do país existente ao sul do rio da Cananéia" (25), graças ao espírito missionário d'êsses dois Franciscanos que deixaram excelentes frutos de seu apostolado nas selvas do Brasil meridional, como precursores dos Jesuitas, aos quais prepararam os caminhos evangélicos, de modo a desejarem logo estabelecer-se entre êles.

Em fins de 1549, o Pe. Nóbrega mandou o Pe. Leonardo Nunes, acompanhado do Irmão Diogo Jácome, visitar os cristãos de S. Vicente, e, se achasse viável, "ficar com uma terra de gentios chamados Carijós, entre os quais se espera muito fruto, porque têm fama de serem os melhores gentios de toda aquela costa do Brasil". (26)

Os dois, porém, permaneceram ocupados em S. Vicente, onde, já em Agosto de 1551, além de outros empreendimentos, "tem também feita uma grande casa, em que se hão de recolher e ensinar todos os meninos dos gentios novamente batisados. Dilatou-se sua ida aos Carijós por muitos respeitos, principalmente por não haver quem pudesse sustentar esta casa, e reger os meninos dela". (27)

A interferência do Pe. Nóbrega com seus companheiros na libertação dos Carijós escravizados, alcançou êxito cabal, conforme êle mesmo escreveu satisfeito, em 1552: "Acerta-se tão bem algumas vêzes sermos causa de se forrarem Negros salteados... e principalmente os Carijós, que fizemos forrar por serem salteados, sendo cristão já na sua terra; e os pusemos no Espírito Santo casados os machos com as fêmeas em sua liberdade, e

somente recolhi conosco dois moços para aprenderem conosco a serem bons cristãos". (28)

Desde então, com a restituição desses Carijós ao pleno gozo de sua liberdade, os primeiros Jesuitas do Brasil começaram a atrair sobre a Companhia de Jesus, as iras dos escravizadores de índios, sofridas durante dois séculos de lutas heróicas, sem esmorecimentos, até que os potentados conseguiram sua expulsão da Colônia em meados do século XVIII.

Souberam cumprir a todo custo "seu papel de missionários, de paladinos da liberdade dos índios e de promotores dos princípios de moralidade e simpatia humana entre os caçadores de escravos. A defesa, pelos jesuitas, da raça indígena foi por eles levada até diante do trono, refletindo a legislação sobre a matéria as alternativas do seu maior prestígio ou da sua menor influência junto ao rei. A completa liberdade dos aborígenes, compreendendo sua plena admissão aos direitos civis, coincidiu com a expulsão da companhia, cujo nome permaneceu no entanto popular, ainda que o livre pensamento se insurja contra seus métodos de ensino e de disciplina mental, pretendendo rasgar à inteligência mais dilatados horizontes. Ninguém melhor do que eles compreendeu no entanto o espírito sem desenvolvimento do selvagem e a necessidade de adaptar a tal espírito a catequese com que só era possível incutir-lhe os rudimentos da civilização". (29)

Como um bastião da fé e da liberdade dos índios, foi que o Pe. Leonardo Nunes em S. Vicente, sede da Capitania de Martim Afonso de Sousa, fundou juntamente com a casa para catequizar os meninos dos gentios, uma de formação religiosa, cujas portas se abriram um dia de par em par, para a Companhia de Jesus, maternal, acolher, carinhosamente, o menino órfão Gaspar Lourenço, matriculando-o como estudante, candidato ao sacerdócio consagrado às missões do Brasil.

UM NOME QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO

A "reminiscência" de Machiavelli (nome que mal encobre um estanciano de escól) em "A Estância" de 21 de fevereiro, despertou-me a vontade de escrever.

Também a tive, há muito tempo, quando me chegou a notícia da morte do farmacêutico professor Teixeira de Faria, mas não me achei com capacidade para exprimir o que sentia pelo Mestre desaparecido e esperei que alguém melhor o fizesse. Passou o tempo, enquanto a labuta diária e absorvente não me permitia pensar siuão no que se relacionasse com a minha profissão.

Agora, que a vida mudou com a velhice compulsória e constitucional, despertado pela crônica acima referida, de olhos fechados, dou mentalmente um passeio pelo fim do passado século (como parece longe!), em 1897.

Vai como um complemento à mimosa crônica do Machiavelli estanciano.

Decorava eu a geometria de Otoni sem nada compreender e o meu professor, excelente amigo, contentava-se em lér no livro enquanto eu cantava o que havia decorado... Se às vezes titubeava, êle bondosamente me ajudava.

Lição sempre sabida. Mas, no meio do ano, dando um balanço, convenci-me de que nada sabia da matéria e era preciso mudar de rumo.

— Procure o prof. Teixeira, aconselhou-me alguém. Eu o via passar nas ruas um tanto curvado, a-pesar-de robusto, com seus bigodes cobrindo-lhe a boca, olhar macio e pensativo, dirigido para o chão — quasi sempre com o guarda-sol armado.

Fui encontrá-lo na sua casinha da esquina da rua do Lagarto com a da Estância, sentado n'uma rede, embocando um charuto. No chão, um caixote com areia servindo de cuspideira; ao fundo, uma estante ao lado, um sofá para dois ou três alunos.

Algumas perguntas sobre prolegómenos de geometria, teorema de Teles, postulado de Euclides... Nada havia ficado do que decorei. — Bem Estamos em agosto, os exames vêm aí, precisamos recuperar o tempo; aulas diárias, às 7 da manhã. Arranjei um companheiro com quem dividir as despesas, mas em pouco este me deixou sózinho. Tal foi o entusiasmo que no fim do prazo havia vencido 2 dos 4 livros do Otoni e entrado no 3.^o Mas, aulas com o livro fechado. Nessa altura, disse o Mestre com a intimidade que já me permitia desfrutar: — Agora seremos companheiros de estudo, porque raramente os alunos chegam a esta parte — a geometria no espaço. Ainda aprendi para o exame alguns problemas de trigonometria e fiquei sabendo medir de longe uma torre ou uma palmeira, com regras elementares de triangulação. No exame, distinção; bem merecida em comparação com os colegas. Depois, não deixei mais o Teixeira: Aritmética, Álgebra, Física, Química, Zoologia, Botânica... Eu andava querendo estudar engenharia. E ao lado de tudo isso o encanto das prolongadas palestras, nas quais eu colhia noções de história, de latim e muita coisa de literatura e filosofia. Fiquei a princípio meio escandalizado com o materialismo do Mestre que, de vez em quando, citava Buchner e não conversava sem Aristóteles, Sócrates, Platão, Horácio e Virgílio. Não era à-toa que Jackson de Figueiredo passava horas a conversar com ele. Muitas vezes o encontrei lá. E Gentil, Artur Fortes, Abdias Bezerra, José Cabral e quantos outros?! O Mestre era capaz de lecionar qualquer matéria do curso humanístico, do português às ciências naturais. Com os meus 14 anos de então ainda acreditando na história de Deus ter criado o mundo em 6 dias etc. tomei um verdadeiro choque quando ele me disse: — Isso é simbólico; êsses dias foram épocas que duraram milhões de anos... Saí tonto; era preciso ir mais devagar.

Costumava o Teixeira passar férias na Estância, tal como recorda Machiavelli. Eu também. Tinha vontade de vê-lo, mas fui informado que ele vivia de porta fechada; não recebia nin-

guém. Um dia arrisquei. Bati com o coração batendo também, mais depressa. Ele mesmo veio abrir.

— Oh! Por aqui?! E logo abriu a meia-porta para que eu entrasse, não deixando dúvidas ao bom acolhimento.

Depois de prolongada palestra, perguntei: — Posso voltar? — É só bater. (Isso na rua dos Ferreiros, como depois na rua Nova, e na rua do Açougue, onde sucessivamente morou).

Numa dessas visitas, deu-me para ler a volumosa história dos Girondinos, maviosamente narrada por Lamartine, que êle admirava como poeta, para que eu apreciasse os maiores oradores da Assembléia Nacional e, como não gostava de padre, de outra vez entregou-me "Notre Dame de Paris", de Victor Hugo, com a advertência: — "Vai ver no Quasimodo um belo contraste da fealdade física com a beleza moral". Artur Fortes havia me dito que, na sua mocidade, Teixeira escrevera versos e recitou-me um dos seus sonetos. Guardei até hoje a primeira quadra. Um dia chegando a sua casa, aproveitando uma pausa na conversa, fiz-me distraído, dei um suspiro e recitei:

Amei um anjo aos dezoito anos,
Tenho na mente todos traços seus,
Morena, bela, dos meus mil amores,
Irmã das flores dos jardins dos céus.

Ele ficou vermelho, riu demoradamente... Não fizemos comentários, nem eu quis avivar alguma chaga antiga. Dizia-se que êle tivera na mocidade um amor frustrado e por isso se conservava solteirão.

Mais tarde, nas férias do 5.º para o 6.º ano de médico, em 1904, fui surpreendido por um bilhete pedindo que fôsse a sua casa. Corri. Mostrou-me um já bem visível quisto que lhe saia na testa, sobretudo desagradável porque chamava a atenção de todos com quem falava. Queria que eu o operasse. — Mas, não é possível; ainda não estou formado, o Sr. tem como hóspede o Dr. Itajaí, um médico velho, e outros não faltam na cidade; não é possível. — O Itajaí não acredita que isso possa cicatrizar em uma semana... tem que supurar cerca de um mês... Não se vá embora sem me livrar disso. A um segundo apêlo, convi-

dei Heráclito Sampaio, colega de ano, e fomos juntos u'a manhã. Anestesia local, sutura intradérmica para encobrir a cicatriz, num sulco da fronte. Correu tudo bem ficando o Mestre com a testa enfaixada. Num dos dias subsequentes saía eu de sua casa, quando passava Apuero Mota, a cavalo. Parou e, galhofeiro como sempre, perguntou: — Que foi isso Teixeira, você pariu, está de resguardo? — Está aí meu médico, pergunte a ele... Tirando o ponto no quinto dia, não houve atrazo na cicatrização.

Nas vésperas de minha partida, li num dos jornais da cidade um adeus do Teixeira nestes termos: "Apesar de Platão dizer, meus amigos, não há amigos, eu discordo dizendo: grande amigo, onde quer que fores etc. Citou afinal um verso latino que traduziu assim: A virtude é mais bela num belo corpo. Era assim o saudoso Mestre.

O ano de 1908 passei excepcionalmente todo em Sergipe e quando vagou o cargo de Diretor da Instrução Pública em consequência de licença do efetivo, foi nomeado o Teixeira, que nunca havia passado de lente de várias cadeiras do Ateneu, como tecido conjuntivo, que substitui qualquer tecido que desaparece ou é destruído. Surprezo, procurei-me repetindo uma batida frase latina: "*Ex digito, gigans...*" Fiz-me de desentendido, mas acabamos de acôrdo.

Dai a pouco, apresentando ele o Relatório da sua repartição, notei que as estatísticas escolares eram iguais às do ano anterior, "*ipsis literis*". Fui a sua procura e mostrei. Diverti-me com a aflição do Mestre, mas procurei logo acalmá-lo. Não é nada, o Sr. não está habituado a êsses acidentes burocráticos.

Em 1917, na Estância, visitei-o levando como companheiro o G..., primeiro filho com 3 anos, para que se conhecessem. Após alguma conversa, levanta-se o Mestre e volta com o dicionário de Aulete, uma gramática portuguesa de Cândido de Figueiredo e mais uma bengala de unicórnio, uma preciosidade que na época já custava mais de conto de réis. — Os livros são para o menino e a bengala é sua... Não houve como demovê-lo da resolução. Ele já andava doente; parecia uma parte do testamento.

Mas, ainda viveu alguns anos e em 1920, voltando a Sergipe,

preciso bater. Desta vez, deixando a cerimônia, apresentou-me a companheira, que também andava doente e se queixava de coisas mal definidas, comuns na passagem dos 45 para os 50 anos. Como na clínica geral eu era apenas um curioso, aconselhei um violento remédio, que eliminado pela urina arrastaria para sempre qualquer mal, caso aquela saísse escura... e receitei com certa solenidade uma cápsula com azul de metileno (expediente corriqueiro contra as pessoas pouco instruídas). O Teixeira ria-se gostosamente do engodo, balançando todo o corpo, como era o seu costume. E esperamos o resultado.

Contou depois: — Já antes de clarear o dia sua doente levantou-se para verificar o efeito do remédio. Foi positivo. Convencida deixou de queixar-se durante muito tempo.

Rio, Março de 1954.

E. C.

Transcrito de A Estância, de 4-4-1954

CADERNO DE VIAGENS

É sempre a mesma coisa. E sempre,
as mesmas emoções retornam, conhecidas,
trazendo aos meus olhos pensativos
o tédio das viagens repetidas...

A mesma agitação, o mesmo frenesi rotineiro estua
nos corpos suados,
nos pés apressados,
nos braços cansados
dos que movimentam o corpo andante da Estação!
É o mesmo movediço anseio de interesses dispares,
que confundem soluços, adeuses, negócios, palestras, despachos,
espalhando um tormento na capacidade de compreensão
dos ares...

E a atmosfera, espremida de perguntas e respostas,
incomodada com a fumaça que sobe da locomotiva,
esquece-se um momento, pensativa,
e na alma das coisas, levemente, se insinua...
Perde-se em reflexões. Toma a forma de um conceito,
manifesta-se, depois, no gemido de um pobre,
que sacode, humildemente, a poeira da rua...

O trem apita. Um lenço branco em delicada mão
Se agita. Outro lenço... Mais outro... Outro mais...
E, ao fim de pouco tempo, o espaço é todo
um inquieto enxamear de lenços
privilegiadamente iguais...

O trem se locomove, arranca, corre,
espouca, barulhento, arquejando, fumaçando
e a Estação, pouco à pouco, esmaece...
vai ficando velhinha... velhinha... velhinha...
até que, de desmaio em desmaio, em nossos olhos morre...
e desaparece!

Depois... como coisa lamentável, borrão de tinta,
que suja sem necessidade, os lindos arredores da cidade
vem o suburbio, esfaimado mendigo esfarrapado,
que a gente bôa botou de castigo,
acostumando-o ao longe, ao afastado,
onde não chega o Bom,
onde não vai o Bem...
Deixando-lhe somente, quando muito,
o invejável direito de espiar o trem...

O Suburbio! O Suburbio! Ei-lo, ali, com um ar cansado,
espiando o trem do horário,
que passa sempre atrasado!
Num resto de gente que sobra da cidade cheia
acode soturno e triste para as portas,
com seus trapos de mortalha pelos corpos
funereos,
encovados na magreza
das carnes, que sepultam as forças mortas!

Enquanto isso, a locomotiva, resfolegando
passa,
atirando na cara do Suburbio
— uma praga enorme de fumaça!

Corre... foge... vai embora...
E os olhos esticados das mulheres,
dos velhos, das velhas, dos meninos

ficam tartamudos, expectantes, agora,
na mais tragica coleção de destinos
— que o mundo enflora!!!

.....

É sempre a mesma coisa. Em toda viagem,
impiedosamente vem me acabrunhar
essa assustadora fantasmagoria
da paisagem que acabo de mostrar!

GREGORIO GRAVE

Aracaju, 22 de Julho de 1939

UM DEPOIMENTO HISTÓRICO

por J. PIRES WYNNE

Cem anos de existência a partir de 1855, ano tão amaldiçoado pelos cristovenses do tempo, inconformados, feridos nos seus interesses e no seu justo orgulho pela tenaz resistência do Dr. INÁCIO JOAQUIM BARBOSA, bacharel teimoso e letrado, e sempre de ouvidos fechados aos apelos do conservadorismo retrógrado e do sentimentalismo provinciano.

* * *

Muito embora a grande documentação existente e ainda não explorada convenientemente, e até hoje não de todo posta à luz pelos que mais se dedicam ao trabalho de desvendar os segredos do PASSADO, fato inconteste é que, não obstante as conclusões razoáveis e fundamentadas a que já chegaram alguns dos contemporâneos estudiosos da HISTÓRIA DE SERGIPE DEL REY, vez por outra, aqui e ali, surge, velada e vaga, nota discordante e tendenciosa, despertando dúvidas bem assim como um murmúrio abafado, e cujo intento é tão somente diminuir, procurando obscurecer a figura de JOÃO GOMES DE MELO, senhor de Engenho, mas homem de esclarecida visão e chefe de prestígio do Partido Conservador.

* * *

Querem alguns, assim, sem razões lógicas, negar ao BARÃO de MAROIM o justo título, galardão que de direito lhe cabe e que é o de principal inspirador da mudança da Capital.

Não ha dúvida.

Foi ele a força ativa a serviço da idéia, e isso não é difícil provar, pois está objetivamente positivado através da sua decidida e constante colaboração.

Homem de abundantes recursos e sólida vontade, político já desde longa data e de crescente influência na Província, e já ao tempo da administração inaciana deputado geral e já BARÃO, o que prova merecimento aos olhos do MONARCA, não ha dúvida, GOMESDE MELO, chefe do PARTIDO CONSERVADOR e que terminaria SENADOR DO IMPÉRIO, eleito em 1861, foi a coluna forte do movimento da mudança e uma vez feita a transferência da sede do Governo o colaborador mais destacado de INÁCIO JOAQUIM BARBOSA e dos governantes que se seguiram.

Amparado pelo prestígio real desse CHEFE político foi que INÁCIO JOAQUIM BARBOSA, desejoso de marcar o seu governo e de alargar as possibilidades econômicas da pequenina PROVÍNCIA, se decidiu e se lançou, afoito, definitivamente, em campo, confiante, sem mais temer a onda das malquerenças.

* * *

Quem sabe se não acertamos quando, apreciando a atuação desse benemérito e nababo conterrâneo, tão generoso e afortunado, vemos nele uma miniatura bem significativa, recordando o empreendedor MAUA', seu contemporâneo, de espírito progressista e inovador?

Não sabemos se outros concordarão.

Um pequeno MAUA' é o que nos lembra essa discutida fuga provinciana.

Mas, aqui, certamente, vale afirmar, reivindicar para o BARÃO a idéa da mudança da Capital não é, de modo nenhum, diminuir ou negar os méritos do ilustre Presidente de então.

As providências postas em prática, o denodado zelo administrativo de Inácio Joaquim Barbosa, homem ilustrado e probo, de

espírito realmente esclarecido, afirmam uma vontade superior, incapaz de faceis e mesquinhas transigências.

Larga visão política possuia o afoito desbravador das praias cotinguibeiras e se hoje a voz dos arquivos se levanta para, num preito de justiça, salientar a figura de GOMES DE MELO, é também para apontar a varonil expressão de Inácio Barbosa, diligente, zeloso e digno administrador, cujo exemplo de trabalho e sacrificio em prol do desenvolvimento de SERGIPE vale bem a homenagem comovida dos sergipanos.

* * *

Figuras outras bem que se destacavam no cenário político e social do tempo. Pouca gente, sem dúvida, boa gente da fidalguia provinciana, constituída pelos **senhores de Engenho**, dominadores feudais em pleno regimen constitucional, amparados pela firmeza e lealdade de serviçães amigos, **braços fortes** nas pelejas eleitorais que então se feriam à sombra das freguezias, sob o tétô das igrejas, testemunhas das arremetidas cavalheirescas e, às vezes, quixotescas ou sanguinárias, pois não foram poucas e nem destituídas de interesse as dissensões partidárias, e nem sempre se acomodaram bem as paixões mais exaltadas.

Reduzidos, fundidos num bloco, usaram os combatentes de todas as armas e moveram uma guerrilha sem treguas, e poucas não foram as barreiras levantadas contra o teimoso Presidente, homem sempre persistente no seu cometimento e sempre surdo ao vozerio das hostes adversárias.

Interesses econômicos se chocavam e entre os velados motivos se destilava o fel, o amargo vinho das intrigas políticas, fonte de pessimismo e descrédito, que alimentava a campanha de impenitentes cristovenses, guardas zelosos das tradições da velha cidade de Cristovam de Barros.

Essa campanha, intensa nos albores de 1855, continuou ainda por muito tempo, procurando sempre anfortecer o animo dos administradores, sucessores de Inácio Barbosa.

Vítima das imprevidentes caminhadas, das destemerosas entradas pelos miasmáticos recantos da cidade nova, e falecendo logo após a transferência da séde do Govérno, teria Inácio levado con-

sigo o futuro de Aracaju se, por força de certas circunstâncias, não tivesse assumido o Governo da Província o intrépido, destemeroso Barão.

A passagem de Gomes de Melo pelo governo da Província, logo após a morte de Inácio, define positivamente a situação creada pelo antecessor, e concorre para despertar confiança e ânimo em almas recalcitrantes e tímidas.

Desfaz-se o medo.

Sem o destemor, sem a ajuda constante de Gomes de Melo, após a morte de Inácio Barbosa, abatidos os ânimos, Aracaju não se teria firmado e as coisas, talvez, retornando ao velho pouso, fizessem voltar atraz projetos e iniciativas.

* * *

Na ode CRÔNICA CONTEMPORANEA, composta em versos brancos, escrita em 1858, por MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA CAMPOS, respeitavel figura das letras sergipanas, latinista e antigo professor de Tobias Barreto, encontramos importante depoimento histórico.

Trata-se do autor da letra do HINO SERGIPANO. Não alimentamos muita simpatia por esse seu trabalho patriótico. Latinista foi exímio. Poeta de real valia no seu tempo e professor de muitas gerações, M. J. de Oliveira Campos faz jus aos louvores da posteridade.

O hino é talvez a menos interessante das produções da sua fecunda Musa.

Vale afirmar que é ele o primeiro cantor da nova Capital.

Transcrevemos abaixo os versos do ilustre professor, humanista e poeta, nome injustamente esquecido. O rebate vale como eloquente depoimento histórico.

* * *

EIS BENEVIDES, SUCESSOR CONDIGNO,
QUE ACHANDO EM ALICERCES AS FEITURAS
DE SEU PREDECESSOR, AS ADIANTA,
DANDO-LHES UM INCREMENTO ADMIRAVEL,

pantalho dos desprevinidos habitantes e motivo de imprevistas e acauteladoras fugas de Governadores e funcionários.

Positiva-se através do depoimento, que são os versos acima transcritos, a firmeza e o decidido esforço do Barão.

* * *

No meio desse espetáculo de sombrias prespectivas, quando tudo estava por fazer e em torno o que se ouvia era a agoirenta voz de prenuncios funestos, é que se precisa ver a figura de GOMES DE MELO, não como a de POMBAL reconstruindo Lisboa, recompondo uma cidade velha, mas como a de um convicto e denodado MAUÁ, espirito altivo e predestinado, lançando os alicerces de uma nova era, plantando para o futuro.

* * *

Os versos de M. J. de Oliveira Campos, perdidos que se acham nas escassas coleções dos jornais então em curso, e mesmo no seu livro póstumo, MUSA SERGIPANA, cuja diminuta edição parece já roida entre muitas raridades outras, comprovam a tradição.

Nem se diga que alguma paixão existe comprometendo os versos do poeta. Foi M. J. de Oliveira Campos também, por diversas vezes, deputado e figura distinta na Assembléa Provincial, mas não consta que fosse louvaminheiro e cantasse loas apenas para agradar. Era espirito sério, e a composição referida data justamente dos primeiros dias da Capital. É a verdade que se mostra, confirmando posteriores conclusões.

A sua ode é, assim, depoimento histórico, valioso.

SOL-QUENTE, DO DIRA, A PECADORA SANTA DOS UMBANDISTAS

Por SEBRÃO, SOBRINHO

I

Hesterno e hodierno, ontem e hoje, Sergipe, como os demais povos dos dois continentes ameríndios, compartilha do místico, que se supera e não deixa lugar para o racionalismo. É uma religião da alma, da pureza espiritual, que ao corpo não deixa outra coisa, que o olvido. O que é material não passa de material e, assim, não tem força para constituir-se, sequer, em mero pecado venial, não influenciando, em absoluto, sobre o espírito, que cada vez se apura, se refina no umbandismo, dependendo dos évos, dos avatares transmigradores por que passe, melhorando-se, apurando-se.

A pecadora, que pode ser considerada como tal, mas que se não tem nessa conta, porque é um simples fenômeno carnal, não é uma arrependida como Maria Madalena, e, em meio dos vícios que cultivé, quer ser e se tem na conta de santa!

É um misticismo trágico, estranho, que colide entre o epicurismo e o platonismo, respeitando-se compreensivos ou, melhor, sem que a pureza espiritual dê fé da sujidade material por mais abominável que seja, porque a nada importa, é zero.

Três dias sem cessar de dança e de cânticos ao rufar dos coiros com preces a Xangô (San-Jerônimo), a Ogum (San-Jorge), a Oxóce (San-Sebastião), a Exú, o rei das sete encruzilhadas, e a Umbanda, a Guia Espiritual, está apta para a lavagem das impurezas.

Ela não matará, mas sua beleza física pode servir de atração ao crime e por ela um homem matará a outro, como Caim a Abel. Ela é Venus Libitina, deusa do Amor e dos Sepulcros, encarnação espiritual da Vida, Ana Perena, a graciosidade. Os dois irmãos inimigos materiais, espiritualmente, é Inhaçã, o nome que encarna o duplo espírito de suma fraternidade de Cosme e Damião, os gêmeos luminosos de afinidade elevada, mas que, sem culpa nenhuma, por vezes são inimigos mortais, fraticidas, na vida carnal, odiando-se cruelmente, mas sem nenhuma importância para a vida do além, que será purificada pelo Todo Poderoso, que lhes escuta as preces, traduzidas em cantos dirigidos pelo Pai do Santo, o deus na Terra, o sacerdote máximo, dos crentes umbandistas.

É culto misto católico, afrô e ameríndio, no qual, por reencarnações sucessivas, se refina o espírito, o animismo, exclusivo culpado do que inocentemente pratica a matéria, a carne.

Sergipe sempre o praticou e ainda o faz, ao umbandismo, a transmigração da alma. É mais folclore, porém não é menos etnologia íncola, porque se ocupa de crenças, é estudo cultural mesológico, ainda que ambos de fronteiras dilatadas, porque se ampliam no bipartido continente ameríndio.

Também é história, mas bordada de ficção, porque a tradição e a exaltação tomam parte no banquete em que os anfitriões são, a la par, a História e a Estória.

O drama tem por palco o engenho Dira, na ribeira de Itaporanga ou do Vasabarris, quando integrada no Município da Capital, San-Cristovam -, ainda que feitoria de Itabaiana, a Velha Lôba, domínio guarajoara, posse de itabaianistas. Tem, como época, o segundo quartel do século passado, às Vésperas de serem criadas, em 1845, a paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, conjuntamente com sua irmã vizinha itabaianense, a da Boa Hora do Campo do Brito.

O engenho Dira fica a três e meia léguas do então porto de embarque e seu vizinho, o Buraco, mais tarde uzina San-Carlos, a quatro.

Do primeiro, fôra proprietário o itabaianista capitão Antônio Teles de Meneses, então falecido, sendo proprietária do engenho, junto com os filhos, sua viúva, senhora dona, Lourença de

San-José Sobral, antes Lourença de Jesus Maria José Sobral, que se tornou, pouco depois, senhora do Buraco, comprado a itabaianistas.

Muito religiosa, é interessante saber-se que tolerava o batuque Xangô em casa da cabocla Sol Quente, nas senzalas do engenho Dira. Mulher de vida airada, ainda que guardasse decôro em seu viver carnal desviado, vivia Sol Quente à vontade e até, quando queria, entrava e saía na Casa Grande recebia a benção do ioiôzinho, precocemente falecido, e das iaiázinhas, todas casadas.

Tal tolerância impelia ao diz-que-diz suspeitar de que era sangue do solar! O certo é que ninguém lhe sabia nada de seu passado! Era fôrra, vivia como queria, sendo querida de todos e levava respeitosa sua vida de mulher-dama-, de mulher-cabra-montês. O interessante é que, sendo uma pecadora, era Pai de Santo ou Ogum Emi dos umbanistas, mais conhecido por Xangô, que ali era, como o é em geral, praticado por caboclos, negros e até brancos, por livres e forros. Culto assexual, que só encara à vida espiritual, o Pai do Santo pode ser representado por u'a mulher, menos quando a virgindade (puberdade) está atingida pelo deus Menes, que é a força motriz uterina sobre a ação lunar, livre do fluxo catamenial perturbador das boas atuações dos irmãos do além.

Era bonita, simpática, andava muito limpa, quebrando sempre a gereba, o vestuário novo, e sempre era vista acompanhando as iaiázinhas, mesmo quando casadas: d. Rosa espôsa do comandante superior Barnabé Francisco Teles, do engenho Tabua de Baixo; d. Maria, consorte do major Hilário de Carvalho Resendes, do engenho Olhos d'Água; d. Ana Joaquina, engenho Buraco, senhora do major Serafim Alvares de Almeida Rocha; d. Felismina, ali no Dira, cônjuge do major Manuel Fernandes da Silveira.

Não tinha papos na língua, falava alto e era de todos acatada. A igreja do Dira vinha de 1703 e era consagrada ao Senhor do Bomfim. Ela a frequentava como boa católica, mas, em um de seus êxtases, disse que seu luxo se extinguiria e que a Igreja seria mudada para o Buraco, profecia que não se realizou. O Dira chegara a ser (1835 — 1836) sede de Juízo de

Paz! Sempre foi, em todos os tempos, um engenho de primeira ordem.

Naquele tempo, era denominada "Buraco" a usina S. Carlos do distinto e operoso proprietário coronel **Silvio Sobral Garcez**, de saudosa memória e genitor do ilustre e operoso intelectual patricio, o jovem **José Augusto Garcez**:

"O que é terreno é da terra,
tudo muda agora e além:
a fé do Dira a Buraco,
Sol Quente vê muito bem".

Em 1844, rivalizavam-lhe o amor o feitor do Dira e o carreiro Francisco José de Oliveira, vulgo Zé-Papai. Era beguin dos dois, mas sabedora do mau gênio do ciumento feitor, pedia prudência a Zé Papai, o qual confiado em seu bom gênio, sua paca-tez, não presumia estar prestes a ser vítima por causa dos quebrantos enfeitadores da perigosa Sol Quente, não julgando que o rival fôsse capaz de brigar, quanto mais de matar.

Nesse tempo, aliás às seríssimas repressões ao crime por parte do governo do dr. Anselmo Francisco Peretti, continuadas por Manuel Vieira Tosta, que assumiu as rédeas da administração a 17 de fevereiro, o primeiro homicídio levado a efeito em Sergipe foi o de Francisco José de Oliveira, vulgo Zé Papai, no caminho da Cacimba, na segunda-feira, 19 de fevereiro, havendo sido o autor o feitor do Dira com um fueiro do carro em que a vítima levava o móvel da tragédia: Sol Quente, que teve de prosseguir a pé a outra metade do itinerário.

Houve muita grita. Os adversários dos senhores da Casa Grande do Dira enviaram ao novo presidente da Província o fueiro homicida. O presidente, mal informado, oficiou ao Chefe de Polícia a 21. Não vendo o chefe de polícia mover-se, pois era preciso intimar-se a Sol Quente para as necessárias informações e isso é que não faria, por difícil, o detentor da Segurança Pública, porque ia mexer com gente muito poderosa, o Governo oficiou ao Subdelegado de Itaporanga a 23, no mesmo sentido. Mais uma vez, tendo o silêncio como resposta, insistiu o chefe do executivo, oficiando, a 6 de março, ao mesmo Subdelegado, ma-

jor Serafim Álvares de Almeida Rocha, 4.^o suplente em exercício (nomeado por Deliberação do Governo de 7 de novembro de 1842, só tirando o título a 5 de agosto seguinte) genro da Casa Grande e daí o silêncio absoluto que se lhe seguiu para todo o sempre, pairando na memória secular só a figura insinuante de Sol Quente do Dira, a Pecadora Santa dos Umbandistas, bem como a Chácara em que a linda e trágica mestiça canta, seguindo-se carmes florais em homenagem a si, a sua história, à guisa de retôrno ao Paraíso.

II

“Hervâncio, sou perfumado,
Vivo alegre, sorridente:
a mim todos querem bem,
por todo o engenho — Sol Quente!

Não tenho ioiô nem iaiá,
sou liberta, independente:
pego fogo em tabocal;
si eu aboio, Sol Quente.

Febre do Vasabarris,
no canavial, docemente,
queimo a tudo num instante,
do Dira sou o Sol Quente.

•
O que é terreno é da terra,
tudo muda, agora e além:
a fé do Dira a Buraco,
Sol Quente vê muito bem.

Senhor do Bomfim do Dira,
melado que visga gente;
quebro a gereba e, faceira,
cana-crioula, Sol Quente.

Mulher - dama, me respeito
só ligo ao bom que me tente;
até os brancos perguntam:
— onde vai, tia Sol Quente?

Vou lavar, lá, na Cacimba,
tomar banho na corrente:
— Zé Papai, olhe o perigo,
o feitor ama a Sol Quente..."

Montou-a no carro o amado,
buscando a morte, imprudente:
rachou-lhe o crânio o feitor,
aos pés da linda Sol Quente.

E o carro não foi além:
jaz o carreiro valente
lá, no meio do caminho...
e de pé seguiu Sol Quente.

E ela canta, resignada,
rosa letal, inconsciente:
"Deixam sangue, muito sangue,
as passadas de Sol Quente".

Ninguém morre sendo umbanda,
por Ogum, Xangô da gente:
descarna Oxóce a Papai,
alegra Exú a Sol Quente.

Cosme, Damião: o feitor,
Zé Papai, no évo presente;
noutro avatar: Inhaçã,
o deus do Amor de Sol Quente.

Nada morre neste mundo:
é a alma fóra da gente;
só a matéria apodrece,
por isso é eterna Sol Quente.

Pecado é o que é maduro,
só a terra o guarda em mente;
com a morte resta a inocência
e Xangô salva a Sol Quente.

Pecou por amor Sol Quente,
mas teve melhores seus:
agacer les femmes, é nada;
duo in carne una é de Deus! ...

A FÔRÇA DO CORAÇÃO

J. GAMA

(Ao espírito magnânimo de Epifânio Dória)

.....

A fôrça do coração é mais valiosa do que as fôrças dos gestos e das palavras. Não tem como estas o estilete do ódio ou da maldade nem a doçura fingida da adulação aviltante.

Sempre a perdoar as faltas alheias não se nega jãmais a olvidar uma ofensa, mesmo quando esta venha de encontro a si, ferindo-a cruelmente.

Tolera pacientemente um capricho não se restringindo às razões da intolerância ou do despeito.

Suplanta a todos os movimentos do espírito, desde quando estes não sejam ditados pela magnanimidade.

Fundida na abnegação e no sacrifício, alça vôos condoreiros aos páramos sublimes do amor fraterno.

Redime os vícios e as fraquezas morais, não se vergando jãmais ao seu contacto, porque em sua essência existe altivez e superioridade.

Inflexível à cólera e aos arroubos dos gestos ridículos, pondera sempre, antes de esgrimir-se em represálias aos desatinos de alguma vontade obstinada.

Expandê aos que a si se aproximam, liberalidades e sentimentos, vivificados pelo calor da consciência e da nobreza.

Refreia os ímpetos audaciosos da inconsciência, imprimindo-lhes serenidade e sensatez.

Acalenta um ideal, desde quando este seja a serviço do bem.

Procura confundir-se entre as virtudes, não para ser glorificada, mas dêste modo, engrandecer-se em sua sublimidade.

Imprime-lhe o brilho e o matiz da sua grandeza aos que têm a dita de possuí-la.

Sobreleva-os no sofrimento e na dor os homens, e transfunde as penas da vida em brilhantes miragens.

Dulcifica o amargor das atribulações, transfundindo-se a cada alma o perfume sutil da sua generosidade.

Proporciona fraternidade e multiplica afetos.

De tôdas as maravilhas do espírito humano em manifestações de sublimidade, nenhuma há que possa superá-la no amor.

Ela acondiciona em si outras virtudes porque não se disvirtua do fim para que foi creada: só ela é a junção do amor humano ao amor divino.

É o elo de aproximação do homem com o homem, que se irmaniza e se confunde num mesmo sentimento.

Essa força positiva de ação, essa soberania de amor, essa superioridade de sentir nos subjuga e nos engrandece!

Essa força admirável do coração, que não se abstrai das contingências naturais da vida, que é inconfundível na sua estrutura, que é a razão da nossa própria grandeza, é a Bondade!

NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO DA CAPELA

Sua elevação a vila se deu em 1833

"A História é o julgamento imparcial dos factos, através do depoimento das pessoas, que d'elles tiveram conhecimento directo por acção de presença, ou indirecto, por tradição oral havidas de gerações anteriores.

José Mariano Filho".

JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS

A História não se inventa.

Não pode ser escrita como os contos da carochinha, ao talante da imaginação. O historiador tem regras a obedecer e respeitar. Quando se quer levantar uma obra o primeiro cuidado deve ser a escolha do material. Assim, antes de tudo, o que escreve sobre uma data, sobre a vida de uma localidade, ha-de colher dados positivos sobre o assunto.

Deve ter a coragem de pesquisar nos arquivos os documentos referentes áqueles fatos, sobretudo e preferentemente, os de cunho official. Em seguida, para maiores esclarecimentos ou para suprir o que não estiver contido neles, recorrerá á tradição, vinda da época através as gerações, os informes que elas guardaram e perpetuaram no tempo.

Só deste jeito, arrimado em documentos, na verdade e na razão dos fatos, poderá o historiador construir obra sólida, verdadeira, digna de fé.

Nem poderia deixar de ser assim, sabido como é de todos ser a História, não um romance, mas um repositório de casos autênticos, reais.

O 1º ha. nunca pesquisou a data. Con-
tra a" que informações subidas a História

*Em sua vida e em sua morte
foi de grande utilidade para a
cidade de Anápolis, e para a
provincia de Minas Gerais!!!...*

Tudo isto nos veio à lembrança despertado pelo CENTENÁRIO DA VILA DA CAPELA, que se quer comemorar agora, sem nenhuma razão que o justifique, sem documentação que o ampare, sem apoio na tradição. Parece, até, que o Intendente da Capela quis, apenas, fazer um centenário por imitação, acompanhando Anápolis e Laranjeiras, que festejaram os seus. Não. Centenário não é moda. Cada localidade, cada homem, tem o seu, no seu tempo. O centenário da elevação da Capela à categoria de VILA foi no ano de 1933! A sua elevação à vila, repetimos, se deu em 1833, pelo Presidente da Província, em conselho, na execução do CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL.

O Conselho Geral da Província, ^{ou} era uma espécie de poder legislativo. Tinha por principal objeto propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais importantes da sua Província; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades e urgências. (Constituição do Império, artigo 81).

O objetivo da referida elevação foi para que a Capela pudesse gozar vantagens que só às Vilas eram conferidas. Dentre elas, enumeramos as seguintes:

Criação da Câmara, criação do 1.º tabelião do público, judicial e notas, escrivão de orfãos, provedoria e anexos. (Constituição cit., art. 167).

Assim, de fato e de direito, a elevação da Capela à Vila data de 1833, época em que começou a disfrutar as prerogativas asseguradas na lei.

Não se venha com o argumento de que a elevação parte da aprovação do ato que lhe deu aquela categoria.

*Em sua vida e em sua morte
foi de grande utilidade para a
cidade de Anápolis, e para a
provincia de Minas Gerais!!!...*

A aprovação ou confirmação não era ato obrigatório da Assembléia. Era prática meramente facultativa. Desde aquele ano (1833) estava a Capela organizada político — jurídico — administrativamente. Tinha CAMARA legal, em pleno funcionamento, como atesta o documento autêntico, dela emanado, que abaixo transcrevemos. (1) Naquela época, a sua vida político — judiciária já estava em franco exercício, o que comprovam, insufismavelmente, os documentos officiaes, que transladamos. (2 e 3). Tanto assim, que o primeiro cartório, criado naquele ano (1833) já estava instalado e sob a direção do seu primeiro serventuário Manoel Gomes de Moura, que exerceu até 1835. Eis porque não

*Ora, bôças, Dr. ! Não foi o Conselho Geral
de Minas, mas o Conselho do Governo, o*

único que tinha atribuições para isso!...

saudamos hoje os capelenses como fizemos por ocasião do segundo centenário da fundação da Capela. O que ali se está comemorando agora não é centenário sinão duma simples aprovação, com o fito de soltar foguete, queimar incenso ao Poder, ou farrear na praça pública.

Somente por uma coisa está hoje de parabens a linda "VERONA DE SERGIPE" — a inauguração de GRUPO ESCOLAR COELHO E CAMPOS, inteiramente reconstruido.

Como homenagem aos que em 1834 pediam ao CONSELHO GERAL DA PROVINCIA a criação de "hua Cadeira Pública de Gramática latina" para o bem da sua mocidade, transcrevemos abaixo o documento referente ao louvável interesse daqueles respeitáveis conterraneos, que ao em vez de coretos inestéticos e monumentos aguias, zelavam pela instrução do povo.

Doc. 1

Ilmos. Exmos. Snrs.

Tendo esta camara dado principio a executar o Codigo do processo na parte que lhe toca, tratou de dividir os Districtos e demarcal-os dividindo o Termo em seis Districtos, sendo as suas denominações; Districto da VILLA, o de Nossa Senhora das Dores, do Pé do banco, de Nossa Senhora do Carmo de Japarutuba, o Arraial do Simiterio e Arraial do Estreito, e incluzo verão Vossas Exas. as divisões dos ditos Districtos, e igualmente enformamos a Vs. Exas. que o ponto mais conveniente para reunião da Junta de Paz dèste termo he no lugar dèsta VILLA, devendo serem as suas reuniões seis vezes em cada um anno.

Deus guarde a Vs. Exas. muitos annos. VILLA de Nossa Senhora da Purificação da Capella 18 de Agosto de 1833.

Ilmos. Exmos. Snrs. Presidente e Conselheiros do Governo dèsta Provincia.

Silvestre de Carvalho Rezende
Hermenegildo José Telles de Menezes
Manoel de Mello Rezende
Francisco Xavier Telles de Menezes Sobral
Jozé da Trindade Prado

(Cópia da divisão a que se refere o officio supra).

*Conse
do de
garin
no!
12 de jun
Puntus?*

DIVISÃO DOS DISTRICTOS DO TERMO DESTA
VILLA DE NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO DA
CAPELLA.

DISTRICTO DA VILLA

Principia do Rio Siriri lugar do Engenho Rossa de Dentro, onde passa a estrada, que vem para a Fazendinha, seguindo por ella athé topar na estrada que vai dessa VILLA para o Pé do Banco, no lugar do Botequim; dahi pela estrada, que segue para o Engenho Piripiri; e deste seguirá pela estrada do sitio das Mortes, thê topar na estrada que vai dessa VILLA para o Engenho Araticum; e logo que topar na dita estrada seguirá pela da Sussuarana, até o Engenho do Lindo, ficando este incluído, dahi seguirá para o Engenho Barroca d'Agua de Miguel Correia, ficando esse incluído; e dahi sahirá pela estrada que vai para o engenho Varzea Grande, ficando esse incluído; e delle sahirá pela estrada, que vai para o Retiro te metter no Rio Japarutuba Grande no lugar da ponte, e pelo dito rio acima the a Barra do Riacho Monteiro; e por elle acima the a estrada que vai para o Forte, seguindo pela mesma estrada a baixo thê a Barroquinha da Aldéia; dahi seguirá pela estrada que vai para a Matta do Sipó the chegar no sangradôr da Lagôa Grande; descera por ella abaixo thê o Engenho da Rossa de Dentro principio de Divisão". No fim deste documento se lê: — "Está conforme" — **Antonio Correia da Silva e Souza**, — Secretário.

Doc. 2

Illmo. e Exmo. Snr,

Tendo recebido o officio de V. Exa. datado de 5 do corrente, passei a officiar a Câmara Municipal desta VILLA para por em execução da Lei de 29 de Novembro do anno passado a respeito da criação do Tribunal do Jury desta VILLA como Vossa Excellência verá da cópia inclusa serei zeloso em promover tudo quanto Vossa Excellência me incumbe.

Deus Guarde a Vossa Excellência muitos annos.

VILLA da Capella 14 de Dezembro de 1833.

Illmo. e Excellentissimo Snr. Presidente desta Provincia.

Amaro José de Souza

Juiz Municipal

(Cópia a que se refere o officio supra).

Recebi hu officio do Exmo. Presidente desta provincia datado 5 do corrente em que me emcumbe tanto lembrar a V. Sas. a criação do Tribunal do Jurf desta VILLA, como coadjuvar a tal respeito no quanto em mim couber, e desde já convido a V. Sas. para quepondo em execução a disposição da Lei de 29 de Novembro de 1832 se dignem officiar aos juizes de Paz deste Município para formarem as listas dos Cidadãos que estiverem nas circuns-tâncias de serem jurados prehenxendo-se as formalidades exigidas pelo art. 24 da citada Lei. Certo dos bons sentimentos Patrióticos dos Illustres Membros de que se compoem essa Câmara, tenho de esperar que esta minha justa requisição será trecebida com agrado, e se executará o quanto nella faço lembrar.

Doc. 3

Illmo. Snr.

Tendo eu representado a esta Câmara a urgente necessidade que sofrem os orphãos deste Município por falta de um cofre, em que se recolhão os dinheiros, e mais preciozidades tendentes a elles, esta me respondeu que mesmo hera da sua urgência semelhante providência. O que posto, estando da minha parte olhar para a segurança e guarda de taes bens, e ignorando ao mesmo tempo o melhor meio de fazer para isso represento a V. Exa. para que dignando-se dar-me o necessário esclarecimento a tal respeito me determine o que ei de seguir, afim de acautelar bens de tanta entidade.

Deus guarde a V. Exa. por mais annos. Villa da Capella 5 de Março de 1834. Illmo. Exmo. Snr. Presidente José Joaquim Guimarães de Moraes Navavro. Silvestre de Carvalho Rezende — Juiz de orfãos.

(Despacho — "A' Commissão Especial em 22 de Janeiro de 1834)".

Esta Câmara mais elevada do interesse público, resplendor da Nação, civilidade e prosperio da mocidade deste Município se dirige a Vs. Exas. afim de que determinem para essa VILLA hua Cadeira Pública de Gramática latina, cuja constitucional benevolência possuem as demais Villas do Império, e a constituição é geral para todos.

Deus Guarde a Vs. Exas.

Sala das Sessões 11 de Janeiro de 1834.

Illmo. e Exmo. Senhor Presidente e mais vogais do Conselho Geral da Província.

Silvestre de Carvalho Rezende P.
Thomás de Aquino Soares Vieira
Manoel de Mello Rezende
Jozé da Trindade Prado
Pedro Vieira de Mattos
Antonio Correia Dantas

A Commissão Especial, a quem foram presentes as representações da Câmara da VILLA DA CAPELLA e dos habitantes da Freguezia de Divina Pastora sobre criação de Aulas de Gramática Latina he de Perecer.

Que na VILLA DA CAPELLA se faz necessário a criação de hua Cadeira de Gramática Latina tanto pela população da VILLA e seu termo, como por ficar central e mui distante dos lugares, onde existem semelhantes aulas: o que na Freguezia da Divina Pastora, não se faz necessário; não só pela deminuta população, como por ficar perto das Villas de Santo Amaro e Laranjeiras, onde há mencionadas Aulas, e por onde podem concorrer os habitantes da dita Freguezia com mui pouco detrimento.

Paço do Conselho Geral de Sergipe 25 de Janeiro de 1834.

Raymundo de Campos e Silveira
Joaquim Mauricio Cardoso

(Despacho — “Aprovado, reverter a Commissão para reduzir a proposta quanto a criação de Gramática Latina para a VILLA de CAPELLA”).

Podemos afirmar ser o trabalho acima da autoria do Dr. João Dantas Martins dos Reis, em colaboração com Adroaldo Campos. Foi publicado em folhêto e no “Estado de Sergipe” de 9-1-1935.

O Dr. João Dantas em nota a um seu trabalho sob o título — A Cidade da Capela, sua fundação — publicado no primeiro número da “Revista de Aracaju” — da prefeitura do município de Aracaju, esclarece e confirma essa nossa afirmativa.

NOTA — Todos os documentos acima se acham no Archivo da Secretaria do Governo.

Wagner Almeida de Azevedo, em nome do Sr. Dantas, resolveu criar a V.ª, sendo que a A.ª foi multiplicada por duas e não mais pelo Sr. D. de A.ª em nome extraordinário!...

RELAÇÃO

dos indivíduos providos nas diversas Cadeiras de Primeiras Letras desta Província de Serge. d'El Rey, na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827, com declaração dos vencimentos q. interiname, devem perceber por anno:

Antonio José Peixoto Valladares, na Cadeira do Ensino Mutuo da Cidade de São Christovão, Capital da mma. Prova., com o ordenado de 300\$000;

Simião Esteves da Silva, na Cadeira da Va. de Sta. Luzia com o ordenado de 250\$000;

Jozé Pinheiro do Sacramento, na Cadeira da povoação da Estancia com o ordenado de 250\$000;

Joaquim Mauricio Cardozo, na cadeira novamente creada na dita Povoação da Estância, Tro. da Va. de Santa Luzia, com o ordenado de 250\$000;

Manoel Joaquim da Gama, na Cadra. novamente creada na Povoação da Itabaianinha, Termo da Va. do Lagarto, com o ordenado de 200\$000;

Antonio Ricardo dos Martyres, na Cadeira da Va. do Lagto. com o ordenado de 250\$000;

Antonio Soares da Sa., na Cadra. novamte. creada na Povoação de Simão Dias, Termo da Villa do Lagarto com o ordenado de 200\$000;

Patrício Luiz Amado, na Cadra. novamte. creada da Povm. de N. Senhora dos Campos do Rio RI. de cima Tro. da Va. do Lagto. com o ordenado de 200\$000;

Franco. Felix de Ola., na Cadeira da Povoacm. de Itaporanga, termo desta Capital, com o ordenado de 200\$000;

Francisco Manoel de Barcellos, na Cadeira da Povoação das Laranjas., Termo desta Capital, com o ordenado de 250\$000;

Antonio Luiz de Ola., na Cadeira da Povoação do Soccorro, Termo desta Capital, com o ordenado de 200\$000;

Jozé Lopes de Souza, na Cadeira da Villa de Sto. Amaro das Brotas, com o ordenado de 250\$000;

Jozé Gonçalves de Sena, na Cadeira da Povoação do Rosário, Tro. da Villa de Sto. Amaro, com o ordenado de 200\$000;

Antonio Joaquim Pitanga, na Cadeira da Povoação de N. Senhora Divina Pastora, Tro. da Va. Sto. Amaro, com o ordenado de 200\$000;

Rufino Jozé Dias Cardozo, na Cadeira da Povoação da Capella, Tro. da Villa de Sto. Amaro, com o ordenado de 200\$000;

Joaquim Jozé Ferreira, na Cadeira da Missão de S. Pedro, Termo da Villa de Propriá, com o ordenado de 200\$000;

Antonio Corra. de Araujo Cedro, na Cadeira da Va. de Itabaiana, com o ordenado de 250\$000;

Francisco Jozé Vieira de Andrade, na Cadra. da Povoação de Sta. Anna, Tro. da Va. de Itabaiana, com o ordenado de 200\$00;

Leão Magno Ramos, na Cadeira da Va. de Propriá, com o ordenado de 250\$000;

Francisco Manoel Prudente, na Cadeira da Missão da Pacatuba, Tro. da Va. de Na. do Ro. de S. Franco., com o ordenado de 200\$000;

Agostinho Jozé Caetano, na Cadra. novamte. creada da Povoação de N. Senhora da Boa Hora do Campo do Brito, Termo da Villa de Itabaiana, 200\$000;

Manoel Francisco Lino, na Cadeira novamte. creada na Povoação da Capella do Bom Jesus, Termo da Villa de Sto. Amaro das Brotas, com o ordenado de 200\$000.

“OBSERVAÇÕES”

A Cadeira de las. Letras da Villa Nova Acha-se Confirmada por Sua Majestade o Imperadôr, e regida por João Pereira de Oliveira.

Palácio do Govêrno de Sergipe de El Rey 30 de Março de 1829.

JUSTINIANO DE MELO E SILVA, FILOSÓFO E HISTORIADOR

Dr. LUIZ CARLOS ROLLEMBERG DANTAS

Poucos são os que ainda hoje recordam o nome de Justiniano de Melo e Silva; alguns mais numerosos, felizmente conhecem o nome de A. SERGIPE, pseudônimo de que se serviu para apresentar sua obra "NOVA LUZ SÔBRE O PASSADO" que deveria ser a sua grande obra.

Justiniano de Melo e Silva nasceu em Larangeiras, no ano de 1853, de família de origem pernambucana. Concluiu sua educação literária, como era comum na época, quando estávamos sob o signo de Tobias Barreto, na Faculdade de Direito de Recife. Já nessa época, redigiu com Silvio Romero o jornal literário "A Crença".

Em 1871 regressou a Sergipe, e, segundo nos informa Armindo Guaraná, obteve neste mesmo ano a cadeira de inglês do Ateneu Sergipense. É significativo que, no seu primeiro contacto com o magistério, tenha se dedicado ao ensino da língua inglesa, pois Justiniano de Melo e Silva seria mais tarde um filólogo, um grande conhecedor de linguas, sobretudo, das linguas mortas das civilizações antigas. Como historiador e sociólogo, seu método de exposição será baseado sobretudo na interpretação das raízes primitivas da linguagem.

Não se demorou em Sergipe, naquela ocasião, Justiniano de Melo e Silva; no mesmo ano, esteve no Estado do Rio Grande do Sul e de lá passou ao Uruguay e à Argentina. No ano de 1875,

recebeu o gráu de doutor em ciências sociaes na Faculdade de Cordoba, na Argentina.

Regressou ao Brasil ainda em 1875, sendo então nomeado Secretário do Governo do Paraná, Estado onde residiu durante mais de 20 anos, elegendo-se deputado provincial por quatro legislaturas.

De novo em Sergipe no ano de 1896, exerceu o magistério no Ateneu Sergipense, como lente de História Universal e da Civilização. Em 1906, quando publicada sua obra "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO", ainda aqui se encontrava. Depois, novamente emigrou para o Sul, residiu no interior de Minas e em Colatina no Estado do Espírito Santo, onde faleceu em 1940, já ancião, com 87 anos de idade, em quase completa obscuridade.

Justiniano de Melo e Silva foi também poeta. Silvio Romero, no "Parnaso Sergipano, coligiu dois dos seus poemas. São poemas líricos, de inspiração romântica, onde se pressente alguns traços de uma visão já soturna do mundo e da angústia que haveria de ser sem dúvida o estigma permanente do pensador e filósofo. De todo pensador e filósofo.

Desconheço as datas em que foram publicados estes poemas e se Justiniano de Melo cultivou a poesia apenas na sua juventude, ou, se permaneceu com ela até a maturidade. O mesmo Silvio Romero, quando estudou os poetas sergipanos do século XIX, procurando fixar entre eles quatro tendências dominantes, colocou Justiniano de Melo e Silva no segundo grupo — o condoreiro. O condoreirismo em Sergipe, segundo Silvio, teria como mestre Tobias Barreto, e como discípulos: José Jorge de Siqueira Filho, Pedro Moreira e Justiniano de Melo.

Se fôra pelos seus poemas, já envelhecidos e que não encontrariam leitores, excetuados os estudiosos de sua pessoa, o nome de Justiniano de Melo e Silva, já teria encontrado a penumbra do passado. Mas, qual preciosa pedra renitente a ofuscar na noite, permaneceu ainda a sua obra "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO" que o autor publicara em 1906 sob o pseudônimo de A. Sergipe. E, para o futuro, é possível que o nome do seu autor se olvide, para permanecer o pseudônimo de A. Sergipe.

O título mesmo da obra já nos esclarece: "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO. A HUMANIDADE PRIMITIVA E OS POVOS PELASGICOS. RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA PELA INTERPRETAÇÃO CIENTÍFICA DOS MYTOS, LEGENDAS, MONUMENTOS, LINGUAS, TEXTOS, USOS E TRADIÇÕES", por A. Sergipe. E o primeiro volume traz como subtítulo: "O EGYPTO e o MUNDO"; e tem 700 páginas compactas. A obra deveria ter outro ou outros volumes. Foi apenas publicado o primeiro e o outro, ou os demais, foram destruídos no incêndio da Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, em 1911.

Fausto Cardoso, grande amigo e admirador de Justiniano de Melo, apresentou, em fins de 1905, um requerimento na Câmara dos Deputados, solicitando fôsse o Governo da União autorizado a imprimir a obra de A. Sergipe. São extraordinários os termos da louvação que fez à obra, a qual, representaria "20 anos de trabalhos, passados entre as paredes de um gabinete". O requerimento de Fausto Cardoso contou com o apoio decisivo do deputado Alencar Guimarães, do Paraná, Estado onde vivera longos anos Justiniano de Melo. Afinal, foi o projeto aprovado, os manuscritos entregues, e a Imprensa Nacional autorizada a imprimir a obra.

Publicado o primeiro volume, a crítica da época o recebeu muito mal. "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO" foi considerada como alguma coisa de monstruosa, verdadeiro amontoado de extravagâncias, sem significação e sem nexos, obra sem dúvida de algum maníaco.

Fausto Cardoso, que poderia apresenta-la e ser o seu paladino nos meios literários, já desaparecera, vitimado em Agosto de 1906. As apreciações desfavoráveis da crítica pesaram no espírito público e até no ânimo do Governo que mandou suspender a publicação dos volumes seguintes. Os manuscritos que estavam na Imprensa Nacional foram destruídos pelo incêndio ocorrido poucos anos após. E, só mais tarde, em 1914, é que Farias Brito iria fazer a revisão da crítica leviana e banal, que no primeiro momento apedrejara o autor, sem considerar o que havia ali de sacrifício, de esforço e trabalho. "A obra de A. Sergipe, diz Farias Brito, merece ser examinada e deve ser to-

mada a sério, e ainda que seja encarada como um simples romance, obra de pura imaginação, não deixa de despertar interesse. A exposição é magnífica e o estilo é sempre limpo e, às vezes, até grandioso. Se se trata de um louco é decerto um louco bem singular”.

O tema fundamental de “NOVA LUZ SÔBRE O PASSADO” é o problema da queda e da corrupção do homem. Problema que toca às origens da civilização. Pretende A. Sergipe haver descoberto uma interpretação com a qual se julga habilitado a desvendar os mais antigos mistérios da História, reconstituindo de modo novo o passado do mundo primitivo. Sua longa exposição desenvolve uma espécie de romance cósmico, tenebroso e sombrio, das origens da civilização, ou melhor, do crime com que a humanidade fez sua entrada na civilização.

É verdade que A. Sergipe nos fala num tom de profeta dos nossos tempos. Isso o torna suspeito, dando-lhe a aparência de personagem que vem do outro mundo fazer revelações. Seu método de demonstração também é complicado, cansativo, mesmo extenuante, e, em grande parte arbitrário. Seu processo de prova se apoia, principalmente, no exame da estrutura das palavras e na interpretação das raízes primitivas da linguagem, o que torna o livro de uma uniformidade monótona. Aliás, sua obra não é para ser abordada por uma simples leitura: é para ser estudada. Um amigo que tentou ler a obra, simplesmente, confessou-me que teve a impressão de mastigar cortiça...

Mas, o exame dos vocábulos é essencial ao seu método, pois, por razões originaes suas, acredita A. Sergipe que a linguagem dos povos antigos foi um instrumento de que se serviram estes para perpetuar sua história. Além da análise linguística, às vezes o autor se detém a descrever um monumento e a interpretar um costume ou tradição; nestes momentos o livro se torna até atraente.

De seus estudos históricos a conclusão fundamental foi a seguinte: que, anteriormente à civilização do antigo Egito, a terra fora teatro de outra civilização, de uma velha raça branca asiática, que, debilitada em consequência de uma crise cosmológica por que passou o planeta, desapareceu em consequência de

um grande crime coletivo. Esse grande crime foi o trucidamento da antiquíssima raça asiática por duas raças novas, os Etiopes, do Sul, e os Libios ou Marmáridas, do Oeste da Africa, surgidos em consequência das novas condições de vida no planeta. Exterminada a primitiva civilização, os vencedores se apossaram das mulheres da raça vencida.

Do extermínio coletivo de uma raça e do roubo das suas mulheres, guardamos nós a idéia do pecado original, que nada mais seria que uma representação figurativa e simbólica daqueles acontecimentos.

Dai, concluir A. Sergipe pessimistamente, sob forte influência de Schopenhauer, que, pelas suas origens, é o homem um decaído, representando sua civilização atual uma anarquia crônica, essencial e invariável. O que se chama civilização nada mais seria para A. Sergipe que o esforço contínuo, desesperado, para resistir à tendência atávica para a decadência e a barbaria.

Essa, em poucas palavras, a síntese das idéias de A. Sergipe. Farias Brito, num dos seus livros, dedicou vinte páginas à exposição e análise das teses de "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO" e, julgando-a "uma obra formidável e estranha", achou temerário expressar um julgamento definitivo sobre ela. A opinião grave de Farias Brito coarctou-se à dos críticos levianos, como, por exemplo, Agripino Grieco, que, com a preocupação comoda de fazer espirito, disse que "o filósofo de NOVA LUZ SOBRE O PASSADO era um maníaco que vivia trancado em casa, ensinando filosofia de Hegel a uma cabra...

Em Belo-Horizonte, certa vez, ouvi de um professor da Escola de Engenharia, que OSWALD SPENGLER, o grande historiador alemão, já conhecendo o primeiro volume de "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO", mandara procurar, por intermédio da Biblioteca Nacional, os volumes seguintes. Ignorando que os volumes seguintes haviam sido destruídos, em manuscrito, e jamais foram publicados.

Seria leviano, portanto, pretender julgar uma obra que tanto interesse tem suscitado entre homens tão ilustres e que custou 20 anos de estudo e meditação ao seu autor. O julgamento definitivo — pois esta obra não foi absolutamente julgada nem deve sê-lo apressadamente — só poderá ser dado pelo especialista.

Por enquanto, contentemo-nos com a apreciação de FARIAS BRITO, que entre nós foi quem com mais autoridade apreciou "NOVA LUZ SOBRE O PASSADO": "é evidente, diz êle, que qualquer que seja sua significação, esta obra pertence ao número destes trabalhos extraordinários que valem por toda a vida, por todo o pensamento, por todo o esforço e por toda a alma de um homem".

(Este estudo foi lido na Rádio Liberdade, no dia 22-1-1954, no programa Joias Humanas de Sergipe).

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1 9 4 9

Sessão solene de 4 de Janeiro de
1949, comemorativa do 1.º centenário do
nascimento do general Valadão.

Aos quatro dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos quarenta e nove, às vinte horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da diretoria do mesmo Instituto, vários sócios, o senhor Governador do Estado Dr. José Roldemberg Leite, o comandante da guarnição federal Coronel João Tavares da Mota, secretários de Estado e outras autoridades civis e militares, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, e o representante da família, o bacharelando Fernando Valadão, foi aberta a sessão pelo presidente Dr. Garcia Moreno que, depois de explicar o fim da sessão solene, convidou para occuparem lugares na mesa o governador do Estado, o comandante da guarnição federal, o Prefeito da Capital, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, e o deputado coronel Francisco de Souza Porto, o representante da família Valadão e o orador oficial da sociedade, capitão Damião Mendonça de Santana.

Não houve leitura de ata nem de expediente. Deu a seguir o presidente a palavra ao capitão Damião Mendonça de Santana que, sob aplausos da assistência, proferiu eloquente discurso sobre a figura distinta do saudoso militar e político, cujo centenário transcorria, causando o seu discurso excelente impressão, e sendo aplaudido com uma salva de palmas da seleta assistência.

Obteve a palavra, em seguida, o bacharelando Fernando Valadão que leu comovente discurso de agradecimento ao sodalício, em nome de sua distinta família, merecendo também palmas da assistência. Nada mais occorrendo foi encerrada a brilhante e concorrida sessão, depois dos agradecimentos do presidente do sodalício às pessoas que compareceram à mesma. A seguir lavrei eu,

Maria Conceição Dias, terefeira do Instituto; a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário, Senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(AA) Garcia Moreno

Felto Bezerra

José Hermenegildo da Cruz

Epifânio da Fonseca Dória

Maria da Conceição Melo Costa

Antonio Soares Santana

Sessão ordinária da Diretoria, de 12
de Fevereiro de 1949.

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezesseis horas, na sala IVO DO PRADO do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria, doutor Garcia Moreno, capitão Damião Mendonça, doutor Felto Bezerra, professor José Augusto e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro de mil novecentos quarenta e oito, deixando de ser lida a de quatro de Janeiro deste ano por não ter sido lavrada ainda.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (7) de Dona Diva de Oliveira Moura, transmitindo excusa do seu progenitor Francisco Moura, que alega não poder fazer parte do quadro de sócios benfeitores do Instituto; de Paulo Nunes, apresentando igual excusa de sua parte; do doutor Gontran Reis (2) comunicando aceitar a indicação do seu nome para sócio benfeitor e remetendo a importância correspondente a sua joia; do ministro doutor Anibal Freire da Fonseca, no mesmo sentido; de Clarkson de Melo Menezes, fazendo uma sugestão; de Fabio Rolim, remetendo um retrato do sócio correspondente Dom Gumerindo Busto.

Cartões (7) do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, enviando cumprimentos de Natal e Ano Bom da Faculdade de Direito de S. Paulo, enviando um exemplar do volume XLI de sua Revista; do doutor Copernico Pinto Coelho, enviando um exemplar do volume III da Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais de que é primeiro Secretário; do diretor do Arquivo Municipal da Capital da Bahia, enviando publicações oficiais do mesmo Arquivo; do doutor Francisco Franklin da Fonseca Passos, enviando a joia de sócio benfeitor do ministro Anibal Freire, de ordem do mesmo; da viúva do consócio doutor Costa Filho, agradecendo as condolências que lhe foram enviadas.

Circulares (2) da Companhia de Seguros, desta Capital, comunicando a transferência do seu escritório para o edifício Cahral, da Irmandade de São Benedito, desta Capital, comunicando a eleição de sua nova Diretoria.

Ofícios (11) da Comissão do 1.º Congresso de História da Bahia, sugerindo a representação de sócios deste Instituto no referido Congresso; do Inspetor

Regional de Estatística neste Estado (2) pedindo dados estatísticos; do Dr. Tomás Fidas Jimenez, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente; do Secretário Geral do Estado do Piauí, comunicando a remessa ao Instituto de leis estaduais que lhe foram pedidas; da Organização dos Estados Americanos, enviando um questionário para ser respondido; do Secretário do Interior e Justiça do Espírito Santo, comunicando a remessa de um exemplar da Constituição política do mesmo Estado; da Prefeitura Municipal da cidade do Salvador, Bahia, enviando publicações oficiais da mesma Prefeitura; do Secretário Geral do Estado do Rio Grande do Norte, enviando um exemplar da Constituição do mesmo Estado; do Inspector Regional de Estatística em Pernambuco, remetendo impressos relativos às próximas comemorações do Centenário do Dr. Joaquim Nabuco e da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro, remetendo números de sua revista.

Parecer (1) da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela aceitação do Doutor Adalberto Vieira Dantas para o quadro de sócios efetivos, o qual ficou reservado à ordem do dia desta sessão.

Proposta (1) apoiada por cinco sócios quites para aceitação dos candidatos Francisco Rizzo, Lafalete de Assis Belo e Nelson Vitor de Moraes Belo, todos residentes em Maceió - Alagoas, para sócios correspondentes, despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegrama (1) do Dr. Newton Nobre de Lacerda comunicando aceitar a indicação do seu nome para sócio benfeitor e dizendo que vai remeter a respectiva joia.

Aberta a Ordem do dia foi lido e submetido à discussão o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, favorável à aceitação do candidato ao quadro de sócios efetivos Dr. Adalberto Vieira Dantas. Reinando silêncio foi dado como aprovado unanimemente, mandando o presidente fazer a comunicação ao novo sócio. Usou da palavra o consócio Epifânio Dória que fez alguns comentários sobre o prematuro falecimento do grande sergipano ministro Bernardino José de Souza e do Dr. Antônio Carlos Simões da Silva, na Capital Federal, requereu, sendo atendido, que se lançasse na ata um voto de pesar pela perda dessas grandes figuras das letras do país. Em continuação o consócio Epifânio Dória acentuou que o quadro de sócios benfeitores já contava cinquenta e dois sócios inscritos, com pagamento da respectiva joia, faltando apenas oito para se completar o mesmo quadro, o que se poderia chamar de resultado auspicioso. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tateleira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário Senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(AA) Garcia Moreno

Felto Bezerra

José Hermenegildo da Cruz

Maria da Conceição Melo Costa

Epifânio da Fonseca Dória

Antonio Soares Santana

TÉRMO DE COMPARECIMENTO

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no salão Ivo do Prado do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria doutor Garcia Moreno e doutor Felte Bezerra, verificou o presidente, doutor Garcia Moreno, não haver número legal para deliberações, mandando a mim, Maria Conceição Dias, tarteira auxiliar, que lavrasse este termo para registro da ocorrência, o que fiz, devendo o mesmo ser lido, discutido e votado pela Diretoria na primeira sessão que se realizar.

(AA) Garcia Moreno
Felte Bezerra
José Hermenegildo da Cruz
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Antonio Soares Santana

TÉRMO DE COMPARECIMENTO

Aos seis dias do mês de Abril do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no salão Ivo do Prado, do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria, doutor Garcia Moreno e doutor Felte Bezerra, verificou o presidente, doutor Garcia Moreno, não haver número legal para deliberações, mandando a mim Maria Conceição Dias, tarteira auxiliar, que lavrasse este termo para ficar como registro do ocorrido, o que fiz, devendo o mesmo ser lido, dado à discussão, e votado na primeira sessão que se realizar.

(AA) Garcia Moreno
Felte Bezerra
José Hermenegildo da Cruz
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Antonio Soares Santana

TÉRMO DE COMPARECIMENTO

Aos seis dias do mês de Maio do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas no salão Ivo do Prado do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o doutor Garcia Moreno, e o doutor Felte Bezerra, verificou o presidente doutor Garcia Moreno, não haver número legal

para deliberações, mandando a mim, Maria Conceição Dias, tarefa auxiliar lavrar o presente termo para ficar como registro do ocorrido, o qual será lido, dado à discussão e votado na primeira sessão que se realizar.

(AA) Garcia Moreno

Felto Bezerra

José Hermenegildo da Cruz

Maria da Conceição Melo Costa

Epitânio da Fonseca Dória

Antonio Soares Santana

TÉRMO DE COMPARECIMENTO

Aos seis dias do mês de Junho do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no salão Ivo do Prado do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o doutor Garcia Moreno e doutor Felto Bezerra, verificou o presidente, doutor Garcia Moreno, que não havia número legal para deliberações, mandando a mim, Maria Conceição Dias, tarefa auxiliar, lavrar este termo para ficar como registro do ocorrido, o qual será lido, dado à discussão e votado na primeira sessão que se realizar.

(AA) Garcia Moreno

Felto Bezerra

José Hermenegildo da Cruz

Maria da Conceição Melo Costa

José Hermenegildo da Cruz

Antonio Soares Santana

Sessão ordinária da Diretoria, de 15
de Julho de 1949.

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, na sala Ivo do Prado, do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria doutor Garcia Moreno, Epitânio Dória, doutor Felto Bezerra, capitão Damião Mendonça, professor José Augusto e Antônio Soares Santana, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro. Não houve leitura de ata por não estarem lavradas ainda, conforme informou o primeiro Secretário Epitânio Dória. O expediente consistiu do seguinte.

Cartas (14) do sócio correspondente doutor Balcão Sobrinho, pedindo a remessa de números da Revista; do Doutor Demócrito de Vasconcelos Linhares, comunicando a remessa da importância de sua joia de sócio benfeitor; doutor

Francisco Muniz Barreto, e do general Durival de Brito e Silva, no mesmo sentido; de Edison Pais de Melo, excusando-se da aceitação de sócio benfeitor; da Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha, pedindo a remessa de publicações; de Fábio Conceição, em identico sentido; do consócio doutor Felte Bezerra fazendo sessão do original do seu trabalho "Etnias Sergipanas" para o Instituto fazer uma tiragem de 500 exemplares, dando-lhe 100 dos mesmos exemplares e explorando a venda dos demais; do Institute of Historical Research Senate House, de Londres, pedindo a remessa da Revista; do Instituto Brasileiro de História da Marinha, agradecendo a remessa de números da Revista e pedindo publicações; do general Juarez Tavora, agradecendo atenções do Instituto; da Organização dos Estudos Americanos, de Washington, agradecendo a devolução de um questionário; do Rotary Clube do Recife, comunicando ter remetido publicações ao Instituto; da Sociedade Brasileira de Geografia, do Rio de Janeiro, comunicando a remessa de números de sua revista.

Cartões (4) da Faculdade de Direito de S. Paulo, enviando o último volume de sua Revista; do Bispo Diocesano desta Capital, convidando o sedalista para tomar parte na Pascoa dos homens a 29 de Junho deste ano; da família imperial brasileira, comunicando o casamento do príncipe Dom João de Orleans e Bragança com a princesa Fatima Toussoun; do Presidente do Banco do Brasil, oferecendo um exemplar do Relatório do mesmo Banco, correspondente ao ano de 1948.

Circulares (4) da Associação Profissional dos Contabilistas no Estado de Sergipe, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; do Nucleo Jornalista da Associação Sergipana de Imprensa em Propria, convidando o Instituto para a festa comemorativa do seu segundo aniversário; do Conselho Nacional de Geografia, comunicando a próxima realização da I Reunião Pan Americana de Consulta sobre Geografia, na Capital da República, e pedindo fazer essa comunicação a todos os sócios do Instituto; da Livraria Editora Kosmos, do Rio de Janeiro, comunicando a publicação da obra *Whos Who in Latin America*.

Ofícios (10) do Prefeito Municipal de S. Cristóvão, comunicando a remessa de um exemplar da lei orçamentária daquele município; ao Museu Paulista, do diretor da Biblioteca Nacional, e do diretor da Imprensa Oficial da Bahia, comunicando a remessa de publicações, que lhes foram pedidas; da Biblioteca Nacional, pedindo a remessa de números antigos da Revista deste Instituto; da Inspetoria Regional de Estatística em Sergipe, (3) pedindo o preenchimento de questionários que enviou; do encarregado da administração dos serviços de agua e esgotos, sobre pagamento de taxas; do auxiliar de gabinete do Senhor Governador do Estado, fazendo uma proposta para efetuar o Estado a compra de um quadro de Horácio Hora. Este último ofício ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Pareceres (2) opinando pela aceitação do bacharelado em direito Fernando Valadão, para sócio efetivo e dos Senhores Francisco Rizzo, Lafete de Assis Belo e Nelson Vitor de Morais Belo, residentes em Maceló, para sócios correspondentes. Os dois pareceres ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (3), uma do General Juarez do Nascimento Fernandes Tavora, para sócio honorário, e duas outras para sócios correspondentes, com indicação dos nomes da professora Maria da Conceição Martins Ribeiro, residente em S. Paulo, e professor Leopoldo Campos Monteiro, residente na Bahia. As duas ultimas foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios e a primeira ficou reservada à ordem do dia desta sessão.

Telegramas (3) do Doutor José Calazans, comunicando aceitar a incumbência que lhe foi dada por este Instituto de representalo no Congresso de História, na Bahia; do Presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando este Instituto para a instalação de sua sessão ordinária do presente ano; e do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convidando este Instituto a se fazer representar no 4.º Congresso de História Nacional.

Constou ainda o expediente de grande quantidade de livros, opusculos, Revistas e Jornais recebidos de varias procedências.

Aberta a ordem do dia o presidente mandou proceder à leitura da proposta de sócio honorário, em que foi indicado o nome do General Juarez do Nascimento Fernandes Tavora, explicando que tendo assinado a proposta os membros da Comissão de Admissão de sócios, era desnecessário o seu parecer, pois os seus membros assinando a proposta demonstraram estar de acordo com ela. Posta a votos a proposta foi unanimemente aprovada, mandando o presidente que se fizesse a devida comunicação ao eleito. Lidos os dois outros pareceres e postos em votação foram também unanimemente aprovados, ficando acertos para sócios efetivo o bacharelado Fernando Valadão e para correspondentes os senhores Francisco Rizzo, Lafaiete de Assis Belo e Nelson Vitor de Morais Belo, mandando o presidente que a secretaria communicasse aos mesmos este resultado.

Foi lido e submetido a debates e offício do auxiliar de gabinete do Governador deste Estado, propondo-se a oferecer ao sodalite o quadro "Outono" do pintor sergipano Horácio Hora, premiado no Salon, em Paris, de vez que o Instituto auxilia o Estado na compra do referido quadro, estimado em vinte mil cruzeiros. Falou o consócio Epifânio Dória propondo que se aceitasse a oferta do quadro como um grande donativo do Estado, auxiliando o Instituto a compra com a quantia de cinco mil cruzeiros, proposta que foi unanimemente aprovada, mandando o presidente que se desse conhecimento dela ao Chefe do Estado. Ainda com a palavra o consócio Epifânio Dória lembrou que no próximo dia trinta deverá ser efetuada a eleição da Diretoria do biénio de 1949 — 1951, tecendo considerações a respeito. O presidente mandou que se publicasse edital convidando os sócios para a mesma eleição.

O consócio Epifânio Dória, lembrando o falecimento dos consócios Dr. Antônio Militão de Braqança, occrido nesta Capital a 27 de Março último e Nelson de Freitas Garcéz, falecido a 25 de Junho findo, também nesta Capital, propõe que se lançasse na ata de hoje um voto de pesar pelo falecimento dos mesmos, propondo, ao mesmo tempo, igual homenagem à memoria do jornalista conterraneo Antônio Gervasio de Sa Barreto, falecido em Laranjeiras a 23 do referido mês de Junho, propostas que foram aprovadas.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefeira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário Senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(AA) Garcia Moreno
Felte Bezerra
José Hermenegildo da Cruz
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Antonio Soares Santana

Sessão de eleição da Diretoria e
Comissões Permanentes, para o biênio
de 1949 — 1951.

As quatorze horas do dia trinta de Julho do ano de mil novecentos quarenta e nove, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com a presença de número legal de sócios, foram aclamados para comporem a mesa eleitoral os sócios doutor Lauro Barreto Fontes, presidente; doutor Francisco Alberto Bragança da Azevedo, primeiro secretário e Onésimo de Araújo Pinto, segundo Secretário.

Constituída a mesa o presidente declarou aberta a sessão de Assembléa Geral. Não houve leitura de ata nem de expediente. O presidente abriu a urna que se achava sobre a mesa, mostrou-a aos presentes para que vissem estar a mesma vazia. Fechou-a, a seguir à chave, pondo depois a mesma chave dentro de um envelope que fechou à goma. Iniciando-se em seguida a votação que correu sem nenhum incidente. Cada sócio que comparecia assinava o livro de presença e depositava na urna a sua cédula, em envelope fechado, retirando-se depois. Terminada a votação às dezessete horas, o presidente constatou, pelas assinaturas lançadas no livro de presença, que compareceram e votaram oitenta e sete sócios. Rompeu em seguida o envelope que continha a chave da urna, abriu esta e retirou de dentro as cédulas, que contou e verificou terem em número de oitenta e sete, igual ao número de assinaturas lançadas no livro de presença. Isto feito, declarou que se ia proceder à apuração dos votos, designando para escrutinadores os sócios Eliezer Leopoldino de Santana e José Garcéz Dória.

Nesta ocasião o sócio doutor José de Magalhães Carneiro apresentou um protesto verbal declarando que a sessão não tinha obedecido ao preceituado no artigo vinte e sete dos Estatutos, conquanto reconhecesse que a eleição decorreu livremente e com honestidade. O presidente mandou que se fizesse constar em ata o protesto aludido, depois do que iniciou a apuração, cujo resultado foi o seguinte: Para Presidente, Doutor João Batista Perez Garcia Moreno, setenta e quatro votos; Capitão Damião Mendonça de Santana, nove votos; Epifânio da Fonseca Dória, dois votos; professor José Augusto da Rocha Lima, um voto; em branco, um voto. Para primeiro vice-Presidente, doutor Felte Bezerra, setenta e quatro votos; Professor José de Magalhães Carneiro, doze votos; doutor Severino

Pessoa Uchôa, um voto. Para segundo vice-Presidente, doutor Fernando da Figueiredo Porto, setenta e quatro votos; Monsenhor Carlos Carmello Costa, treze votos; Para Secretário Geral, Epifânio da Fonseca Dória, setenta e quatro votos; doutor João Marques Guimarães, doze votos; doutor João Maynard Barreto, um voto. Para primeiro Secretário, José Hermenegildo Cruz, setenta e quatro votos; Epifânio da Fonseca Dória, dez votos; Armando Barreto, Cônego Domingos Fonseca e José Amado Nascimento, um voto cada. Para segundo Secretário, Dona Maria da Conceição Melo Costa, setenta e quatro votos; Armando Barreto, doze votos e capitão Damião Mendonça de Santana, um voto. Para orador, professor José Augusto da Rocha Lima, setenta e cinco votos; doutor Severino Pessoa Uchôa, doze votos. Para Tesoureiro, contador Antonio Soares de Santana, setenta e quatro votos; jornalista Eliezer Leopoldino de Santana, treze votos.

Para membros da Comissão de Fazenda e Orçamento, coronel Francisco de Souza Porto, oitenta e sete votos; Irineu Marques de Oliveira, oitenta e seis votos; professor Benedito Alves de Oliveira, setenta e três votos; Onésimo de Araújo Pinto, doze votos; cônego Domingos Fonseca de Almeida, doutor Niceu Dantas e doutor Lauro Barreto Fontes, um voto. Para membros da Comissão de História, doutor Gonzalo Rollemberg Leite, setenta e seis votos; João Alves Bezerra, setenta e três votos; José Tomaz Gomes da Silva e professor João Canjueiro, doze votos cada; doutor João de Araújo Monteiro, onze votos; cônego Domingos Fonseca de Almeida, capitão Damião Mendonça de Santana e doutor Manuel Cabral Machado, um voto cada. Para membros da Comissão de Geografia, professor Napoleão Agêlio de Oliveira Dória e doutor Severino Pessoa Uchôa, setenta e quatro votos cada; doutor João de Araújo Monteiro, setenta e um voto; doutor Felto Bezerra, treze votos; cirurgião dentista Celso Oliva e José Augusto Garcez, doze votos cada; professor José Hermenegildo Cruz e engenheiro Jorge de Oliveira Neto, um voto cada; em branco, um voto. Para membros da Comissão de Admissão de Sócios, doutor Lauro Dantas Hora, setenta e cinco votos; Armando Barreto e Nicanor Ribeiro Nunes, setenta e quatro votos cada; João Freire Ribeiro, treze votos; Desembargador Hunald Santalôr Cardoso e doutor Luiz Pereira de Melo, doze votos cada; professor Napoleão Dória, um voto. Para membros da Comissão de Manuscritos e Autógrafos, doutor João de Seixas Dória, setenta e cinco votos; doutor João Maynard Barreto e professor Acrísio Cruz, setenta e três votos cada; jornalista Zózimo Lima, treze votos; doutor Antonio Machado, doutor Lauro Barreto Fontes, doutor Luiz Pereira de Melo e José Apóstolo de Oliveira Neto, um voto cada; em branco, um voto. Para membros da Comissão de Revista, José Apóstolo de Oliveira Neto, setenta e cinco votos; monsenhor Carlos Carmello Costa e jornalista José Amado Nascimento, setenta e quatro votos cada; desembargador João Dantas Martins dos Reis, treze votos; Florentino Teles de Menezes, doze votos; doutor Gonzalo Rollemberg Leite, onze votos; doutor João Marques Guimarães e José Antonio Nunes de Mendonça, um voto cada.

Proclamado este resultado, o presidente concedeu a palavra a quem desejasse opôr reclamação contra a mesma. Nenhum dos presentes tendo se manifestado o senhor presidente declarou eleitos os que obtiveram maioria, tanto para a diretoria como para as Comissões Permanentes, mandando em seguida

que fôsse lavrada a presente ata, que foi lida e posteriormente aprovada. Eu, Onésimo de Araújo Pinto, segundo secretário, a lavrei.

(AA) Lauro Barreto Fontes
Francisco Alberto Bragança de Azevedo
Onésimo de Araújo Pinto.

Sessão de posse da Diretoria e comissões permanentes, eleitas para o biênio de 1949 — 1951.

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presente número legal de sócios e os eleitos em trinta de Julho findo para comporem a Diretoria e comissões permanentes do biênio de mil novecentos quarenta e nove a mil novecentos cinquenta e um, assumiu a presidência o primeiro Secretário da Diretoria de mandato expirante, Epitânio da Fonseca Dória, por não tê-la assumido o presidente, em face de sua reeleição, não podendo empossar a si próprio, e na falta dos demais membros da Diretoria que lhe deveriam suceder, na forma estatutária.

Declarou em seguida que o fim da sessão era a posse da nova Diretoria e comissões permanentes, sem caráter lesivo, como numerosas vezes tem acontecido, por circunstância fortuita. Não houve leitura de ata nem de expediente. Abrindo a ordem do dia convidou o presidente eleito, Doutor João Batista Perez Garcia Moreno, a tomar posse de sua cadeira, o que se realizou imediatamente. Depois de sua posse o doutor Garcia Moreno deu posse aos demais membros da Diretoria e das comissões permanentes. Nada mais ocorrendo eu, Maria da Conceição Melo Costa, segundo secretário, lavrei a presente ata que será lida em sessão

(AA) João Batista Garcia Moreno
Felix Bezerra
Epitânio da Fonseca Dória
Antonio Soares Santana
José Hermenegildo da Cruz
Maria da Conceição Melo Costa

Sessão ordinária da Diretoria, de 10 de Agosto de 1949.

Aos dez dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,

presentes o doutor Garcia Moreno, Epifânio da Fonseca Dória, professor José Cruz, doutor Felte Bezerra, contador Antonio Soares Santana e eu, professora Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão, sob a presidência do doutor Garcia Moreno. Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de quatro de Janeiro, de doze de Fevereiro e de quinze de Julho d'este ano, o mesmo acontecendo com os termos de comparecimento dos meses de Março, Abril, Maio e Junho também d'este ano. Foi lido o seguinte expediente:

Cartas (6) do consócio doutor Gontran Reis, prometendo a remessa generosa do livro *Comentarios de Horácio*, contendo ódes e sátiras, traduzidas para o português, tendo sido editado em 1681; do doutor Antonio Molitinho Dória, apresentando excusa de sócio benfeitor; do secretário do Governador d'este Estado, pedindo a devolução da fotografia do quadro *OUTONO de Horácio Hora*, remetido a este sodalício em outra ocasião; do tenente coronel José de Figueiredo Lobo, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios correspondentes e do capitão-sargipano coronel Estêvão de Souza Bastos, comunicando estar desejoso de atender ao Instituto, aceitando a sua indicação de sócio benfeitor, e pedindo dizer o que lhe cumpre fazer.

Ofício (1) do Secretário do Governo do Estado da Bahia, enviando um exemplar da Constituição do mesmo Estado.

Pareceres (2) da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela aceitação de Dona Maria da Conceição Martins Ribeiro, residente em S. Paulo e do professor Leopoldo Campos Monteiro, residente na Bahia, para o quadro de sócios correspondentes, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (3) para serem aceitos sócios efetivos Josino Marques de Almeida e José de Lima Gama, e sócio correspondente o coronel Salvador de Moya, residente em São Paulo, propostas que foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (4) do coronel Antonio de Freitas Brandão e do Dr. Luiz Guarani, comunicando concordaram com a aceitação dos seus nomes para sócios benfeitores; do doutor Milton de Carvalho, excusando-se de aceitar a indicação do seu nome para sócio benfeitor e do doutor Hélio Andrade, congratulando-se com o presidente do Instituto pela sua vitória na eleição de trinta de Julho findo. Aberta a ordem do dia foram lidos os pareceres da Comissão de Sócios, sendo os mesmos aprovados, um de cada vez, pelo que foram proclamados sócios correspondentes os professores Leopoldo Campos Monteiro e D. Maria da Conceição Martins Ribeiro. Mandou o presidente que o Secretário comunicasse a ambos este resultado. O presidente salientou a necessidade urgente de uma reforma dos Estatutos, tomando o consócio Epifânio Dória o compromisso de organizar um ante-projecto para ser submetido à discussão em Assembléa Geral.

O secretário Geral, Epifânio Dória comunicou à casa o falecimento do coronel Felisberto da Rocha Prata, pai e sogro, respectivamente, dos consócios Arivaldo Prata e Doutor Carvalho Neto, e pessoa de relevo nas classes conservadoras do Estado. Propôs que se lançasse na ata de hoje um voto de pesar por esse falecimento, no que foi atendido. Ainda com a palavra, num gesto de cavalheirismo congratulou-se com os companheiros de Diretoria pelo compareci-

mento à sessão da segunda Secretária da mesma Diretoria. Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário lavrei a presente ata que será lida e submetida ao voto dos demais membros da Diretoria.

(AA) **Garcia Moreno**

José Hermenegildo da Cruz

José Augusto da Rocha Lima

Eplânio da Fonseca Dória

Maria da Conceição Melo Costa

Felto Bezerra

Antonio Soares Santana

**Sessão ordinária da Diretoria, de 6
de Setembro de 1949.**

Aos seis dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos quarenta e nove, às 17 horas, no edifício do Instituto Histórico, presentes os membros da Diretoria Dr. Garcia Moreno, José Hermenegildo Cruz, Professor José Augusto, Eplânio Dória, Dr. Felto Bezerra e a redatora desta ata, Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

Foi lido também o seguinte expediente:

Cartas (10) do consócio Dr. Gontran Reis, consultando se o Instituto deseja possuir um cinólio que pertenceu à biblioteca do seu saudoso pai, o Dr. Ascendino Reis; do Banco Mercantil Sergipense, agradecendo a comunicação que se lhe fez da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto; da Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural, de Parnaíba, Piauí, enviando informes que lhe foram pedidos; do Museu Paulista, de S. Paulo, comunicando o envio de volumes a este Instituto; do consócio coronel Eusébio Bastos, confirmado o seu telegrama em que remeteu a quantia de dois mil cruzeiros, correspondente à sua joia de sócio benfeitor; do consócio coronel Herculano Teixeira de Assumpção, enviando a quantia de vinte e cinco cruzeiros de sua joia de sócio correspondente; do senhor José Ramos de Morais, enviando um exemplar do "Dossier" da delegação de Sergipe à Segunda Conferência Nacional das Classes Produtoras em Araxá; do Dr. Virgílio Correia Filho, comunicando não ser possível, por esgotadas as edições, a remessa de volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do consócio general Durival Brito, enviando um retrato que lhe foi pedido; do major Bernardino Dantas, sugerindo tomar este Instituto a iniciativa de homenagear a memória do general Antônio Pires, na passagem do centenário do seu nascimento.

Cartão (1) da Biblioteca do Ministério do Trabalho, Industrial e Comércio, pedindo números da Revista deste Instituto.

Circulares (3) da Prefeitura Municipal de S. Paulo, pedindo retificação de endereço: da Companhia Melhoramentos de S. Paulo, enviando catálogos de suas edições e do Núcleo Filatélico de Aracaju, comunicando a eleição e posse da sua nova Diretoria.

Ofícios (9) do Tribunal Regional Eleitoral, da Assembléa Legislativa do Estado, do Diretor do Tesouro do Estado, do Prefeito desta Capital, do Secretário da Justiça e do Interior, do Tribunal de Justiça do Estado, do Secretário da Fazenda, Produção e Obras Públicas, do Secretário da Segurança Pública e do Secretário do governador do Estado, agradecendo a comunicação que se lhes fez da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto.

Telegrama (1) do chefe da Circunscrição de Recrutamento, em identico sentido.

Foram apresentadas no expediente jornais, opusculos, livros e revistas recebidos de várias procedências.

Foram lidas quatro propostas de sócios, sendo duas no sentido de serem aceitos sócios efetivos a professora D. Hilda Sobral Faria, o capitão do Exército Max José Ribeiro e os doutores Euler Coelho, José da Silva Ribeiro Filho e Rinaldo de Oliveira Vasconcelos, e duas no sentido de serem aceitos sócios correspondentes os doutores Tectonio Vilela Brandão e Virgilio Correia Filho. As referidas propostas foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Foram lidos a seguir três pareceres da mesma Comissão de Admissão de Sócios opinando pela acettação dos candidatos ao quadro de sócios efetivos Josino Marques de Almeida e José de Lima Gama, e para o quadro de sócios correspondentes o coronel Salvador de Moya, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Aberta a ordem do dia o consócio Epifânio Dória, depois de considerações, sugeriu que a Diretoria do Instituto, pelos meios mais adequados, pedisse aos governos do Estado e do município um justo aumento de subvenção, idéia que foi por todos bem acolhida, prometendo o presidente dar-lhe efetivação.

Continuando com a palavra o consócio Epifânio Dória, comunicando ter elaborado um projeto de reforma dos Estatutos deste Instituto, prometendo para breve cópias do mesmo afim de que seja previamente estudado pelos consócios, convocando-se oportunamente a Assembléa Geral para discussão e aprovação dessa reforma. Foi objeto de estudo a idéia de solenizar-se, com o devido esplendor, a passagem do centenário do Dr. Silvio Romero. O professor José Augusto sugeriu que se procurasse um entendimento com os governos do Estado e do Município, procurando-se um entrelaçamento entre o Instituto e a Academia Sergipana de Letras para maior exlto das featas.

Foram lidos os três pareceres da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela acettação dos candidatos ao quadro de sócios efetivos Josino Marques de Almeida e José de Lima Gama, bem como o do candidato a sócio correspondente, coronel Salvador de Moya, sendo todos unanimemente aprovados, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que, eu, Maria da Conceição Melo Costa, lavrei a presente ata.

(AA) Garcia Moreno
Felte Bezerra
Epifânio da Fonseca Dória
José Hermenegildo da Cruz
Maria da Conceição Melo Costa
Antonio Soares Santana

Sessão extraordinária da Diretoria,
de 20 de Setembro de 1949.

As dezessete horas da vinte de Setembro de mil novecentos quarenta e nove, na sede do Instituto Histórico e Geográfico, presentes os membros da Diretoria, doutor Garcia Moreno, Antonio Soares Santana, doutor Felte Bezerra, professor José Cruz, Epifânio Dória e eu, Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão sob a presidência do doutor Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão do dia seis deste mês.

Leu-se o seguinte expediente: ofício do Núcleo Filatélico de Aracaju e carta da Casa Bancária Freire, & Cia. Silveira Ltda, agradecendo a comunicação que se lhes fez da posse da nova Diretoria deste Instituto; ofício do diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas, comunicando ter atendido à solicitação deste Instituto; circular da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção de Sergipe, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; ofícios do presidente da Câmara Municipal desta Capital e do diretor do Departamento de Assistência municipal do Estado de Minas, o primeiro pedindo a entrega de vinte cadeiras cedidas à Câmara e o segundo comunicando a remessa de publicações que lhe foram pedidas; e uma carta do consócio major Bernardino Dantas, sugerindo ao Instituto passos iniciais para a celebração a 29 de Janeiro de 1952 do primeiro centenário do general Antônio Sebastião Basílio Piro. Aceitando a patriótica sugestão o presidente designou uma comissão composta dos consócios major Bernardino Dantas e capitão Damião Mendonça e Max José Ribeiro para programarem neste já as solenidades a se realizarem, e providências que se fizerem precisas para o êxito das comemorações, entendendo-se a referida comissão com as autoridades públicas, instituições e particulares, como melhor lhe pareça.

Foram apresentados quatro pareceres opinando pela aceitação dos doutores Euler Coelho, Rinaldo de Oliveira Vasconcelos e José da Silva Ribeiro Filho, Capitão Max José Ribeiro e a professora dona Hilda Sobral Farias para o quadro de sócios efetivos e doutores Teotônio Vilela Brandão e Virgílio Correia Filho para quadro de sócios correspondentes, pareceres que, lidos e submetidos à discussão e a votos, foram unanimemente aprovados mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

Foi apresentada uma proposta no sentido de ser aceite sócio correspondente o Professor Dr. Tomas Oscar Marcondes de Souza, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Aberta a ordem do dia explicou o presidente ser ela, além da deliberação tomada sobre os pareceres acima mencionados, um debate prévio entre os membros da Diretoria, sobre o projeto de reforma dos Estatutos confeccionado pelo consócio Epifânio Dória.

Falaram sobre o assunto, cada qual a seu tempo, os consócios doutor Garcia Moreno, Epifânio Dória, doutor Felle Bezerra e professor José Cruz, resultando dos debates várias modificações.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Costa, 2.º Secretária, lavrei a presente ata.

(AA) José Augusto da Rocha Lima
Antonio Soares Santana
Epifânio da Fonseca Dória
Maria da Conceição Melo Costa

Sessão extraordinária da Diretoria,
de 27 de Setembro de 1949.

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos quarenta e nove, às dezessete horas, no edificio social, presentes os membros da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, doutor Felle Bezerra, professor José Augusto, doutor Fernando Porto, professor José Cruz, Epifânio Dória e Antonio Soares Santana, comigo professora Maria da Conceição Melo Costa, segundo secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro vice-presidente doutor Felle Bezerra, na falta do presidente doutor Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida uma carta do presidente, doutor Garcia Moreno, renunciando a presidência.

Aberta a ordem do dia o presidente declarou ter ela por objeto a renuncia do consócio doutor Garcia Moreno, franqueando a palavra a quem dos presentes quisesse fazer sugestões a respeito.

Falou o consócio Epifânio Dória dizendo que em face dos termos pesemptórios da carta do presidente doutor Garcia Moreno só um caminho se lhe afigurava capaz de exito, não ser aceita a renuncia oferecida e ser concedida uma licença ao consócio doutor Garcia Moreno, no curso da qual ele, com a serenidade de que é capaz, visse dissipar-se a causa eventual de sua renuncia, provavelmente resolvida numa hora de maior exaltação. Todos, confiantes no espirito de sacrificio do consócio doutor Garcia Moreno, aceitaram o alvitre, dando-se do resolvido immediata communicação ao mesmo consócio, em mensagem por todos assinada.

Os consócios doutores Felle Bezerra e Fernando Porto declararam que não

assumirão a presidência do Instituto por não aceitarem a renúncia do presidente e por não poderem fazê-lo no momento, dadas as grandes tarefas que leem sobre seus ombros, ficando assentado que a presidência, até a volta do doutor Garcia Moreno ao exercício, ficaria a cargo de uma junta composta dos dois vice-presidentes e do secretário geral.

Foi incumbido o secretário Geral de redigir a mensagem a ser assinada pelos demais. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Melo Costa, segunda Secretária, lavrei a presente ata.

(AA) Felto Bezerra

Maria da Conceição Melo Costa

José Augusto da Rocha Lima

Eplânio da Fonseca Dória

Sessão solene, em conjunto com o
Departamento da Educação do Estado a
5 de Novembro de 1949, comemorando o
centenário do Dr. Rui Barbosa.

Aos cinco dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, às vinte horas, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes a maioria dos membros da diretoria, diversos sócios, o diretor geral do Departamento de Educação do Estado, Professor Acrísio Cruz, por si e como representante do Senhor governador do Estado; presentes também cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade desta Capital, na falta do presidente e dos dois vice-presidentes, foi aberta a sessão pelo Secretário Geral Eplânio da Fonseca Dória, que passou a presidência ao professor Acrísio Cruz para, na sua qualidade de representante do Senhor governador do Estado e de diretor geral do Departamento de Educação dirigir a sessão.

Assumindo a presidência o professor Acrísio Cruz expôs o fim elevado da solenidade, e como não houve ata nem expediente a serem lidos, concedeu a palavra ao Orador oficial da solenidade o acadêmico Exuperio Monteiro que proferiu longa conferência, sendo muito aplaudido ao concluir o seu exaustivo trabalho. Encerrando a sessão o professor Acrísio Cruz agradeceu aos presentes o seu comparecimento, exaltando ao mesmo tempo a memória do grande brasileiro Conselheiro Rui Barbosa. A banda da Força Policial executou peças musicais à entrada do edifício. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Maria Conceição Melo Costa, 2.ª Secretária, lavrei a presente ata.

(AA) Garcia Moreno

Maria da Conceição Melo Costa

Eplânio da Fonseca Dória

Felto Bezerra

José Augusto da Rocha Lima

Antonio Soares Santana

Sessão ordinária da Diretoria, de 8
de Novembro de 1949.

Aos oito dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos quarenta e nove, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, às dezessete horas, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto Félte Bezerra, professor José Augusto, Eplânio Dória, Antonio Soares Santana, comigo Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do 1.º Vice-presidente, doutor Félte Bezerra, na falta do presidente doutor Garcia Moreno. Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas das sessões de vinte e vinte e sete de Setembro d'este ano. Deixou de ser lida a da sessão solene de 5 d'este mês por não se achar lavrada ainda.

O expediente lido foi o seguinte:

Cartas 16, a saber: do general Juarez Távora, professora Maria da Conceição Ribeiro e coronel Salvador de Moya, agradecendo sua eleição para sócios; do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, agradecendo a comunicação que se lhe fez da posse da nova Diretoria; do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, remetendo resumos de artigos sobre ciências sociais publicados nos Estados Unidos; da Comissão local da Confederação Evangélica do Brasil, pedindo permissão para realizar no salão de conferências uma solenidade comemorativa; do consócio Tancredo de Barros Pativa, fazendo sugestões; do sócio benfeitor coronel Eustáquio Bastos, enviando o seu retrato, pedido por este Instituto; da Agência do Banco do Brasil nesta Capital, enviando o Relatório da administração de 1947; do Museu Paulista, comunicando ter posto em ordem a coleção da Revista d'este Instituto ali; do desembargador Hunald Cardoso, fazendo uma consulta sobre a aquisição do quadro Outono, de Horácio Hora; do historiador professor Tomás Oscar Marcendes de Souza (3) enviando a sua joia de sócio correspondente, agradecendo a sua eleição e prometendo remeter, oportunamente, um seu livro ora no prelo; e do estudante santista, descendente de família sergipana (2) solicitando dados genealógicos dos seus ascendentes neste Estado e confessando o seu desejo de associar-se a este Instituto.

Cartões 3, do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança e da Princesa Dona Esperanza, participando o nascimento do seu quarto filho Príncipe Dom Manuel, a 17 de Junho d'este ano; do Rotary Club do Recife, enviando um número do seu Boletim; e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria.

Circulares 5, do presidente do Instituto de Sociologia da Bahia, comunicando a fundação do mesmo Instituto; da Escola Industrial de Aracaju, convidando o Instituto para a solenidade comemorativa do aniversário da fundação do Ensino Industrial; da Associação dos Servidores Públicos em Sergipe, convidando o Instituto para uma solenidade comemorativa de sua fundação; do Instituto Nacional do Livro, dando normas para o registo de bibliotecas no mesmo Insti-

tuto; e da Comissão Organizadora do Congresso Regional dos Municípios do Estado de Sergipe, comunicando a próxima reunião do referido Congresso nesta Capital e enviando um exemplar do Regimento Interno.

Ofícios 9: do governador do Amazonas, comunicando ter mandado remeter a este Instituto um exemplar da Constituição do seu Estado; do Diretório Regional em Sergipe do Conselho Nacional de Geografia, remetendo cópia de uma Resolução da Nona Assembléa Geral do referido Conselho; da Inspeção Regional de Estatística em Sergipe, solicitando dados estatísticos; do Museu Imperial de Petrópolis, agradecendo a comunicação da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto; do Instituto Geográfico Geológico de S. Paulo, comunicando a remessa de publicações do mesmo Instituto; da Diretoria de Documentação da Prefeitura Municipal da Recife, reclamando a devolução de um cartão, acusando o recebimento da publicação que alega ter enviado a este Instituto; do presidente do Instituto Nacional de Geografia, enviando uma Resolução da Assembléa Geral do Conselho Nacional; do consócio, tenente coronel Ernesto Leite Machado, chefe da Décima Nona Circunscrição de Recrutamento, comunicando ter assumido o comando da Guarnição Federal neste Estado e do Conselho Nacional de Geografia, acusando o recebimento de um ofício deste Instituto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela aceitação do professor Tomás Oscar Marcondes de Souza para sócio correspondente, a qual ficou reservada à ordem do dia de hoje.

Propostas 3: uma para admissão da professora senhorinha Maria Rinalda de Souza para o quadro de sócios efetivos e duas outras para admissão de Lula Cardoso Sampaio de Mendonça e o escritor doutor Pedro Paulo Muniz de Aragão para sócios correspondentes, sendo todas despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Requerimento do sócio correspondente tenente coronel Ernesto Leite Machado, pedindo eliminação, que também ficou reservada à ordem do dia de hoje.

Telegramas 4. Do Conselho Nacional do Serviço Social (2) sobre a remessa de documentos relativos à comprovação do emprego dado à subvenção federal de 1948, do diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, comunicando que o referido Ministério oficiou ao da Fazenda pedindo o pagamento, pela Delegacia Fiscal respectiva neste Estado, a subvenção e o auxílio federal concedidos ao Instituto pelo orçamento vigente e do presidente da Assembléa Legislativa convidando o Instituto para uma sessão solene, em homenagem à memória do Conselheiro Rui Barbosa.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios sobre a admissão do professor Tomás Oscar Marcondes de Souza para sócio correspondente, sendo o mesmo unanimemente aprovado. Em seguida foi lido e submetido a votos o pedido de demissão do quadro de sócios correspondentes do tenente coronel Ernesto Leite Machado, não sendo o mesmo aceito, mandando a Diretoria incluir o seu nome no quadro dos sócios efetivos, na conformidade do Artigo 13 dos Estatutos.

O secretário geral Epifânio Dória propôs que se consignasse na ata de hoje e pesar do Instituto pelo falecimento dos sócios professor Oséas Santos,

ocorrido na cidade do Salvador, a 8 de Outubro d'este ano e do padre Artur Alfredo Passos, ocorrido em Ilaperanga, a 8 de Setembro também d'este ano, proposta que foi aceita. Propôs ainda que se convocasse uma sessão de Assembléa geral afim de se debater o projeto de reforma dos Estatutos, já elaborado, sugestão que foi aceita, mandando o presidente, em exercício, que se fizesse a convocação para o próximo sábado, ás três horas da tarde.

O tesoureiro, Antonio Soares Santana deu conhecimento á Diretoria de que o saldo existente em 31 de Outubro findo era de doze mil novecentos dezanove cruzeiros e oitenta centavos.

Nada mais, ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário lavrei a presente ata.

(AA) Garcia Moreno

Maria da Conceição Melo Costa

Epifânio da Fonseca Dória

Felto Bezerra

José Augusto da Rocha Lima

Antonio Soares Santana

Sessão extraordinária para discussão
do Projeto de Reforma dos Estatutos, de
19 de novembro de 1949.

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, ás quinze e meia horas, com a presença de 16 sócios, foi aberta a sessão sob a presidência do dr. Felto Bezerra. Não houve leitura de ata e o presidente deu a palavra ao senhor Epifânio da Fonseca Dória para que procedesse a leitura do Projeto de Reforma dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Antes de fazê-lo, porém, o senhor Epifânio pediu permissão para apresentar á Casa a professora Hilda Sobral Penalva, atualmente sócio do Instituto e pessoa de alto relêvo no magistério e na politica de Sergipe. A professora, que foi por todos cumprimentada, teve dedicadas palavras de agradecimento aos justos elogios que o senhor Epifânio lhe fez, realçando seus méritos. Ainda com a palavra o senhor Epifânio lembrou que aquella dia, 19 de novembro, era a data natalícia do senhor Flávio de Barros Pimentel, atualmente residindo em Rio Branco, no Acre, sócio benfeitor do Instituto e propôs á Casa que se passasse um telegrama de felicitações em nome do mesmo Instituto, proposta que mereceu aprovação unânime. Propôs ainda que se fizesse o mesmo com o senhor Amintas de Faro Sobral, outro sócio benfeitor, que aniversariara a 15 do mesmo mês, no que foi atendido também por unanimidade. Logo após

procedeu a leitura do referido Projeto de Reforma dos Estatutos. Na discussão do Projeto tomaram parte quase todos os sócios presentes sendo que a primeira proposta de emenda partiu do professor José Cruz, que pediu a criação, no Art. 8.º, de mais uma comissão: a comissão de Estatística. Esta proposição, depois de muito debatida, foi finalmente vitoriosa. Convem registrar que o dr. Félte Bezerra, quando emitiu seu parecer sobre a questão, fez-o de maneira muito simpática, lembrando que sua opinião deveria ser tomada como a de um simples sócio do Instituto e não a de seu presidente. Quase todos os sócios presentes tomaram parte nos debates, que se prolongaram num ambiente de muita ordem e camaradagem, até às 16 horas. O dr. Francisco Bragança, que se manteve calado por muito tempo, ao fazer sua primeira proposta constituiu a nota sensacional da sessão; é que ele propôs que o cargo de secretário geral passasse a ser perpétuo, enquanto visse o seu atual ocupante, Eplânio da Fonseca Dória. Mal foi ouvida a proposta do dr. Francisco Bragança, os sócios prorromperam numa vibrante salva de palmas, constituindo assim homenagem eloquente e justíssima ao homem que tem sido por longos anos a alma e a razão de ser do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O senhor Eplânio teve para todas palavras que mal distarçaram a emoção de que fôra possuído, palavras cheias de agradecimento e ternura.

Nada mais tendo ocorrido, o senhor presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, Celso Oliva, tendo sido proposto para funcionar como secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata.

(AA) **Garcia Moreno**

Maria da Conceição Melo Costa

Eplânio da Fonseca Dória

Félte Bezerra

José Augusto da Rocha Lima

Antonio Soares Santana

**Sessão ordinária da Diretoria, de 6
de Dezembro de 1949.**

As 17 horas, presentes os membros da Diretoria, Drs. Garcia Moreno e Félte Bezerra, Prof. José Augusto, Antônio Soares Santana e Eplânio Dória, comigo Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno. Foram lidas e aprovadas atas de 5, 8 e 19 de Novembro finda.

O expediente constou do seguinte:

Cartas 10, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, comunicando ter atendido ao pedido deste Instituto, quanto à remessa dos seus Relatórios de 1945 e 1946; do escritor alagoano Dr. Téo Brandão, enviando a sua joia de sócio correspondente; do Dr. Virgílio Correia Filho, em identico sentido; da Inspeção Regional de Estatística, pedindo o preenchimento de um questionário; do Depar-

tamento de Assistência aos Municípios do Estado de Minas, enviando publicações oficiais que lhe foram pedidos do escritor Alexandre Passos, oferecendo livros de sua autoria; do sócio benfeitor Dr. Gontran Reis, oferecendo um cinélio à biblioteca; do sócio benemérito Dr. Rodrigues Dória, comunicando ter desempenhado a comissão que lhe foi distribuída; do sócio correspondente Dr. Tomás Oscar Marcondes de Souza, (duas) acusando o recebimento de uma cópia de documento e agradecendo a sua eleição.

Circular, uma do Sr. Ilberé Gilson, comunicando a sua nomeação para o cargo de diretor do Serviço de Estatística Econômica do Ministério da Fazenda.

Ofícios, 4, do Presidente da Câmara Municipal desta Capital agradecendo a comunicação que se lhe fez da posse da nova Diretoria deste Instituto; do Secretário Geral do Estado do Pará, enviando um exemplar da Constituição do mesmo Estado; do Inspetor regional de Estatística, enviando um questionário para ser preenchido; da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura municipal do Recife, sobre a remessa do Boletim da Cidade e Porto do Recife.

Pareceres, 3, da Comissão de Admissão de sócios opinando pela aceitação de propostas, a saber Dr. Pedro Paulo Muniz de Aragão e Luiz Carlos de Mendonça para sócios correspondentes e a professora Maria Rinalva de Souza, para sócio efetivo, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas, duas, uma de sócio correspondente, indicando o nome do escritor Alexandre Passos e uma de sócio honorário indicando o nome do coronel Edgard da Cruz Cordeiro.

Ambas foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Foram também apresentadas no expediente jornais, revistas, livros e opúsculos, recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos e submetidos a discussão os pareceres opinando pela aceitação do Dr. Pedro Paulo Muniz de Aragão e Luiz Carlos Sampaio de Mendonça para sócios correspondentes e Professora Maria Rinalva de Souza para sócio efetivo, as quais foram aprovadas unanimemente, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

O sócio Epifânio propôs que se lançasse na ata do dia um registro do pesar dos membros da Diretoria do Instituto pelo falecimento de D. Laura de Brito Porto, esposa, mãe e sogra, respectivamente, dos consócios coronel Francisco Porto, Dr. Lauro de Brito Porto e Dr. Carlos Cruz, proposta que foi aceita, mandando o presidente que a secretária oficiasse aos três consócios comunicando esta resolução.

O presidente, Dr. Garcia Moreno, propôs que igual registro se fizesse quanto ao falecimento do notável cientista brasileiro Dr. Artur Ramos, falecido há pouco em Paris, o que também foi aprovado.

O Secretário geral, Epifânio Dória lembrou que se consignasse na ata, com um voto de alegria pelo fato de ter o consócio Dr. Garcia Moreno reassumido o exercício de presidente.

Resolveu-se cancelar na lista de sócios efetivos os nomes de Antonio Porfírio de Brito e Dr. Inocêncio Astério de Menezes Lins, os quais renunciaram, tacitamente, à sua permanência no quadro de sócios, de vez que, a despeito de devidamente avisados repetidas vezes, para o pagamento de suas mensalidades se mantêm silenciosos, devendo as mensalidades de 1945, inclusive, até agora.

O Tesoureiro Antonio Soares Santana comunicou que em 30 de Novembro findo o saldo disponível do Instituto era de Cr\$ 17.144,00, estando Cr\$ 7.498,90 na casa bancária Freire Silveira & Cia. Ltda., Cr\$ 9.488,30 na casa bancária Dantas, Freire & Cia. Ltda. e Cr\$ 126,80 na Tesouraria atender aos pagamentos meudos correntes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(AA) Garcia Moreno

José Augusto de Rocha Lima

José Hermenegildo da Cruz

Antonio Soares Santana

Eplânio da Fonseca Dória

Maria da Conceição Melo Costa

Felipe Bezerra

NUMERAÇÃO DESTA REVISTA

Afim de facilitar o trabalho dos colecionadores, de vez que não houve ordem na numeração desta Revista, quando do seu aparecimento até à undécima tiragem, damos aqui a relação dos fascículos publicados, na sua ordem de aparecimento, até o undécimo. Os demais, a partir do n.º 12, seguiram a ordem de numeração sucessiva:

- 1 — corresponde à 1.^a parte do vol. I, impressa em 1913.
- 2 — corresponde às 2.^a, 3.^a e 4.^a partes do vol. I, impressas em 1913.
- 3 — corresponde à 1.^a parte do vol. II, impressa em 1914.
- 4 — corresponde à 2.^a parte do vol. II, impressa em 1914.
- 5 — corresponde às 3.^a e 4.^a partes do vol. II, impressas em 1916
- 6 — corresponde ao vol. III (1915), impresso em 1916
- 7 — corresponde ao vol. consagrado à memória do Dr. Inácio Joaquim Barbosa, em 1917, impresso em 1917
- 8 — corresponde ao vol. IV, impresso em 1919
- 9 — corresponde ao vol. V, comemorativo do 1.º centenário da emancipação de Sergipe, impresso em 1920
- 10 — corresponde aos fascículos I e II, do vol. VI (1921-1925), impresso em 1925
- 11 — correspondente aos fascículos III e IV do vol. VI (1921-1925), impresso em 1926.

CADASTRO SOCIAL (31-12-1954)

SÓCIOS EFETIVOS

Abdon de Barros Monte, Dr. — Maruim
Acioli Porto — Aracaju
Adalberto Vieira Dantas, Dr. — Aracaju
Alaíde de Barros Prado, D. — Aracaju
Alcebiades Melo Vilas Bôas, Prof. — Aracaju
Alfredo Sebrão Busch — Aracaju
Alfredo Souza — Aracaju
Aloísio Barbosa Porto, Dr. — Aracaju
Aloísio Coutinho Neves, Dr. — Aracaju
Aloísio Pereira de Melo, Dr. — Aracaju
Alvaro Andrade, Dr. — Aracaju
Alvaro Azevedo Santana, Dr. Aracaju
Alvaro Santos — Aracaju
Amintas Andrade Garcez — Aracaju
Antão Correia de Andrade — Bahia
Antônio Correia de Melo — Aracaju
Antônio Garcia Filho, Dr. — Aracaju
Antônio Garcia Rosa, Dr. — Aracaju
Antonio Grossi Missano — Aracaju
Antônio Leite Cabral — Aracaju
Antônio Machado, Dr. — Aracaju
Antônio de Oliveira Brandão, Dr. — Aracaju
Antônio Soares Santana — Maranhão
Antônio Tavares de Bragança, Dr. — Aracaju

Antônio Torres Junior, Dr. — Aracaju
Arício de Guimarães Fortes, Dr. — Aracaju
Arivaldo Prata — Aracaju
Armando Barreto — Aracaju
Armando Leite Rolemberg, Dr. — Aracaju
Arnon Rodrigues Sandes — Bahia
Augusto Pereira de Azevedo, Prof. — Aracaju
Basilio dos Santos Amaral, Dr. — Aracaju
Benedito Alves de Oliveira, Prof. — Aracaju
Benjamin Alves de Carvalho, Dr. — Aracaju
Cacildo Dantas — Aracaju
Camilo Calazans — Aracaju
Canuto Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
Carlos Camélio Costa Mons. — Niteroi
Carlos Fernandes de Melo, Dr. — Aracaju
Carlos Firpo, Dr. — Aracaju
Carlos Vieira Sobral, Desembargador — Aracaju
Celso Oliva, Dr. — Aracaju
Cranger Cavalheiro de Oliveira, Capitão — Rio
Clodoaldo Vieira Passos, Dr. — Aracaju
Clovis Conceição, Dr. Aracaju
Clovis Mozart Teixeira, Dr. — Aracaju
Clovis Rolemberg — Aracaju
Cornélio da Silva Monteiro, Prof. — Aracaju
Dalila Cortes Rolemberg, Prof^a. — Aracaju
Demócrito de Brito Cortes — Aracaju
Djalma Ferreira de Oliveira, Dr. — Aracaju
Domingos Fonseca de Almeida, Cônego — Aracaju
Edélsio Vieira de Melo, Dr. — Aracaju
Edgard Brito, Cônego — Aracaju
Edgard Coelho, Dr. — Aracaju
Edgard Lacerda Ferreira — Aracaju
Edison Brasil, Dr. — Aracaju
Eliézer Leopoldino de Santana — Aracaju
Enoch Santiago, Desembargador — Aracaju
Etelvino de Menezes Tavares, Dr. — Aracaju
Euler Coelho, dr. — Aracaju
Exupero Monteiro — Aracaju

Felte Bezerra, Dr. — Aracaju
Fernando de Figueiredo Porto, Dr. — Aracaju
Fernando do Prado Maia, Dr. — Aracaju
Fernando Sampaio, Dr. — Aracaju
Flávio da Rosa Melo, Dr. — Aracaju
Francisco A. Bragança de Azevedo, Dr. — Aracaju
Francisco Quintiliano da Fonseca, Dr. — Aracaju
Francisco Sales de Menezes — Tobias Barreto
Francisco de Souza Porto, Cel. — Aracaju
Gentil Tavares da Mota, Dr. — Aracaju
Geraldo Majela de Menezes, Dr. — Aracaju
Gerinaud de Lacerda Filho — Aracaju
Gervásio de Carvalho Prata, Desemb. — Simão Dias
Gileno Francisco de Jesus, Prof. — Aracaju
Gonçalo Rolemberg Leite, Dr. — Aracaju
Hélio de Andrade Amado, Dr. — São Cristóvão
Hercílio Cruz, Dr. — Aracaju
Hermeto Rodrigues Feitosa, Cel. — Aracaju
Hilda Sobral Farias, Prof.^a — Aracaju
Hugo Gurgel, Dr. — Aracaju
Humberto de Andrade Amado, Dr. — Aracaju
Inácio Soares do Nascimento — Maruim
Inocência Nascimento — Simão Dias
Irineu Marques de Oliveira — Aracaju
Jessé de Andrade Fontes, Dr. — Estância
João de Araujo Monteiro, Dr. — Aracaju
João Barbosa dos Santos — Aracaju
João Barreto Sobrinho — Aracaju
João Batista Perez Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
João Bosco de Andrade de Lima, Desemb. — Aracaju
João Cardoso do Nascimento, Dr. — Aracaju
João Conrado Guerra, Dr. — Aracaju
João Dantas Martins dos Reis, Desemb. — Aracaju
João Evangelista Cajueiro, Porf. — Aracaju
João Gama da Costa Santos — Bahia
João Maynard Barreto, Dr. — Aracaju
João Marques Guimarães, Dr. — Aracaju
João Melo de Oliveira — Aracaju

João Moreira Lima, Cônego — Aracaju
João Pires Wynne, Dr. — Aracaju
João Rezende — Aracaju
João Seixas Dória, Dr. — Aracaju
Joaquim Fraga Lima, Dr. — Aracaju
Joaquim Vieira Sobral, Prof. — Aracaju
Joel Macieira de Aguiar, Dr. — Estância
Jorge de Oliveira Neto, Dr. — Aracaju
Josafá Brandão, Dr. — Aracaju
Jorge Campos Maynard, Dr. — Aracaju
José Alcides Brito — Aracaju
José de Alencar Cardoso, Prof. — Aracaju
José Aloísio de Andrade, Dr. — Aracaju
José Aloísio de Campos, Dr. — Aracaju
José Amado Nascimento, Prof. — Aracaju
José Antônio Nunes de Mendonça — Aracaju
José Apóstolo de Oliveira Neto — Aracaju
José Augusto Garcez — Aracaju
José Augusto da Rocha Lima, Prof. — Aracaju
José Barreto Fontes, Prof. — Aracaju
José Benedito de Oliveira Bonfim, Dr. — Rio
José Bezerra dos Santos, Dr. — Aracaju
José Bonifácio Fortes Neto, Dr. — Aracaju
José de Carvalho Andrade — Aracaju
José Correia dos Santos, Tenente — Aracaju
José de Carvalho Déda — Aracaju
José Dias Sobral — Aracaju
José Domingues Fontes — Aracaju
José Euclides de Souza, Dr. — Aracaju
José Fontes Cardoso, Prof. — Aracaju
José Francisco de Menezes — Tobias Barreto
José Garcez Dória, Dr. — Aracaju
José de Gois Duarte — Aracaju
José Hermenegildo da Cruz, Prof. — Aracaju
José de Lima Gama — Aracaju
José Machado de Souza, Dr. — Aracaju
José Mesquita da Silveira — Itabaiana
José Monteiro de Menezes — Aracaju

José Noronha Moura — Aracaju
José Olinó de Lima Neto, Dr. — Aracaju
José Rolemberg Leite, Dr. — Aracaju
José Sales de Campos — Aracaju
José Sebrão de Carvalho Sobrinho, Prof. Maruim
José da Silva Ribeiro Filho, Dr. — Aracaju
José Silvério Leite Fontes, Dr. — Aracaju
José Tomaz de Avila Nabuco, Dr. — Aracaju
Josias Ferrerra Nunes — Propriá
Josias Vieira Dantas, Cel. — Maruim
Joviniano Fonseca Filho — Aracaju
Judith de Oliveira Ribeiro, Prof. — Aracaju
Juliano Calazans Simões, Dr. — Aracaju
Júlio Flávio Prado, Dr. — Aracaju
Ladisláu Estevão Milet, Dr. Aracaju
Lauro de Brito Porto, Dr. — Aracaju
Lauro Dantas Hora, Dr. — Aracaju
Leandro Maynard Maciel, Dr. — Aracaju
Lourival Batista, Dr. São Cristóvão
Lourival Bonfim, Dr. — Aracaju
Luciano Cabral de Gois Duarte, Pe. — Aracaju
Lucílio da Costa Pinto, Dr. — Aracaju
Luiz Bosco Vieira Sobral, Dr. — Aracaju
Luiz Garcia, Dr. — Aracaju
Luiz Kráus — Aracaju
Luiz Magalhães, Dr. — Itabaiana
Luiz Otávio de Aragão, Prof. — Aracaju
Luiz Pereira de Melo, Dr. — Aracaju
Manços do Espítito Santo, Cel. — Aracaju
Manuel Aguiar, Dr. — Simão Dias
Manuel Barbosa de Souza, Dr. — Tobias Barreto
Manuel Cabral Machado, Dr. — Aracaju
Manuel Ferreira da Silva Neto, Dr. — Aracaju
Manuel Franco Freire, Prof. — Aracaju
Manuel Nicanor Nascimento — Aracaju
Manuel Sobral — Aracaju
Manuel Xavier de Figueiredo Monte, Dr. — Propriá
Marcos Ferreira de Jesus, Dr. — Aracaju

Maria da Conceição Melo Costa, Prof.^a — Aracaju
Maria das Graças de Azevedo Melo, Prof.^a — Aracaju
Maria de Lourdes Avila Lima — Aracaju
Maria Pureza Santana de Moraes, Prof.^a — Aracaju
Maria Thetis Nunes, Prof.^a — Aracaju
Mário de Araujo Cabral, Dr. — Aracaju
Max José Ribeiro, Capitão — Aracaju
Miguel Monteiro Barbosa, Cônego — N. S. das Dôres
Napoleão Agêlio de Oliveira Dória, Prof. — Aracaju
Norma Monte Alegre Reis, Prof.^a — Aracaju
Odilon Soares de Melo — Aracaju
Ofenisia Soares Freire, Prof.^a — Aracaju
Olavo Ferreira Leite, Dr. — Aracaju
Onésimo de Araujo Pinto — Aracaju
Orlando Vieira Dantas — Aracaju
Oséas Maynart Lemos, — Aracaju
Osman Hora Fontes, Dr. — Aracaju
Osmário do Prado Leite — Aracaju
Oswaldo Cruz Leite, Dr. — Aracaju
Otávio Teles de Almeida, Desemb. — Aracaju
Paulo de Faro Borges, Dr. — Aracaju
Pedro Alcântara Braz, Dr. — Aracaju
Pedro Alves dos Santos, Dr. — Aracaju
Pedro Diniz Gonçalves, Cel. — Aracaju
Pedro Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
Raul Leal — Aracaju
Renato Cantidiano Vieira Ribeiro, Dr. — Aracaju
Rinaldo Oliveira Vasconcelos, Dr. — Aracaju
Roosevelt Cardoso de Menezes, Dr. — Aracaju
Sálvio Oliveira — Aracaju
Sebastião Batista Baronto — Aracaju
Sebastião Celso de Carvalho, Dr. — Simão Dias
Severino Pessoa Uchôa, Dr. — Aracaju
Teotonílio Mesquita, Dr. — Aracaju
Urbano de Oliveira Lima Neto, Dr. — Aracaju
Waldemar Fortuna de Castro, Dr. — Aracaju
Waldemar Vieira Dantas — Aracaju
Walter Cardoso, Dr. — Aracaju

Walter do Prado Franco, Senador — Rio
Wilson Barbosa de Melo — Aracaju
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desemb. — Aracaju
Zózimo Lima — Aracaju

SÓCIOS BENFEITORES

Abelardo Barreto do Rosário, Dr. — Rio
Acrísio de Avila Garcez — Lagarto
Adelson Nogueira Barreto — Santos
Afonso Quintiliano da Fonseca — Bahia
Agnelo Vasconcelos Torres — Propriá
Alcides da Silveira Faro, Desemb. — São Paulo
Alípio Ribeiro de Araujo — Bahia
Amintas de Faro Sobral — São Paulo
Ananias Dória — Itabuna
Aníbal Freire da Fonseca, Ministro — Rio
Antônio Batista Ramos Bittencourt, Dr. — Rio
Antônio Cabral — Aracaju
Antônio Campos de Oliveira, Prof. Dr. — São Paulo
Antônio de França Pacheco — Recife
Ariovaldo Barreto — Capela
Ariston Azevedo, Dr. — São Paulo
Arnaldo Rollemberg Garcez — Itaporanga d'Ajuda
Artur Melo — Propriá
Ascendino de Barros Pimentel — Rio
Augusto Andrade — Itabuna
Baltazar Xavier de Andrade e Silva, Dr. — Niterói
Cantidiano Vieira — Estância
Carlos Dantas — Aracaju
Carlos Rollemberg Rodrigues da Cruz, Dr. — Aracaju
Carlos Waldemar Acioli Rollemberg, Dr. — Recife
Carpóforo da Rocha Franco, Cel. — Itabuna
Cleómenes Campos — São Paulo
Clovis Botelho Vieira de Almeida, Dr. — São Paulo
Constâncio de Souza Vieira — Estância
Demócrito de Vasconcelos Linhares, Dr. — Rio

Edson Nobre de Lacerda, Desembargador — Curitiba
Eleyson Cardoso, Dr. — Pará
Elifio Pedrosa da Rocha — Aracaju
Ernesto Alves Padilha, Cel. — Curitiba
Fernando Garcez Vieira, Dr. — Aracaju
Flávio de Barros Pimentel — Rio Branco — Acre
Francisco Antônio de Oliveira, Dr. — Niterói
Francisco de Avila Melo — Itabaianinha
Francisco Benício dos Santos — Bahia
Francisco Fontes Lima — Bahia
Francisco Muniz Barreto — Moeoca — São Paulo
Francisco da Silveira Dória — Ilhéus — Bahia
Gabriel Benevides do Rosário, Cel. — Bahia
Gélio de Araujo Lima, General — Rio
Genaro da Mota Rabelo — São Paulo
Gilenio Amado, Dr. Ilhéus — Bahia
Gilenio da Silveira Lima, Dr. — Aracaju
Godofredo Diniz Gonçalves — Rio
Godofredo Moraes de Menezes, Dr. — Rio
Gonçalo Pinto de Mendonça — Itabuna
Gonçalo Rollemberg do Prado, Cel. — Maruim
Gontran Reis, Dr. — São Paulo
Gontran de Souza, Dr. — Rio
Gotardo Correia de Araujo, Dr. — Bahia
Guilhermino Rezende, Cel. — Aracaju
Heleno de Barros Santiago, Dr. — Rio
Heráclito Dantas de Oliveira — Bahia
Hercilio Porfírio de Brito, Dr. — Propriá
Jaime Péricles de Souza Guimarães, Dr. — Rio
João Alves de Carvalho — Bahia
João Fontes de Faria, Dr. Rio
João de Matos Carvalho, Dr. — Simão Dias
João Quintiliano da Fonseca — Aracaju
Joaquim Sabino Ribeiro, Dr. — Aracaju
José de Côrtes Duarte — Almenara — Minas
José Franco Sobrinho — Itabuna — Bahia
José Garcez Vieira — Aracaju
José Prado Vasconcelos — Aracaju

José Quintiliano da Fonseca Sobral — Aracaju
José da Silva Peixoto, Dr. — Neópolis
Júlio Cezar Leite, Dr. — Aracaju
Lauro de Melo Andrade, Dr. — Rio
Luiz Guaraná, Dr. — Rio
Manuel Campos de Oliveira (Manuelito) — Bahia
Manuel Gonçalves, Comendador — Neópolis
Manuel Messias de Mendonça, General — Rio
Manuel dos Passos Galvão Filho — Rio Branco — Acre
Manuel Prado Vasconcelos — Aracaju
Manuel Rollemberg Aguiar — Aracaju
Mário Cravo Junior, Dr. — Bahia
Mavíael Prudente de Souza — Santos
Melchisedek Monte, Dr. — Rio
Miguel Benevides do Rosário — Ilhéus — Bahia
Milton Barreto de Vasconcelos Junior — Rio
Newton Nobre de Lacerda, Dr. — Paraíba
Nicodemos Barreto, Cel. — Itabuna — Bahia
Oscar Coelho e Melo — Santos
Pedro Montalvão Amado, Dr. — Rio
Raul Schmidt, Dr. — Bahia
Robustinião da Silvera Góes — Bahia
Sancho de Barros Pimentel — Santos
Simeão de Aguiar Menezes — Aracaju
Synval Coelho de Barros Melo — Santos
Tancredo de Souza Campos, Dr. — Aracaju
Teonilo Leite — Londrina — Paraná
Tillemont Fonseca Andrade — Bahia
Ulisses Dória — Itabuna — Bahia
Walke Correia de Araujo — Bahia
Zacarias da Silva Junior — Lagarto

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Amando Fontes, Dr. — Rio
Augusto Maynard Gomes, General — Aracaju
Epifânio da Fonseca Dória — Aracaju

Eronides Ferreira de Carvalho, Dr. — Rio
Francisco de Barros Melo — Santos
Francisco Leite Neto, Dr. — Rio
Humberto de Andrade Amado, Dr. — Rio
João Rodrigues da Costa Dória, Dr. — Bahia
Jordão Oliveira, Dr. — Rio
Luiz Barros — Rio
Orlando de Carvalho Damasceno, Dr. — São Paulo
Washington Luiz Pereira de Souza, Dr. — S. Paulo

SÓCIOS HONORÁRIOS

Adolfo de Avila Lima, Dr. — Aracaju
Afonso de Escragnolle Taunay, Dr. — São Paulo
Alberto del Salas — Buenos Aires
Alfredo Braquiriz Moreno, Dr. — Quito-Ecuador
Altino Arantes Marques, Dr. — São Paulo
Ana Menezes Silva, D. — Rio
Anfilóquio da Silva Vale — São Cristóvão
Antônio Augusto Borges de Medeiros, Dr. — R. G. do Sul
Artur da Silva Bernardes, Dr. — Rio
Augusto Alvaro da Silva, Dom — Bahia
Augusto Cesar Leite, Dr. — Aracaju
Aurélio de Azevedo Barreto — Maruim
Bruno Lobo, Dr. — Rio
Carivaldo Bonfim Lima, Dr. — Rio
Carlos Alberto Rola, Dr. — Aracaju
Carlos Benedito Otoni, Dr. — Minas Gerais
Cláudio Ganns, Dr. — Rio
Daniel Villey — França — Paris
Edgard da Cruz Cordeiro, Ten. Cel. — Aracaju
Edmundo Gutierrez — Santiago — Chile
Estácio Valente de Lima, Dr. — Bahia
Eugênio Vilhena de Moraes, Dr. — Rio
Florentino Teles de Menezes, Prof. — Aracaju
Francisco de Aquino Correia, Dom — Cuiabá
Francisco de Sales Meira Sá, Desemb. — Rio
Gilberto Amado, Dr. — Rio

Gilberto Freire, Dr. — Recife
Goran Bjorkman — Suécia
Gustavo Capanema, Dr. — Rio
Hélio Viana, Dr. — Rio
Henrique Deschamps, Dr. — Paris
Hunald Santaflor Cardoso, Desemb. — Aracaju
João Batista de Matos, Cel. — Rio
João Pedro Cardoso, Dr. — S. Paulo
Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, Dr. Recife
José Carlos de Macedo Soares, Dr. — Rio
José Maria Barreto, Dr.
José Maria Goulart de Andrade, Dr. — Rio
Jossué Serôa da Mota — Rio
Juarez do Nascimento Fernandes Távora, General — Rio
Lourival Fontes, Dr. — Rio
Luiz da Câmara Cascudo, Dr. — Natal
Maria da Conceição Freire de Menezes, D — Rio
Martinho Garcez Neto, Desemb. — Rio
Nelson Romero, Dr. — Rio
Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracaju
Paulo Parreiras Horta, Dr. — Rio
Ricardo Coto — S. José da Costa Rica
Robustiano Patron Costa — Buenos Aires
Rodolfo Jacob — Rio
Rodrigo Melo Franco de Andrade, Dr. — Rio
Santiago Dias, Cel. — Cordoba — Argentina
Virgínio Santana, Dr. — Rio
Wenceslau Pereira Gomes, Dr. — Minas Gerais

SÓCIOS EFETIVOS PERPÉTUOS — CLASSE ESPECIAL

Agenor Monte, Ten. Cel. Prof. — Rio
Alfredo do Amaral Rocha, Dr. — Santos
Aluísio Garcia da Costa Barros, Desemb. — Curitiba
Amadeu Queiroz Guimarães, Ten. Cel. Prof. — Rio
Anísio Dantas — Aracaju
Antão Correia de Andrade — Bahia
Antenor Lyrio Coelho, Dr. — Rio

Antônio Carlos do Nascimento Junior, Major — Aracaju
Antônio Cid, Major — Rio
Antônio de Freitas, Mons. — Heliadora — Minas Gerais
Antônio Joaquim de Figueiredo, Major Prof. — Rio
Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Cel. Prof. — Rio
Antônio Soares Sabino de Melo — Rio
Arivaldo da Silveira Fontes, Major Prof. — Rio
Austecino Rocha — Aracaju
Ayrton Valença Vasconcelos — Aracaju
Carlos João Silveira — Aracaju
Carlos Suda de Andrade, Cel. Prof. Dr. — Rio
Cid Silveira Pacheco, Ten. Cel. Prof. — Rio
Claudon Vasconcelos — Santos
Cleóbulo Amazonas Duarte, Dr. — Santos
Darcy de Siqueira Villaça, Major Prof. Rio
David Antônio da Silva Carneiro, Dr. — Curitiba
Décio Garcez Vieira — Aracaju
Domingos Felix de Santana — Aracaju
Domingos Sávio Barreto de Andrade — Aracaju
Edgard Coelho, Dr. — Aracaju
Edilberto de Souza Campos, Dr. — Rio
Ernani de Souza Freire — Aracaju
Euler José Ribeiro — Aracaju
Ezequias Nunes — Recife
Florival Brito — Aracaju
Francisco Soares Nascimento — Aracaju
Gaspar Fontes — Aracaju
Gastão Fonseca de Carvalho Rocha, Cel. Prof. — Rio
Gonçalo Barreto — Lorena — Estado de S. Paulo
Humberto Diniz Sobral, Dr. — Aracaju
Inocência Astério de Menezes Lins, Dr. — Maceió
Isaac Chapermann — Aracaju
João Alfredo Libânio Guedes, Prof. — Rio
João Cesar de Oliveira, Cel. Prof. Dr. — Rio
João Montalvão Matos — Aracaju
João Nunes de Andrade — Aracaju
Jonas de Moraes Correia Filho, Cel. Prof. — Rio
Jonas de Moraes Correia Neto, Capitão — Rio

Josafá Carlos Borges, Dr. — Bahia
José de Faro Menezes — Aracaju
José Hermógenes de Andrade, Major Prof. — Rio
José Job de Carvalho — Aracaju
José Prata Gois — Aracaju
José Ramos de Moraes — Aracaju
Luciano Silveira Amado — Aracaju
Luiz Felipe S. Wiedemann, Major — Rio
Luiz de Freitas Melro, Dr. — Blumenau — Sta. Catarina
Luiz Gonzaga de Melo, Major Prof. — Rio
Manuel de Carvalho Barroso, Dr. — Rio
Manuel Cavalcante Proença, Cel. Prof. Dr. — Rio
Manuel Messias Aragão de Almeida — Aracaju
Manuel de Oliveira Martins — Aracaju
Mauro de Faria Becker, Major Prof. — Rio
Melício de Souza Machado — Aracaju
Milton Thiago de Melo, Major Prof. — Rio
Moacyr Rabelo Leite, Dr. — Aracaju
Morency do Couto e Silva, Cel. Prof. — Rio
Murilo Menezes Dantas — Aracaju
Otávio Ismaelino Sarmento de Castro, Cel. Prof. — Rio
Raul de Freitas Melro — Rio
Serafim Gonçalves de Oliveira — Aracaju
Sérgio Faria Lemos Fonseca, Ten. Cel. Prof. — Rio
Tácito Altino de Andrade, Dr. — Porto Alegre
Telmo Sarajva Vaz, Major Prof. — Rio
Terezinha de Castro, Prof^a. D. — Rio
Tito Valente de Avilez, Major Prof. — Rio
Umberto Peregrino Seabra Fagundes, Ten. Cel. Prof. — Rio
Virgílio Pedro de Almeida — Belo Horizonte
Waldemar Mendonça — Aracaju
Walter de Assis Ferreira Batista — Aracaju

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Alagóas

Anfilóbio de Melo, Dr. — Maceió

Carlos Garcia, Dr. — Maceió
Francisco Tibúrcio da Silva Rizzo — Maceió
Hermilo de Freitas Melro, Dr. — Penedo
Lafaiete de Assis Belo, Dr. — Maceió
Luiz Lavenère Wanderley, Prof. — Maceió
Nelson Vitor de Moraes Belo — Maceió
Teotônio Vilela Brandão, Dr. — Maceió
Túlio Pais Leme, Major — Maceió

Bahia

Alberto de Assis, Dr. — Salvador
Alfredo Gomes de Oliveira — Salvador
Altamirando Requião, Dr. — Salvador
Antônio de A. de Aragão Bulcão Sobrinho, Dr. — Salvador
Antônio Curvelo Neto — Salvador
Arquimedes Pereira Guimarães, Dr. — Salvador
Avacy Primardo Vieira Lima — Salvador
Dalva de Matos, Dr.^a — Salvador
Epaminondas dos Santos Torres, Dr. — Salvador
Ernesto Simões Filho, Dr. — Salvador
Evandro Ribeiro da Silveira, Dr. — Salvador
Francisco Gomes de Oliveira Neto, Dr. — Salvador
Henriqueta, Martins Catharino, D. — Salvador
Jaime de Sá Menezes, Dr. — Salvador
João da Costa Pinto Dantas Junior, Dr. — Salvador
João do Rosário Dória — Alagoinhas
José Calazans Brandão da Silva, Dr. — Salvador
José Couto de Faria — Salvador
José de Figueiredo Lobo, Ten. Cel. — Salvador
Lauro Barreto Fontes, Dr. — Salvador
Leopoldo Campos Monteiro, Prof. Dr. — Salvador
Mário Torres, Dr. — Salvador
Messias Tavares da Cruz — Salvador
Nelson de Souza Oliveira, Dr. — Salvador
Otávio Mangabeira, Dr. — Salvador
Rogério Gordilho de Faria, Dr. — Salvador

Ceará

Carlyle Martins, Dr. — Fortaleza
Hélio de Souza Melo, Dr. — Fortaleza
Péricles Souza de Carvalho Gama — Fortaleza
Raimundo Girão, Dr. — Fortaleza

Distrito Federal

Abdon Carvalho Lima
Abelardo Gonçalves Torres, Dr.
Afonso Costa, jornalista
Alexandre Passos da Silva, Prof.
Aloísio Prata
Antônio Simões dos Reis, Prof.
Artur de Souza Marinho, Dr.
Augusto Tavares de Lira, Dr.
Carlos Alberto Campos Seabra, Dr.
Carlos Coelho Muniz
Cícero Sampaio
Damião Mendonça de Santana, Capitão
Eurípedes Esteves Lima, Coronel
Evaristo da Fonseca, Dr.
Fernando Valadão, Dr.
Floro Edmundo Freire, Dr.
Gastão Ruch, Dr.
Gileno Amado, Dr.
Ivan Hora Fontes, Dr.
Jadriel Benevides, Cél.
Joaquim Ribeiro, Dr.
José de Arimateia Pinto do Carmo, Dr.
José Barreto Filho, Dr.
José Felizola
Levi Fernandes Carneiro, Dr.
Luiz Alves de Oliveira Belo, Comte.
Luiz do Prado Ribeiro, Dr.
Mannuel Diegues Junior, Dr.
Osmundo Lima

Osvaldo Melo Braga de Oliveira, Dr.
Pascal Bandeira Moreira, Tenente
Paulo Orlando, Dr.
Paulo Xavier de Andrade Monte, Dr.
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Dr.
Pedro Paulo Muniz Barreto de Aragão, Dr.
Rafael Xavier, Dr.
Rosalvo Fernandes dos Santos, Dr.
Tancredo de Barros Paiva
Thier Fleming, Contra-almirante
Virgílio Correia Filho, Dr.

Espírito Santo

Heráclito Amâncio Pereira, Dr. — Vitória

Mato Grosso

José Mesquita, Desemb. — Cuiabá

Minas Gerais

Aníbal Matos, Dr. — Belo Horizonte
Antônio dos Santos Cabral, Dom — Belo Horizonte
Copérnico Pinto Coelho, Dr. — Belo Horizonte
Herculano Teixeira de Assunção, Cel. — Belo Horizonte
Jucundino de Souza Andrade, Prof. — Belo Horizonte
Milton Xavier de Carvalho — Campanha
Salomão de Vasconcelos — Belo Horizonte

Paraíba

Antônio Boto de Menezes, Dr. — João Pessoa
Isidro Gomes da Silva, Dr. — João Pessoa
João Coriolano de Medeiros, Prof. — João Pessoa

Paraná

Artur Martins Franco, Dr. — Curitiba

Dicessar Plaisant, Dr. — Curitiba
Leocádio Cyneiros Correia, Dr. — Curitiba
Samuel Lupion de Quadros, Dr. — Curitiba

Pernambuco

Avelar Brandão Vilela, Bispo — Petrolina
Ernesto Leite Machado, Cel. — Recife
Jordão Emerenciano, Dr. — Recife
José Alves Landim, Mons. — Recife
Lauro Borba, Dr. — Recife
Mário Carneiro do Rego Melo, Jornalista — Recife

Piauí

Josino Marques de Almeida — Parnaíba

Rio Grande do Norte

Nestor dos Santos Lima, Dr. — Natal

Rio Grande do Sul

João Solano Macedônia Soares, Desemb. — Porto Alegre
José Gusmão de Andrade, Dr. — Porto Alegre

Rio de Janeiro, Estado do

Geraldo Mantedônio Bezerra de Menezes, Dr. — Niterói
Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe Dom — Petrópolis

Santa Catarina

Fernando Machado, Dr. — Florianópolis

São Paulo

Antônio Carlos de Sales Junior, Dr. — Capital
Arnaldo Arantes, Dr. — Capital
Aurêlio Vasconcelos de Almeida, Pe. — Campinas

Carlos da Silveira, Dr. — Capital
Ciro Onésimo Maria Mondim, Dr. — Capital
Eduardo Fernandez y González — Capital
Enzo da Silveira, Dr. — Capital
Fausto Ferraz, Prof. — Campinas
Frederico de Barros Brotero, Dr. — Capital
Geraldo Cardoso de Melo, Dr. — Capital
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Dr. — Capital
José Catalino los Reis, Dr. — Capital
José Pedro Leite Cordeiro, Dr. — Capital
Luiz Amaral, Dr. — Capital
Luiz Carlos Sampaio de Mendonça — Santos
Luiz de Souza Freire, Dr. — Capital
Luiz Tenório de Brito, Dr. — Capital
Maria da Conceição Martins Ribeiro, Dr.^a — Capital
Otávio do Espírito Santo, Dr. — Capital
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, Dr. — Capital
Salvador de Moya, Coronel — Capital
Thomaz Oscar Marcondes de Souza, Prof. — Capital
Tito Lívio Ferreira, Prof. Dr. — Capital

Exterior

Aldemar Hora Dantas de Brito, Dr. — New York
Alfredo Válio
Alice Larde de Venturino, Prof.^a — Oruro — Bolívia
Aristides Filiberto Valentino, Prof. Dr. — Itália
Carmine Manzi, Jornalista — Salerno — Itália
Daniel Peña
Fidelino Figueiredo — Portugal
Nicolas Antoine de Ligny-Luxemburg de Lásca-
rias-Ventimiglia, Príncipe — Paris
Norberto de Castro y Tosi, Conde de San Juandel - Madrid
Odette Jacquemin, Mademoiselle — Paris
Serge Debarbieux, Prof. Dr. — Paris
Sylvain France — Paris
Tomás Fídias Jimenez, Dr. — San Salvador-El Salvador

LEGISLAÇÃO

LEI N. 9-A, DE 25 DE SETEMBRO DE 1953

Concede subvenção

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe decretou, e eu, na conformidade do § 2.º do art. 38 da Constituição do Estado, promulgo a seguinte Lei.

Art. 1.º — Fica elevada para Cr\$ 12.000,00 a subvenção anual do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Art. 2.º — A referida subvenção será paga adiantadamente por trimestres nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano; e será consignada, anualmente, na lei orçamentária do Estado verba para o seu pagamento que será feito, mediante requerimento do Tesoureiro do sodalício.

Art. 3.º — Para o pagamento da mencionada subvenção nos oito meses finais do corrente exercício fica o Governo autorizado a suplementar a verba existente, em tempo oportuno, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, 25 de setembro de 1953.

Hermeto Rodrigues Feitosa

Presidente da Assembléia

(Diário da Assembléia de 29-9-1953)

LEI N. 27, DE 7 DE JULHO DE 1954

Eleva subvenção e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:

Faço saber que a Câmara de Vereadores deste Município decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica elevada para Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) a subvenção anual concedida ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pelo Ato n.º 15, de 18 de abril de 1931.

Art. 2.º — A referida subvenção será paga, adiantadamente, em partes iguais, por trimestre, em janeiro, abril, julho e outubro de cada ano; e será consignada, anualmente, na Lei orçamentária do Município, verba para o seu pagamento, que se fará mediante requerimento do Tesoureiro do Instituto.

Art. 3.º — Para pagamento dos dois últimos trimestres do exercício corrente fica o Prefeito autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Aracaju, aos 7 de julho de 1954.

(AA.) Jorge Campos Maynard
Bráulio Costa

(Do Correio de Aracaju, de 13 de julho de 1954)

DECRETO N. 19, DE 22 DE JULHO DE 1954

O Prefeito do Município de Aracaju, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei n.º 27, de 7-7-1954,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), para atender ao pagamento, no corrente

exercício, do aumento da subvenção ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Aracaju, 22 de julho de 1954.

(AA.) Jorge Campos Maynard
Bráulio Costa

(Do Correio de Aracaju, de 27 de julho de 1954)

FALECIMENTOS

No decurso dos anos de 1951 a 1954 roubou-nos a morte inexorável crescido número de sócios. Na lista dos Beneméritos o Presidente Dr. Getúlio Dorneles Vargas, a quem deve o Instituto grandes benefícios.

Foi no seu governo providente, graças aos auxílios que nos propiciou, que construimos o nosso magestoso edifício. Sua morte trágica verificou-se na madrugada fatídica de 24 de agosto de 1954.

Na lista dos Benfeitores o Dr. Mário de Oliveira Lobão, na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, a 2 de março de 1952; o Coronel Antônio Benevides do Rosário, na Capital da Bahia, a 31 de março do mesmo ano; os Generais Durival de Brito e Silva e Antônio de Freitas Brandão, na Capital da República, a 1.º de junho e 13 de agosto de 1954, respectivamente; Torquato Fontes e o Dr. Augusto Vitor de Matos, nesta Capital, o primeiro a 18 de julho e o segundo a 12 de dezembro de 1954.

Na lista dos Honorários o Dr. Silvio Guimarães Cravo, não sabemos quando nem onde; o Dr. Luiz Gastão Escagnolle Dória, a 14 de janeiro de 1948, mas de que só tivemos conhecimento em 1951; o Dr. José de Magalhães Carneiro, nesta Capital, a 28 de abril de 1951; os Drs. Berilo Vieira Leite, nesta Capital; Nelson Coelho de Sena, em Belo Horizonte, e Otaviano de Menezes Bastos, no Rio de Janeiro, o primeiro a 1.º de junho, o segundo a 2 do mesmo mês e o terceiro a 29 de agosto tudo do ano de 1952, e, por último, João Ceciliano Teixeira de Andrade, no Rio de Janeiro, a 3 de março de 1953.

Vale ressaltar que o Dr. Otaviano de Menezes Bastos, pouco antes de falecer, doou à biblioteca do Instituto quase toda a sua biblioteca que não era pequena.

Na lista dos Efetivos o coronel Anizio Ezequiel de Barros, em Laranjeiras, a 29 de outubro de 1952 e o Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, nesta Capital, a 7 de abril de 1954.

Na lista dos Correspondentes os Drs. Edmundo Krug, em S. Paulo, Jorge Bahlis, no Rio Grande do Sul, Jorge de Lima, Elias Fernandes Leite, Ernesto Garcez Caldas Barreto, Embaixador José Bonifácio de Andrade e Silva e coronel Augusto de Araujo Dória os dois últimos a 24 de fevereiro de 1954 e 23 de julho de 1953, respectivamente, na Capital da República; o Dr. Joaquim Alves, em Fortaleza, Ceará, em 1952; Antônio Bragança de Azevedo, em Joazeiro, Bahia, a 15 de fevereiro de 1952, Joaquim Lins de Carvalho, em Aracaju, a 11 de outubro de 1954 e Alvaro Correia Pais, em Maceió, Alagoas, a 22 de novembro também de 1954.

ÍNDICE

	Pag.
Diretoria e Comissões permanentes de 1853 — 1855	2
Nossa atraz, por Epifânio Dória	3
Discurso pronunciado por D. Maria da Conceição Melo Costa na homenagem ao primeiro presidente do Instituto — Dez. João da Silva Melo	5
Conceituação da Geografia Humana, por Félte Bezerra	20
Presidente da Província de Sergipe, pelo Dr. Wanderley de Pinho	26
* A Música Popular em Sergipe pelo Dr. M. P. de Oliveira Teles	46
Pascal Brasileiro (Jackson de Figueiredo) pelo Pe. Dr. Hilário Ferraz Coslha	54
Monsenhor Olímpio Campos, por Epifânio Dória	107
* Vida do primeiro Apóstolo de Sergipe, Padre Gaspar Lourenço, pelo Pe. Aurelio Vasconcelos de Almeida	113
Um nome que não pode ser esquecido, por E. C.	226
Caderno de viagens, por Gregorio Grave	231
Um depoimento histórico, por J. Pires Wynne	234
* Sol-quente, do Dira, a pecadora santa dos Umbandistas, por Sebrão; Sobrinho	240
A Força do Coração, por J. Gama	247
* Nossa Senhora da Purificação da Capela, sua elevação a vila se deu em 1833, por João Dantas Martins dos Reis	249
Relação dos indivíduos providos nas diversas cadeiras de Primeiras Letras da Província de Sergipe na conformidade da Lei de 15 de Outubro de 1827	256
Justiniano de Melo e Silva, filólogo e historiador, pelo Dr. Luiz Carlos Rollemberg Dantas	258
Atas das sessões do Instituto de 1949	264
Numeração desta Revista	286
Cadastro Social	287
Legislação	305
Falecimentos	308

Composto e impresso pela
LIVRARIA REGINA LTDA.
Rua João Pessoa, 137
Aracaju — Sergipe

